Livro reúne relatórios das operações militares do dia 25 de Abril

O REFERENCIAL

MARCELO REBELO DE SOUSA:

Povo Português precisa de viver o 25 de Abril

José Maria Roumier

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Martins Guerreiro | Nº 125 | Abril – Junho 2017

GALERIA

Direitos Reservados

Pinturas Rupestres Flor da Esperança
Franco Charais
Acrilico s/ tela 70x50

José Maria Roumier

4 EDITORIAL
Viver Abril, Martins Guerreiro

6 TEMA DE CAPA

Esperança no futuro desceu à Avenida da Liberdade | 8
Discurso no Rossio: Continuar a dinâmica de esperança | 12
Assembleia da República: Mais reformas e transparência | 18
Jantar na Estufa Fria em Lisboa | 23
Mensagem | 24
Viseu: Um sonho lindo para viver, Gertrudes da Silva | 27
Jantar comemorativo no Porto | 28
Abril tomou a Liberdade no Porto | 29
Celebrações em Faro, Clarinda Veiga Pires | 30
Núcleo de Oeiras e Cascais | 32
Festa em Toronto | 33
Cartaz e Medalha | 34

38 EXPOSIÇÕES/COLÓQUIOS

Sarmento Pimentel – Um Século de História | 38
Em memória de Aquino Bragança | 47

48 HISTÓRIAS DE ABRIL

Ponta Delgada: João Guilherme Rego Arruda última vítima do Estado Novo | 48
Protagonistas recordam ocupação do Rádio Clube Português, Luís Pinheiro de Almeida | 53
Cravos vermelhos em Oviedo | 47

54 ALMOÇOS COM HISTÓRIA
Delgado da Fonseca, Ribeiro Cardoso | 54

60 OPINIÃO

A Junta de Salvação Nacional e a greve na Lisnave em Maio de 1974, Falcão de Campos | 60

64 LIVROS

Protagonistas contam em 760 páginas "Operação Viragem Histórica", José António Santos | 64
Nuno Pinto Soares - "Abril, Caderno de Memórias", José António Santos | 72
Estudar a guerra com os olhos postos na paz, J.A.S. | 76
Fada Morgana | 78

80 OBITUÁRIO

Alípio de Freitas (1929-2017) – Morreu o comandante "homem de grande firmeza" | 80
Armando Baptista-Bastos (1934-2017) – Jornalista grande prosador | 84

88 BOLETIM

Convites | 88
Falecimento de Associados | 89
Ofertas | 91

92 JANGO
O regresso do nuclear, Pedro de Pezarat Correia

Viver ABRIL

MARTINS GUERREIRO

Ano após ano, depois da madrugada libertadora de 1974, dir-se-ia que para os Portugueses, da Esquerda à Direita, o 25 de Abril está assumido pela sociedade como património coletivo emancipador. Tal convicção remanesce nos discursos em atos celebrativos, dos institucionais aos populares, na exigência e até na forma de celebrar.

O 25 de abril mudou a vida dos portugueses, cabe aos portugueses, ano após ano, tornar melhor a sua vida. Celebrando, renovando, reconstruindo, melhorando a qualidade da Democracia com mais participação e uma intervenção cívica maior.

O Presidente da República visitou a A25A em abril e, na ocasião, quis deixar aos militares de Abril e aos Portugueses um vivo e impressivo apelo: [todos] "são chamados a construir essa democracia, todos os dias. E esse é o esforço que tem de estar presente no nosso tempo. Não ficarmos felizes só porque os partidos, as associações políticas, as organizações sindicais ou patronais, os parceiros económicos e sociais estão a protagonizar democracia todos os dias. É preciso que os novos movimentos sociais, culturais, políticos façam exactamente o mesmo e o façam em todas as gerações".

Esta edição de "O Referencial", na diversidade dos seus conteúdos, pretende constituir, também, um incentivo à concretização desse apelo.

Nas páginas iniciais encontrará o leitor relatos de celebrações comemorativas do 43.º aniversário do 25 de Abril, em Portugal e no estrangeiro, onde se nota o registo da festa e o compromisso pela ação futura.

Aqui se dá conta, ainda, de uma iniciativa meritória do comandante Carlos Almada Contreiras de reunir, em 760 páginas, os relatórios da missões militares, subscritos pelos próprios comandantes, que em apenas treze horas, em 25 de abril de 1974, sem necessidade de os seus intervenientes dispararem um único tiro contra pessoas, puseram fim ao Estado Novo. Doravante, em "Operação Viragem Histórica", têm os historiadores e demais interessados, uma obra de referência obrigatória para melhorarem a compreensão daquilo que foi "(...) O dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio/E livres habitamos a substância do tempo".

Nesta edição deve destacar-se, também, a exposição/colóquio "Sarmento Pimentel – Um Século de História", promovida com o apoio da A25A a um oficial de Cavalaria do Exército Português, escritor e político que se distinguiu na luta contra a Monarquia e governos ditatoriais, detentor da Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1980) e a quem foram impostas as estrelas de General do Exército Português, em 1982, no Brasil, pelo saudoso capitão Marques Júnior.

Com o coronel Delgado Fonseca prosseguimos a iniciativa tão oportuna como deveras interessante dos "Almoços com Histórias", e, por opção editorial, decidimos deixar para o próximo número a publicação do encontro com o general Franco Charais, convictos de que assim lhe dedicaremos o revelo devido.

Noutro registo, o general Pedro de Pezarat Correia, na sua coluna "Jango", alerta-nos para o perigo da arma nuclear e defende a necessidade de perseguir o "objetivo utópico" de "lutar pela sua eliminação total".

Eis, pois, um conjunto de temas, diferentes entre si, mas todos concorrentes para o mesmo desígnio deixado pelo Presidente da República "os portugueses precisam de viver o 25 de Abril".

JOSÉ MARIA ROUMIER

ESPERANÇA NO FUTURO

desceu à Avenida da Liberdade

José Maria Roumier

MILHARES DE HOMENS, mulheres e crianças, famílias, casais de namorados, jovens e adultos, empregados e sem trabalho, gente de partido e outros democratas, apaixonados pelos valores emanados da alvorada libertadora, desceram a Avenida da Liberdade, em Lisboa, para celebrar e continuar Abril.

Uns e outros reviam-se nas associações, partidos políticos e demais organizações que constituem a Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril: Associação 25 de Abril, Associação Abril, Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados, Associação Conquistas da Revolução, Associação Intervenção Democrática, Associação José Afonso, Associação Os Pioneiros de Portugal, Associação Portuguesa de Deficientes, Associação Projecto Ruído, Bloco de Esquerda, Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa, Comissão da Juventude da UGT, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Congresso Democrático das Alternativas, Conselho Nacional da Juventude, Conselho Português para a Paz e Cooperação, Ecolojovem "Os Verdes", Frente Antirracista, Interjovem-CGTP, Jovens do Bloco, Juventude Comunista Portuguesa, Juventude Socialista, Manifesto em Defesa da Cultura, Movimento Alternativa Socialista, Movimento Democrático de Mulheres, Movimento dos Utentes de Serviços Públicos, Movimento de Renovação Comunista, Movimento Trabalhadores Desempregados, Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, Partido Comunista Português, Partido Ecologista "Os Verdes", Partido Operário de Unidade Socialista, Partido Socialista, Precários Inflexíveis, União Geral dos Trabalhadores, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, e Diversos independentes.

A delegação da A25A foi chefiada pelo coronel Aprígio Ramalho, e, entre outros, integrava o comandante Vítor Lorena Birne a quem coube, em nome dos capitães de Abril, após o desfile, fazer o discurso no comício do Rossio (ver texto em separado).

Dirigentes partidários desfilaram na avenida, entre a imensa multidão: Ana Catarina Mendes, secretária-geral adjunta do PS, e o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos; o Bloco de Esquerda e o PCP estavam representados pelos seus líderes, respetivamente, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa. A secretária-geral adjunta do PS disse, à Lusa, que a melhor forma de honrar a revolução é estar a cumprir as promessas, enquanto o BE sabe que "está tanto por fazer"; e o PCP vê o 25 de Abril "carregado de futuro"

De acordo com a socialista, "foi assim nos rendimentos, na baixa dos impostos, na criação de emprego", considerando que deste modo se cumpre Abril, mas admitindo que há ainda "muito para fazer", havendo a restante "legislatura para cumprir o resto das promessas".

A coordenadora do BE defendeu que "o 25 de Abril é um dia que deve ser celebrado na rua", como "um enorme tributo a quem saiu à rua com o 25 de Abril e, com a sua presença, com o seu debate, com a sua força, construiu a democracia".

"Claro que festejar é também saber o que falta fazer e num país em que ainda há muita desigualdade, em que há ainda muitos salários baixos, muitas pensões baixas, sabemos que está tudo ou tanto por fazer", admitiu.

José Maria Roumier

Na opinião de Catarina Martins, "quem vive na pobreza, quem se sente discriminado ou é vítima de violência, quem sente a precariedade na sua vida, quem sente a falta de uma casa não vive a liberdade" e portanto festejar hoje na rua o 25 de Abril é assumir "a responsabilidade de construir essa igualdade essencial à liberdade".
O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, disse que "Abril e os seus valores continuam profundamente ancorados no coração da maioria do povo português", considerando que esse dia é um "ato de comemoração, mas simultaneamente também de confiança no futuro" porque os valores da revolução "continuam carregados de futuro".
"Por isso mesmo olhamos para este grande desfile e, tendo em conta as próprias manifestações populares que se desenvolveram por todo o País, é razão para estar profundamente confiante que Abril jamais será considerado como um ritual, como um ato que se comemora num dia. Antes pelo contrário: está carregado de futuro, sim",

A FORÇA DA CHAIMITE

Na capacidade máxima, a chaimite que lidera o Desfile Popular do 25 de Abril pesa seis toneladas, veículo que foi centro das atenções dos que acorreram à Avenida da Liberdade.
"Quis saber quem sou, o que faço aqui" ouvia-se, pela voz de Paulo de Carvalho, na música que saia do altifalante colocado no topo da chaimite da Associação 25 de Abril que todos os anos marca o ritmo do Desfile Popular que desce a Avenida da Liberdade até ao Rossio para comemorar a Revolução dos Cravos.
Ao volante do símbolo da liberdade estava João Paralta, o condutor desta chaimite em todos os desfiles populares comemorativos do 25 de Abril realizados ao longo dos anos, que, à agência Lusa, sentir «o peso da responsabilidade», mas assegura que conduzir este tipo de veículos «já é como beber um copo de água".
«Já percorri Portugal de lés-a-lés, já fiz muitos quilómetros, já rodei quase todas as 82 chaimites que o Exército tem», conta.
João tem dificuldade em contabilizar quantos quilómetros já percorreu a conduzir estes

José Maria Roumier

veículos blindados – mas garante que foram muitos – e explica o porquê de estar tão familiarizado com este: «fomos nós que as montámos ao princípio, quando fui com 14 anos para as Oficinas Gerais de Material de Engenharia, ou seja, as oficinas do Exército».
Apesar de ter «as pernas dormentes porque uma condução reduzida não é a mesma coisa de uma condução normal», a meio da entrevista concedida à agência Lusa, o condutor ainda emprestou o seu «quico» a uma senhora que lho pediu para tirar uma fotografia em frente à chaimite.
Não era preciso verbalizar porque os olhos não o escondiam, mas confessando-se orgulhoso por conduzir o símbolo da liberdade, João assumiu estar «até comovido».
«Se Abril já está cumprido? Umas vezes sim, outras vezes não, mas agora acho que já está no caminho certo com o atual governo», considerou.
O condutor de 58 anos recordou, ainda, o dia em que ficou sem travões numa chaimite no Porto, à entrada da ponte D. Luís e quando lhe perguntaram porque é que tinha as mãos sujas, João disse apenas «que eram ossos do ofício».
Se o deixarem, João pretende estar para o ano de novo ao volante do símbolo da liberdade no 25 de Abril, mas até lá tem mais viagens programadas em ações da Associação.
Cerca de uma hora e meia depois de ter começado a viagem no início da Avenida da Liberdade, a chaimite parou no Rossio, paralelamente ao palco onde decorreram os discursos finais do Desfile Popular, e recebeu no seu topo dezenas de crianças, que à vez e com bandeiras e cravos, tiraram fotografias para comemorar a liberdade sem nunca terem conhecido a ditadura.

Continuar a dinâmica de ESPERANÇA

A. Belo

EM NOME DA ASSOCIAÇÃO 25 de Abril, começo por dirigir uma saudação a todas as entidades que promovem estas Comemorações Populares do 43.º aniversário do 25 de Abril.

Dirijo também, uma palavra de saudação a todos os cidadãos aqui presentes e que ano após ano fazem questão de aqui virem expressar a sua vontade em manter abertas as portas que Abril abriu.

Ainda uma palavra para todos os Portugueses que, em Portugal e no estrangeiro, fazem questão de celebrarem esta data e connosco partilham os ideais de Abril.

Comemorar o 25 de Abril é, primeiro do que tudo, celebrar a queda de uma ditadura que durante quase 50 anos privou os portugueses dos seus direitos mais elementares; uma ditadura que manteve Portugal fora do caminho do desenvolvimento e do progresso; uma ditadura que persistiu na manutenção de uma guerra, defendendo uma causa que os ventos da história há muito vinham a condenar.

Comemorar o 25 de Abril é, também, evocar o Programa do Movimento das Forças Armadas, que foi a grande referência em todo o processo de rotura com o passado e do começo da construção de um novo Portugal, baseada, muito resumidamente, em três grandes linhas de acção: Descolonizar, Democratizar e Desenvolver.

Comemorar o 25 de Abril é, sobretudo, destacar a Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, que, apesar das alterações a que já foi sujeita, ainda mantém o essencial das bases que permitem perspectivar um Portugal livre, democrático, justo e próspero.

Ao olharmos o caminho percorrido desde 1974, manda a verdade que se reconheça o muito que foi feito e as profundas alterações que se verificaram na nossa sociedade e que muito contribuíram para a afirmação da nossa dignidade pessoal e colectiva.

Mas ainda persiste um grande caminho a percorrer.

- Temos uma economia que não gera a riqueza necessária e que ainda mantém largos sectores da população a viver abaixo do limiar de pobreza.
- Temos um sistema de distribuição da riqueza produzida que é injusto e tem vindo a agravar as assimetrias sociais.
- Temos uma enorme dívida pública, que foi sendo acumulada ao longo das últimas décadas e que muito se agravou nestes últimos anos. Esta dívida gera encargos que estão a hipotecar o nosso futuro, ao comprometer o investimento indispensável à construção de um amanhã melhor.
- Temos ainda um sistema de justiça que, ao cidadão comum, se apresenta como injusto e ineficaz e onde dá a impressão que o grande crime, nomeadamente o económico, e a grande corrupção compensam e ficam impunes.

Ao mesmo tempo:

- Em cada acto eleitoral, aumenta a percentagem daqueles que optam por abdicar do seu direito ao voto e que assim marcam o seu distanciamento face ao modo como tem vindo funcionar o nosso sistema democrático.
- Os sistemas de saúde e de serviço social estão sobre forte pressão para degradarem a assistência que têm vindo a prestar.
- Na área da Educação continua, a verificar-se uma grande instabilidade, face às sucessivas reformas que vão sendo geradas.
- Foi feita a adesão ao projecto europeu assente na Paz, na Democracia e no Desenvolvimento partilhado mas que se tem vindo a revelar nem sempre democrático, com um desenvolvimento mínimo e, sobretudo, muito pouco partilhado.
- No nosso sistema financeiro, parte dos seus responsáveis máximos levaram a cabo toda uma série de desmandos que são verdadeiros crimes de lesa-pátria e cujos impactos estão a ser suportados por dinheiros públicos, ou seja, pelo dinheiro dos nossos impostos.

- Por força de mecanismos estranhos à nossa vontade, estamos a ser vítimas de um processo onde a nossa soberania vai sendo progressivamente condicionada e onde as grandes decisões estão, tendencialmente, a ser tomadas à margem dos competentes órgãos democráticos.
- Na sequência de uma crise internacional, causada pelo grande capital financeiro, fomos conduzidos à intervenção da chamada troica que, sob o argumento de que não havia alternativa, impôs a degradação dos nossos serviços sociais e o empobrecimento de largos sectores da nossa sociedade, por vezes para níveis reconhecidos como de pobreza absoluta.

As eleições legislativas de 2015 geraram uma solução governativa e uma maioria parlamentar com uma configuração que nunca se tinha concretizado desde 1976.
À partida, este novo quadro veio criar todo um clima de expectativa e de esperança na materialização dos ideais de Abril.
Até agora, teve o mérito de deixar bem demonstrado que afinal havia alternativas e que é possível sair do buraco em que nos enfiaram, sem recorrer à imposição de um sistema assente na destruição daquilo que podemos chamar as Conquistas de Abril, sem recorrer ao empobrecimento da população e sem recorrer à criação de um clima de intimidação, de crispação e de medo.
Temos bastas razões para nos sentirmos bem, pelo que aconteceu ao longo deste último ano e meio:

- São os resultados alcançados e expressos em muitos dos indicadores macro-económicos.
- É o cumprimento do essencial dos compromissos que Portugal assumiu internacionalmente.
- É a recuperação de parte do poder de compra que tinha sido perdido.
- É a inversão registada no nosso estado de espírito e, principalmente, pela criação de uma nova esperança num futuro melhor.

Torna-se agora necessário dar continuidade a esta dinâmica, confirmar a esperança que despontou e, definitivamente, partir para um amanhã melhor.
Temos ainda um grande caminho a percorrer na construção e consolidação de uma sociedade mais livre, justa e solidária, conforme preconiza a nossa Constituição.
Temos, todos nós, cada um de nós, que arregaçar as mangas, erguer os braços e por mãos à obra e desenvolver uma intensa actividade cívica e cidadã, assim fazendo valer os nossos direitos constitucionais e, ao mesmo tempo, cumprindo um dos nossos principais deveres que é participar.
Participar activamente na vida da comunidade, no local de trabalho, na zona de residência, na escola frequentada pelos nossos filhos, nas colectividades do nosso bairro, na assembleia de freguesia, no município e, obviamente, nas eleições nacionais.
É a participação na vida cívica do nosso País, nos termos da Constituição, fazendo uso dos direitos nela contemplados e cumprindo os deveres nela expressos, que torna viva e funcional a nossa Democracia e onde o poder assentará, de facto, no povo e não em pequenos grupos que pretendem impor-se na sociedade e condicionar a vontade colectiva aos seus interesses privados. A nossa participação é tanto mais importante quanto por deficiente funcionamento da democracia se começa a vislumbrar, aqui e ali, o reaparecimento do autoritarismo, antecâmara do absolutismo.

REVISÃO DAS LEIS ELEITORAIS

Na procura de uma dinâmica que conduza à participação dos Portugueses na vida cívica da nossa sociedade, faço aqui um parêntesis para mencionar um assunto que há muito é referido mas cuja concretização tarda: a revisão das leis eleitorais, aqui incluindo a que se refere à Assembleia da República.
Estou convicto que a melhoria do funcionamento da nossa democracia também passa por uma actualização desta lei. Estou em crer que há aqui um caminho para percorrer no sentido de chamar os cidadãos de volta à participação cívica e cidadã:

- Intervindo no sentido do fortalecimento do vínculo entre o eleitor e o seu deputado! Entre cada um de nós e o seu representante no Parlamento.
- Abrindo a porta a candidaturas independentes, e porque não mesmo individuais.
- Flexibilizando as formas através das quais o voto é exercido.
- Garantido que cada voto válido expresso é considerado na eleição de um representante, isto até onde o modelo matemático adoptado para conversão de votos em mandatos o permita.

Vou-me dirigir agora aos partidos políticos, que, com toda a legitimidade, são os grandes protagonistas da nossa vida política, mas que, sublinhe-se, não têm o exclusivo! No limite, e vou mais uma vez à Constituição: a soberania, una e indivisível, reside no povo.
Aos partidos políticos, a todos eles, e a todos os cidadãos que decidem ter um papel mais activo no funcionamento do nosso sistema democrático:

- Exorto-os a serem coerentes com os seus princípios programáticos e fieis aos seus programas de acção.
- Exorto-os também a pautarem a sua actividade pelos mais elevados valores e princípios, e por critérios de total transparência, assim granjeando credibilidade e respeito junto dos cidadãos, pela clara evidência da sua total e desinteressada dedicação à "coisa pública".
- Exorto-os ainda a que manifestem a sua disponibilidade para irem construindo as maiorias parlamentares que viabilizem a formação e estabilidade de governos e demais órgãos executivos, assim materializando o resultado da vontade expressa pelo eleitorado através do seu voto. Sempre em coerência com os seus valores próprios, mas também sempre no caminho da construção de Abril, na realização da democracia económica, social e cultural e no aprofundamento da democracia participativa.

Enquanto ia preparando esta intervenção, muitas vezes me lembrei de Sérgio Godinho, quando me vinha à memória uma frase batida: *Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida.*

Fui reler a letra da sua canção "O Primeiro Dia".
Aconselho todos os presentes a voltarem a ouvir aquela canção e a olharem bem para a sua letra, que considero como um hino de luta e persistência, muito adequado aos tempos presentes.
Começa por mencionar a necessidade de desmontar toda a campanha que, por várias formas, nos pretende intimidar, que pretende condicionar a nossa acção, que pretende tornar-nos passivos e levar-nos a aceitar uma ordem que, além de contrária aos nossos interesses, é antipatriótica, onde muitos são prejudicados e onde poucos vão ficar beneficiados.
Depois fala em passar à acção, em pôr as mãos ao trabalho e a construir um mundo melhor.
Menciona os momentos de desalento que muitas vezes nos afectam, pois a tarefa é árdua e demorada, mas sublinha a necessidade de se reunir a coragem e a força para se levar avante aquilo que nos faz mover.
E, para finalizar, pergunto: o que é que nos faz mover?
E respondo: é a concretização de Abril!
É a construção de um Portugal livre, democrático, justo e próspero.

Viva o 25 de Abril.
Viva Portugal.

**Título e subtítulo da Redacção*

Lusa - Mário Cruz

Mais reformas E TRANSPARÊNCIA

A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA assinalou o 43.º aniversário do 25 de Abril com mensagens de combate aos populismos e às injustiças sociais, com Marcelo Rebelo de Sousa a pedir mais transparência e eficácia aos poderes político e judicial e aposta no crescimento económico.

O Presidente da República encerrou a sessão solene evocativa do 25 de Abril com um apelo a mais reformas e mais transparência nos poderes públicos, desde os políticos aos tribunais, como forma de prevenir os populismos que se alimentam das suas deficiências e lentidões.

"Importa que todas as estruturas do poder político, do topo do Estado à Administração Pública e, naturalmente, aos tribunais, entendam que devem ser muito mais transparentes, rápidas e eficazes na resposta aos desafios e apelos deste tempo, revendo-se, reformando-se, ajustando-se", acentuou.

O Presidente da República advertiu que "os chamados populismos alimentam-se das deficiências, lentidões, incompetências e irresponsabilidades do poder político, ou da sua confusão ou compadrio com o poder económico e social".

"Preveni-los ou pôr-lhes cobro requer determinação, antecipação e permanente proximidade e satisfação das legítimas necessidades comunitárias", defendeu.

Marcelo aproveitou também a intervenção para recordar as "vitórias" nas finanças públicas e na economia, embora apelando a uma aposta na criação de mais riqueza e à sua melhor distribuição no tempo restante desta legislatura.

O Chefe de Estado elogiou o Poder Local e o Povo Português, pelo seu "nacionalismo patriótico e de vocação universal" como contraponto à "nova vaga dita populista". Marcelo sublinhou mesmo que, neste ponto, Portugal é "mais sustentável" do que muitos dos seus parceiros europeus.

"Para sermos justos, havemos de admitir que somos uma pátria em paz, com apreciável segurança, sem racismos e xenofobias, aceitando diferenças religiosas e culturais, como poucos, com rede de instituições sociais devotada, poder local incansável e sistema político flexível. E, nessa medida, mesmo se carecido de reformas, mais sustentável do que muitos outros nossos parceiros europeus", declarou.

Por seu turno, o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, destacou a "nova centralidade" do parlamento no atual quadro político e elogiou o contributo de Marcelo Rebelo de Sousa para o reforço da confiança nas

Lusa - Miguel A. Lopes

instituições democráticas, num discurso contra a banalização da extrema-direita.
"Não há deputados dispensáveis ou partidos excluídos das soluções de governo. Todos contam para servir Portugal, seja na oposição ou no apoio ao Governo", sustentou o antigo líder socialista.
Ferro Rodrigues mostrou-se convicto que a nova conjuntura política portuguesa «tem ajudado a essa revalorização do parlamento enquanto instância de negociação democrática e de representação dos interesses dos portugueses», elogiando o "papel decisivo nesta recuperação da confiança nas instituições da democracia, através da sua magistratura de proximidade, leal, lúcida e afetuosa".
Ferro Rodrigues anunciou, ainda, que a Assembleia da República vai comemorar o bicentenário do constitucionalismo português, assinalando o triunfo das revoluções liberais no século XIX, e criar um centro interpretativo.
Nas intervenções dos partidos, o PSD, através da sua vice-presidente e também candidata à Câmara Municipal de Lisboa, Teresa Leal Coelho, traçou uma «fronteira clara» entre duas opções de sociedade, separadas por «pensamentos políticos inconciliáveis».
«Uma fronteira tão nítida quanto o paralelo 38 que divide as Coreias. Uma fronteira que, de um lado, coloca o primado da pessoa e do seu projeto de vida, e do outro um Estado totalitário gerador de pobreza e de injustiça», referiu, numa intervenção em que nunca utilizou a expressão 25 de Abril.
De um lado, disse, está uma sociedade baseada «num mercado livre e concorrencial», com «incentivos à iniciativa privada e às empresas". Do outro, defendeu, uma sociedade «caracterizada pela insegurança do direito de propriedade e da livre iniciativa económica, pela opacidade e ausência de escrutínio».
O socialista Alberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra em 1969 e líder da revolta estudantil nesse mesmo ano contra o Estado Novo, defendeu que assinalar a Revolução de Abril requer a recusa do «conformismo» e a promoção e defesa de uma «nova ética de responsabilidade», com subordinação do poder económico ao político.
«Para que Abril não seja uma efeméride ritualista é nosso dever relacionarmo-nos com o futuro de modo estratégico, recusando o conformismo, neste tempo ameaçador de incertezas, riscos para a paz, violência, terrorismo, atentados contra direitos fundamentais», declarou o ex-líder parlamentar socialista na parte mais virada para a análise à conjuntura política do presente.
Alberto Martins defendeu como um dos principais desafios da atualidade a subordinação da economia à política sobretudo ao nível da União Europeia.
O ex-Presidente da República Mário Soares, falecido em janeiro, foi evocado nas intervenções do PS, PSD e CDS, e também de Ferro Rodrigues, mas esteve ausente nas intervenções da esquerda.
As críticas à austeridade e à União Europeia foram uma tónica dominante dos partidos à esquerda do PS.

Lusa - Miguel A. Lopes

No Bloco de Esquerda, a deputada Joana Mortágua alertou que "o maior erro" das últimas décadas na Europa e em Portugal foi "continuar a sacrificar a democracia aos lucros dos mercados e a negar direitos e liberdades".
Joana Mortágua não deixou, por isso, de assinalar o falhanço do projeto europeu: "Falhou porque submeteu a democracia aos mercados financeiros, falhou porque perdeu contacto com os direitos sociais e económicos dos povos, espalhou pobreza e desemprego".
O deputado do PCP, Jorge Machado, lembrou a Revolução dos Cravos como "ato de libertação" e admitiu que o atual Governo, com o apoio dos comunistas, deu passos, "ainda que insuficientes", para recuperar "direitos e salários".
"Na nova fase de vida política nacional, na atual relação de forças, apesar das opções do PS e do seu Governo, foi possível dar passos, ainda que insuficientes, no sentido da recuperação de direitos e salários", afirmou, criticando as políticas da austeridade e do empobrecimento.
O discurso dos centristas na sessão solene do 25 de Abril ficou igualmente marcado pela referência à memória do ex-Presidente da República e ex-primeiro-ministro Mário Soares, no

Lusa - Miguel A. Lopes

primeiro aniversário da ‹Revolução dos Cravos› após a sua morte, momento que foi aplaudido por várias bancadas, designadamente do PS.
A centrista Isabel Galriça Neto, que é médica especialista em cuidados paliativos, construiu a sua intervenção na cerimónia em torno da defesa dos direitos que estão além dos direitos civis e políticos, concluindo numa defesa da proteção da vida, recusando a eutanásia: «Defendemos a dignidade enquanto valor intrínseco e patrimonial inegociável do ser humano, pelo que para nós, e independentemente das circunstâncias, não há vidas que valem a pena ser vividas e outras não».
O PEV, através de Heloísa Apolónia, lamentou os recuos nos direitos sociais durante a governação PSD/CDS após os «imensos avanços» do 25 de Abril, exigindo que o atual executivo governe para as pessoas e «não esbarre na obsessão de números» para Bruxelas. André Silva, do PAN, considerou necessário retirar os valores de Abril da «lógica meramente discursiva» e transpô-los para o século XXI, defendendo que «ainda há espaço para democratizar».
A sessão solene evocativa da Revolução dos Cravos na Assembleia da República contou com a presença do primeiro-ministro, António Costa, e membros do Governo, titulares dos tribunais superiores, membros do Conselho de Estado, chefes militares, membros do corpo diplomático, e do cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente. O único antigo Chefe de Estado a assistir a esta sessão solene foi Ramalho Eanes, acompanhado pela mulher, estando ausentes Jorge Sampaio e Cavaco Silva. Presentes estiveram, também, os ex-presidentes do Parlamento Assunção Esteves e Mota Amaral,
Uma expressiva delegação da A25A, com Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho, participou na sessão solene, cerimónias de que esteve ausente durante o Governo PSD/CDS-PP e a aplicação do programa de ajustamento. **Lusa**.

Jantar na Estufa Fria, em Lisboa

A. Belo

No aprazível espaço do Parque Eduardo VII, amigos, famílias e capitães de abril voltaram a reunir-se num jantar de confraternização, dia 24 de abril, para celebrar e fazer memória da arrancada gloriosa que mudou o rumo e o destino dos Portugueses. Cerca de quinhentas pessoas, algumas oriundas de Espanha, França, Holanda, Noruega, Suécia e Brasil, sentados à volta da mesa, servida pela Casa do Marquês de José Eduardo, reafirmaram os valores de Abril com Vasco Lourenço a proclamar a Mensagem da Direção da A25A: “43 anos é muito tempo, mas ainda sabe a pouco” (ver texto integral na página seguinte).

MENSAGEM

43 anos é muito tempo, mas ainda sabe a pouco

FOI HÁ 43 ANOS – 25 de Abril de 1974 – que tudo começou, ao emergirmos da noite e do silêncio, como então afirmou Sophia de Mello Breyner.

25 de Abril, sempre, passou então a dizer-se, com gosto, neste pequeno e amado país à beira mar plantado. Embora às vezes também prantado.

E assim acontece de novo, hoje, quando assinalamos, com redobrado vigor e orgulho, a passagem de 43 anos sobre a data em que o MFA e os portugueses puseram fim a mais de 47 anos de ditadura, derrotando as forças totalitárias e colonialistas que mantinham o país, e os portugueses, reféns da sua obstinada cegueira política e teimosia militarista.

Durante estes curtos anos, em termos históricos, muito se passou em Portugal, muitos sonhos se realizaram - mas muitas desilusões se viveram também.

Nesse 25 de Abril de 1974, '(...) o dia inicial inteiro e limpo' – citando mais uma vez a inesquecível Sophia –, ao acordar entrámos, de braço dado com o povo, numa espécie de "bebedeira" colectiva, sem vinho mas com muitas flores na ponta das espingardas, com a euforia e o sonho a possuírem-nos como raramente algum outro povo sentiu e viveu.

Seguiu-se, pouco tempo depois – como não podia deixar de ser, embora talvez pudesse e devesse ser de outra maneira – o assentar dos pés no chão, com a demonstração de quão difícil é fazer coincidir o sonho com a realidade.

Contudo, livres, donos do nosso próprio destino – embora com muitas intromissões externas – fomos aproveitando e praticando a democracia, lamentavelmente com piores resultados do que seria lógico e expectável.

E não foram os sucessivos atropelos, que os eleitos que escolhíamos faziam às promessas que nos levavam a essas escolhas, que nos fizeram mudar de atitude. O facto é que foram demasiadas as vezes que insistimos nos erros das escolhas, não aprendendo nada com as sucessivas traições de que, como eleitores, fomos sendo vítimas.

Apesar de tudo isso, com altos e baixos, Portugal foi-se transformando, em Paz – o que nunca é demais realçar –, num País mais livre, mais democrático, mais justo e mais solidário.

Até que os inimigos de Abril conseguiram ocupar o Poder e encetaram uma destruição de tudo o que cheirava a essa maravilhosa madrugada libertadora.

A Associação 25 de Abril, que está prestes a completar 35 anos de existência, não abdicou da luta, alertou contra as situações de medo e resignação, proclamou a inequívoca convicção de que Abril seria reafirmado, o medo seria vencido e o futuro seria construído numa perspectiva de Liberdade, Democracia e Justiça Social.

José Maria Roumier

Fê-lo, fizemo-lo, nomeada e essencialmente nos anos em que comemorámos os 38, 39, 40 e 41 anos do 25 de Abril – basta reler as mensagens que então divulgámos.

Há um ano, na evocação dos 42 anos de Abril, a nossa mensagem congratulava-se já com o facto de os portugueses terem sabido utilizar a arma maior que nos restava de Abril: a liberdade de praticar a Democracia que a Constituição da República, herança suprema da

Revolução dos Cravos, nos permite. E com isso, terem recuperado a esperança.
Para trás ficou um governo de má memória e um Presidente da República que lhe dera cobertura e apoio.
Passámos então a ter um Governo em que a esperança voltou – e um novo Presidente da República que afirma querer cumprir e fazer cumprir a nossa Constituição de Abril.
Mesmo assim, manda a verdade que se diga, não estamos totalmente satisfeitos com o presente – e ainda bem, pois a insatisfação é própria das sociedades livres. Continuamos dispostos a lutar para que se recupere de todos os malefícios que nos fizeram, determinados a não baixar os braços na luta permanente por um Portugal onde os valores que há 43 anos foram proclamados, aplaudidos e responsáveis pelos sonhos vividos, sejam cada vez mais sentidos e benéficos para todos. Menos sonhos e mais realidade.
Hoje, voltámos a ser exemplo para o mundo democrático, que acorda e constata ser possível encontrar acordos e soluções à volta do essencial, com o acessório a ser mesmo e só acessório.
Tal como em Abril demos uma lição a todo o mundo, com enormes repercussões em todas as latitudes e longitudes, também hoje estamos a espantar, demonstrando que um pequeno País – em dimensão geográfica, que não em valor – habitado por um povo especial, continua a trilhar esse rumo.
Tenhamos presente, contudo, que não estamos isolados no mundo.
Mundo que vive, nos dias de hoje, em clima de incerteza política, económica, social e militar. Diremos mesmo, mundo que vive à beira de uma nova guerra global que, a acontecer, será profundamente letal.
Mundo onde os valores parecem não existir, as realidades são virtuais, o populismo está na moda e os loucos estão, de novo, a chegar ao poder!
É nesse ambiente que temos de pugnar para que Portugal consiga contribuir para uma Europa e um Mundo em Paz, que só será possível se voltarmos a considerar prioritários valores há muito esquecidos e abandonados.
Só possível se conseguirmos construir uma sociedade onde a corrupção não campeie, onde a justiça seja igual para todos, onde a fraternidade seja uma realidade.
Sabemos que é difícil, mas teimamos em acreditar – e para isso fazemos votos para que asolução resultante da visão patriótica dos nossos actuais «governantes», isto é, a carinhosamente chamada "geringonça", continue a obter bons resultados e vá ultrapassando os obstáculos à construção de um Portugal soberano baseado na dignidade da pessoa humana e na cidadania, com uma sociedade livre, justa e solidária.
É esse o nosso ideal, é essa a nossa determinação, continuamos a não desarmar, vamos – todas e todos, em conjunto – vencer!
Um grande, um enorme abraço fraternal, com um
Viva o 25 de Abril!
E com um grito forte, vindo do fundo de nós e da nossa História
Viva Portugal!
A Direcção

UM SONHO LINDO PARA VIVER

GERTRUDES DA SILVA

SE BEM QUE DAÍ NÃO possa – ou queira – tirar qualquer conclusão, contrariamente aos anos anteriores, neste 43.º Aniversário do 25 de Abril, reduziram-se a muito poucos os convites normalmente formulados para a nossa participação em realizações comemorativas desta histórica e tão simbólica efeméride levadas a cabo pelas escolas e autarquias da região de Viseu. Na coincidência, neste período, de férias, feriados e pontes pode residir parte da explicação. Mesmo assim, ainda participámos mais ou menos diretamente nos seguintes eventos: **24 de abril** – Sessão explicativa para alunos do 4.º ano do 1.º ciclo da Escola de S. Miguel, em Viseu; na ACERT, em Tondela, noite consagrada ao 25 de Abril, com dois concertos preenchidos de músicas alusivas à Revolução dos Cravos, interpretadas com brilhantismo e quente participação de todos os presentes; **25 de abril** – Palestra sobre o 25 de Abril inserida na sessão solene comemorativa do 43.º aniversário levada a cabo pela Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul; **27 de abril** – Participação no encontro comemorativo do 25 de Abril da Associação de Professores de Viseu; **28 de abril** – A convite da Câmara Municipal de Mangualde, participação nas comemorações do 43.º Aniversário do 25 de Abril, com um lindíssimo sarau composto de canções alusivas às lutas antifascistas e ao 25 de Abril, e onde também foram homenageados Manuel de Arriaga, primeiro Presidente constitucional da República, e o capitão de Abril já falecido, Monteiro Valente, também ele um fervoroso e consistente republicano; **1 de maio** – Pois, quem havia de dizer!... Na pacata e recolhida freguesia de Vila Chã de Sá, no concelho de Viseu, em pleno coração das terras ainda hoje tidas como do "reino do cavaquistão" – o homem foi-se, o nome perdura – assistimos e participámos num ato comemorativo a vários títulos memorável, uma iniciativa da Junta de Freguesia local, um sarau muito pedagógico e especialmente belo, características resultantes da feliz e engenhosa combinação de um diaporama a contar a história do 25 de Abril, seus antecedentes e consequentes, com belíssimas interpretações musicais a cargo da banda "Ad-Libitum".
Em jeito de nota final, não se poderão queixar os capitães de Abril, tantos e tão efusivos os aplausos que receberam em todos os atos em que participámos ou a que simplesmente nos associámos. E, apesar de muitos recuos, das curvas e contracurvas de um processo que teima em não se dar por concluído, uma mensagem parece emergir destas mais discretas comemorações: o 25 de Abril continua vivo no coração de muita da nossa gente, mesmo nestes lugares improváveis, e vai-se afirmando como bandeira pelos órgãos do poder local, de fato uma das como uma das mais consistentes e resistentes conquistas de Abril.
"Um sonho lindo pra viver, quando toda a gente assim quiser."
Pois neste mês que não foi de águas mil/volta a sentir-se um cheirinho no ar/que não tem nada que enganar/ sementes que ficaram do 25 de Abril.

Jantar comemorativo no Porto

Direitos Reservados

COMO VEM SENDO habitual, realizou-se no passado dia 25 de Abril, no Porto, o jantar dos oficiais e familiares que, deste modo, pretenderam assinalar, em animado convívio, a passagem do 43.º aniversário da Revolução dos Cravos. A reunião, decorreu nas instalações do CAS/Porto do IASFA, tendo comparecido 55 pessoas, entre oficiais e familiares.

Quando chegou a altura da evocação da data, fez-se a habitual saudação às esposas de Abril, de que se destaca uma merecida salva de palmas endereçada ao casal Fernanda Amaral/António Ferreira do Amaral, ainda como tributo ao texto que, no ano anterior, o David Martelo lera, texto esse intitulado 'Mulheres de Abril', retirado da obra *Nem só de tiros vive a guerra*, da autoria do Ferreira do Amaral, mas, naturalmente, inspirado no papel da Fernanda, na noite de 25 de Abril de 1974. Não tendo estado presentes no jantar de 2016, a salva de palmas que, na ocasião, sublinhara a beleza desse texto, foi emotivamente repetida neste ano, agora já com a presença da Fernanda e do António

David Martelo aproveitou a ocasião para recordar as ligações que, em 1974, fora encarregado de estabelecer, na Galiza, com oficiais da *Unión Militar Democrática* (UMD), e descreveu, em pormenor, a sua recente deslocação a Oviedo, representando a Associação 25 de Abril, para participar numa homenagem aos militares da UMD que teve lugar naquela cidade das Astúrias.(Cf. Cravos vermelhos em Oviedo na pag. XXX)

Seguiram-se dois momentos de poesia, uma vez mais com a colaboração de duas Mulheres de Abril – a Fátima Carneiro, esposa do Castro Carneiro, e a Fátima Ribeiro da Silva, esposa do Antero Ribeiro da Silva –, em ambos os casos com poemas alusivos ao 25 de Abril, as quais foram sublinhadas com efusivos aplausos. Por fim, a sessão encerrou-se com a *Grândola Vila Morena* e o *Hino Nacional*, cantados por todos os presentes.

Direitos Reservados

Abril tomou
A LIBERDADE NO PORTO

A exemplo dos anos anteriores, a A25A integrou, através da sua Delegação do Norte, a organização das Comemorações Populares do 25 de Abril da cidade do Porto.

Delas fizeram parte, entre outras iniciativas, a grande Marcha da Liberdade, com início junto ao Museu Militar do Porto (antigas instalações da Pide/DGS na cidade do Porto), antecedida no local duma singela mas sentida homenagem aos ex-presos políticos do antigo regime.

O destino do desfile, engrossado com vários milhares de pessoas, teve destino a Praça da Liberdade, onde no palco para o efeito montado, o presidente da Direção da Delegação do Norte da nossa Associação, Ribeiro da Silva, leu a Mensagem deste ano da A25A, o que foi acolhido com inúmeros aplausos dos presentes. Mais uma vez se provou, na rua, que o 25 de Abril está bem vivo.

Núcleo de Oeiras e Cascais REVELA ABRIL AOS JOVENS

Direitos Reservados

O NÚCLEO DA A25A de Oeiras e Cascais esteve particularmente ativo, nos meses de abril e maio, participando em diversas iniciativas de âmbito cultural e desportivo de divulgação e promoção dos valores de Abril, sobretudo, elegendo como público-alvo os estudantes.

A convite de treze escolas de Oeiras, Cascais, Amadora, Almada e Sintra, os seus membros desdobraram-se em conversas com cerca de mil e oitocentos alunos, do 5.º ao 12.º anos e com mais de uma centena de professores. Esse foi o tempo para evocar o 25 de Abril, os seus antecedentes, a sua preparação, as operações militares e o processo de consolidação do regime democrático e da liberdade.

O momento alto das palestras convencionais foi na EB2,3 Alto dos Moinhos, Terrugem, concelho de Sintra. Além da calorosa receção feita pela Direção da Escola e respetivos professores, os membros do Núcleo da A25A de Oeiras e Cascais, quando aludiram a Grândola como senha de confirmação para a ação do 25 de Abril, tiveram a grata surpresa de ser o coro da escola a cantá-la. No final os alunos ainda cantaram obras de Lopes Graça, numa confirmação da qualidade do coro e do trabalho da professora responsável.

Desde 2014 que o núcleo da A25A de Oeiras e Cascais vem desenvolvendo esta atividade de levar o 25 de Abril e os seus ideais às escolas e aos jovens. Este ano, apesar do número de escolas alcançado ser menor, o número de alunos envolvidos foi bastante maior. No conjunto de quatro anos foram contactados cerca de sete mil jovens e quatro centenas de professores.

PROJETO "ABRIL HOJE"

Na Escola de Carcavelos inovou-se com o projeto "Abril Hoje", inspirado na evolução e na calendarização do processo que, iniciado em 1973, conduziu à libertação do País. Foram atingidos todos os objetivos do projeto Educativo da Escola no âmbito da cidadania jovem e o "Abril Hoje" foi consensualmente entendido como um interessante projeto escolar, livre e democrático, e uma forma excecional de comemorar Abril. O seu êxito reforçou, entre os alunos, a convicção de que "nós podemos mudar o mundo." A população escolar envolvida no projeto "Abril Hoje" totalizou seiscentos alunos do secundário e setecentos do básico. Podemos assim afirmar que com a atividade realizada na Escola de Carcavelos se iniciou um salto qualitativo.

Se contabilizarmos todos os estudantes que ouviram falar da A25A nas escolas dos concelhos atrás indicados e do 25 de Abril no projeto "Abril Hoje", podemos dizer que o número total de alunos alcançados pela atividade do núcleo da A25A de Oeiras e Cascais este ano deve rondar os dois e trezentos.

FESTA JOVEM DA LINHA

No sentido de diversificar as formas de chegar aos jovens realizou-se pela primeira vez A Festa Jovem da Linha, este ano em Cascais, com a presença de várias centenas de participantes e cerca de um milhar de assistentes, inspirada na Festa Jovem de Almada. Juntaram-se à A25A na coorganização as câmaras de Cascais e de Oeiras e a Associação de Ginástica de Lisboa.

Participaram dezanove equipas de nove coletividades desportivas e recreativas dos municípios de Oeiras e Cascais. Estiveram presentes o vereador da cultura da Câmara de Cascais, Piteira Lopes, e o presidente da A25A, Vasco Lourenço, que proferiram palavras alusivas ao momento, encorajando os jovens à prática do desporto e dos valores de Abril.

No próximo ano a Festa Jovem da Linha terá lugar num pavilhão desportivo do Concelho de Oeiras.

Pinheiro Rosa

Celebrações em Faro

CLARINDA VEIGA PIRES

EM FARO COMEMORÁMOS o 43.º aniversário do 25 de Abril e o 40.º aniversário da igualdade de direitos das mulheres com duas sessões sobre "Mulheres de Abril». A primeira, organizada pela prof.ª Adriana Nogueira e a Dr.ª Salomé Horta, responsáveis da Biblioteca da Universidade do Algarve, realizou-se dia 4 de maio, pelas 18 horas, num auditório do Campus da Penha, sendo convidados MariaAntónia Palla e Manuel Pedroso Marques, que apresentou o seu livro «Os Exilados». Referência ainda para a surpresa musical em "flashmob" pelo Grupo Coral Acanto TC, com o «Acordai».

A Escola Secundária Pinheiro e Rosa, na pessoa da professora Isabel Duarte e com o apoio da Direção, respondeu ao nosso desafio e conseguiu promover uma sessão na manhã, de 5 de maio de 2017, que contou com a presença de Maria Antónia Palla, carinhosamente aplaudida pelo do diretor da Escola e demais membros, com o auditório completamente repleto, tendo os alunos preparado um aperitivo, e mais um momento musical, do mesmo grupo coral, com o «Vejam Bem», acabando com todos de pé, a cantar «Grândola Vila Morena».

Os nossos agradecimentos a todos os participantes destes eventos.

Festa em Toronto

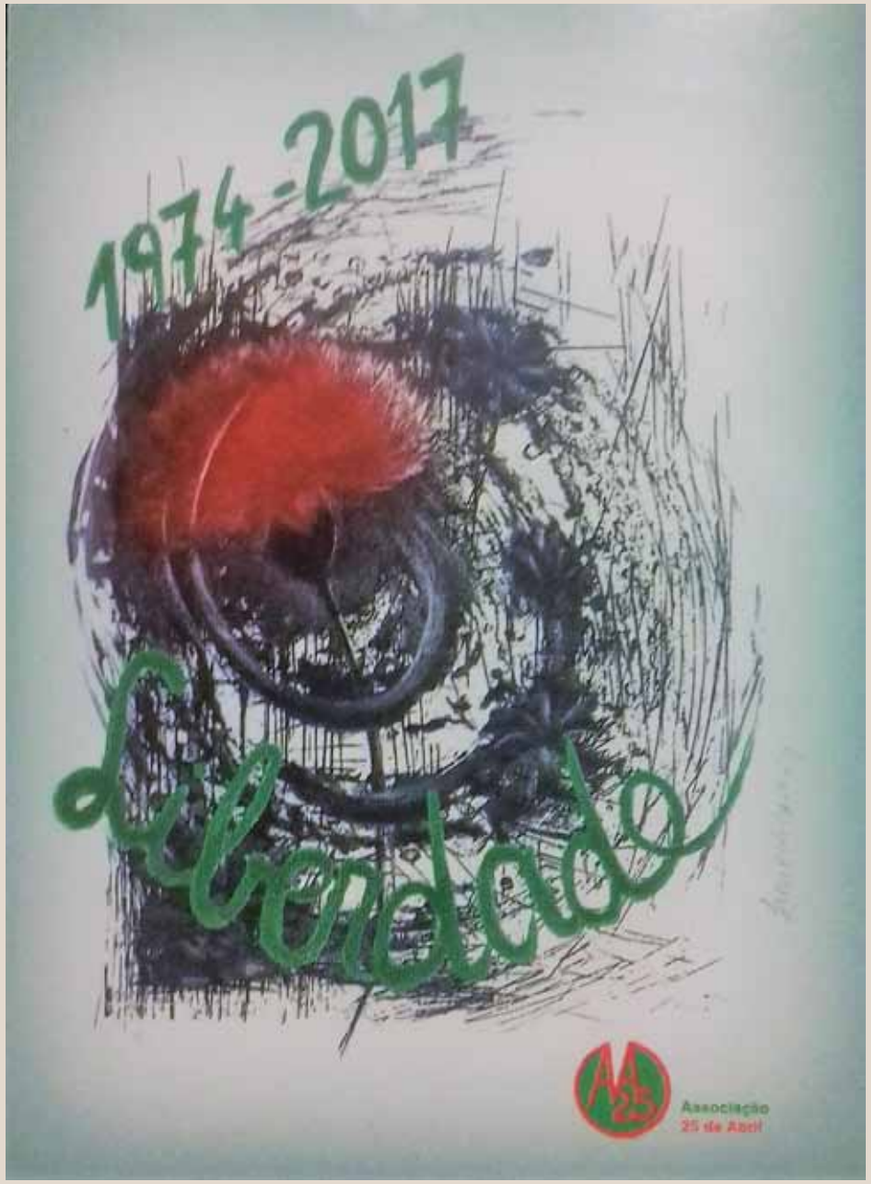
Direitos Reservados

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 25 de Abril de Toronto Núcleo Capitão Salgueiro Maia, liderada pelo seu presidente da Direcção Carlos Morgadinho, assinalou a passagem do 43.º aniversário da Revolução de Abril, com uma cerimónia no Salão Europa Catering, em Toronto, dia 29 de abril, na qual participaram dezenas de convidados, nomeadamente, o cônsul-geral de Portugal em Toronto, Luís Barros, e o comandante Caldeira dos Santos, em representação da A25A.

No uso da palavra, Caldeira dos Santos referiu-se à situação atual em Portugal, na Europa e no mundo que classificou de "crise profunda", considerando que, "independentemente de termos liberdade de expressão, a realidade é que a ditadura do capital financeiro que nos foi imposta por aqueles que desgovernaram o nosso País, tem vindo a destruir algumas das conquistas de Abril e que por sinal estão consignadas na Constituição da República, lei fundamental de um país que se preza pelos valores da democracia não só politica, mas também social e cultural".

Depois de verberar a atuação de "quem nos governou no período da troika, espezinhando valores, tais como a idoneidade a verdade e o respeito pelo ser humano e acima de tudo tratou os idosos e os jovens como meras peças de um jogo de xadrez viciado", Caldeira dos Santos, independentemente dos esforços e resultados obtidos pelo atual governo, questionou "se não deverão ser tomadas medidas mais adequadas para a saída da crise, tais como: um combate mais eficaz à corrupção, maior transparência da vida pública, a existência de leis claras e simples, uma justiça mais eficaz e uma solução justa para o serviço da dívida".

Durante a sua estada em Toronto, o comandante Caldeira dos Santos foi recebido no Parlamento Provincial, tendo sido apresentado à câmara pela deputada portuguesa Cristina Martins que ali representa a área de Davenport. Mais tarde, esteve no "City Hall" onde o acolheu o vereador Jo Mihevc. Ambas as instituições manifestaram apreço pelos "capitães de Abril" e pela Revolução dos Cravos, cuja memória fazem questão de preservar.



Direitos Reservados

Liberdade, 2017

A GRAVURA EM METAL (matriz em cobre 35x25 cm e papel fabriano 35x50 cm) inspira os ícones celebrativos do 43.º aniversário do 25 de Abril, que dá origem ao cartaz e à medalha da autoria de Irene Ribeiro (1949, Esposende).
Licenciada pela Faculdade de Artes Plásticas - S. Paulo (1970/73), Irene Ribeiro, como bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian fez estágio na Gravura – Cooperativa de Gravadores Portugueses (1979/80). Expõe regularmente os seus trabalhos, desde 1973 e tem recebido prémios e menções honrosas em várias exposições. Está representada em coleções oficiais e particulares, no País e no estrangeiro. Enquanto docente orientou cursos de iniciações as técnicas de gravura: Cooperativa Gravura, Lisboa (1982/83); Cooperativa Árvore, Porto (1984); Diferença Comunicação Visual, Lisboa (1985/95); Associação de Gravura da Amadora, (1985/2000), e ainda ações de formação para professores em diversas localidades do País, no Brasil e em Macau.

Direitos Reservados

José Maria Roumier

José Maria Roumier

José Maria Roumier

José Maria Roumier

José Maria Roumier

Lusa - Mário Cruz

SARMENTO PIMENTEL
Um Século de História

> Retrato de Sarmento Pimentel. Espólio de Armando Pinto

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÃO do 43.º aniversário do 25 de Abril, a A25A, em parceria com a revista *Tripolov de Artes, Religiões e Ciências*, promoveu a exposição/colóquio "Sarmento Pimentel – Um Século de História", que decorreu, na sede em Lisboa, de 18 a 28 de abril. O programa teve início com a inauguração da exposição pelo presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço, seguida de uma conferência proferida pela escritora Maria Estela Guedes. O colóquio dividiu-se em duas sessões, nos dias 26 e 28. Na primeira, intervieram Maria Estela Guedes, Ana Luísa Janeira, Luís Alves de Fraga, Julião Bernardes, Fazenda Lourenço e Levy Batista. A cerimónia de encerramento contou com a presença de Vasco Lourenço e as comunicações de Ramalho Eanes, José Verdasca, Nuno Andrade e Martins Guerreiro.

João Maria Ferreira Sarmento Pimentel (Eixes, Mirandela, 14 de dezembro de 1888 — São Paulo, 13 de outubro de 1987) foi um oficial de Cavalaria do Exército Português, escritor e político que se distinguiu na luta contra a Monarquia e governos ditatoriais. Como aluno da Escola do Exército participou nos movimentos da Rotunda, ao lado de Machado Santos, nos dias 3 a 5 de outubro de 1910, de que resultou a implantação da República Portuguesa. Participou nas campanhas do Sul de Angola, esteve na Flandres, liderou revoltas várias, a última das quais em 1927. Exilou-se no Brasil, onde morreu, tendo entretanto vindo à Galiza para colaborar numa revolta falhada em 1931 e depois, no 25 de Abril, a Portugal, para festejar.

ESTELA GUEDES: "O REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL"

Marcos deste longo caminho, pontuados por gestos destemidos, ficaram patentes na exposição através da reprodução de quadros, fotografias, iluminuras e de outros documentos ilustrativos da gesta do homenageado.

Façanhas que Maria Estela Guedes (MEG), falando na abertura do colóquio, descreveu com detalhe a partir da sua fixação no Brasil, após a revolta de 1927, "onde mantém a luta contra o regime ditatorial em Portugal e procura estabelecer-se nos negócios. Em 1931, já ele tinha atravessado o Brasil e o Paraguai em direção a Buenos Aires, onde permaneceu uns meses, a ampliar o mercado de tabacos da Companhia Sousa Cruz. Nesse ano, beneficia de seis meses de férias para vir à Europa. Não a Portugal, pois "estava proibido de publicar e de entrar no seu próprio país". EmVigo, "aproveita para passar férias com a família" e "reencontra dezenas de exilados, entre eles Aquilino Ribeiro, que ali se fixara, e dali teve de sair, dada a lei espanhola, saída por pressão do governo português, de proibição do estacionamento de exilados portugueses a menos de cem quilómetros da fronteira".

MEG recorda o "falhanço da revolta de 1931" e a desilusão de Sarmento Pimentel que o leva a fixar-se no Brasil com a família, onde prosseguirá a sua luta contra o regime salazarista.

Ultrapassadas alguma vicissitudes quanto à aceitação de Humberto Delgado "um pintão da ninhada salazarista", como Sarmento Pimentel chegou a escrever, MEG recorda a angariação de fundos "para o que seria a revolta de Beja, e nesse contexto realiza-se um jantar em casa de Toga Machado, no qual estão presentes, além de Humberto Delgado, Henrique Galvão e os rapazes que este contratara para o assalto ao 'Santa Maria', as pessoas mais influentes e as mais ricas da comunidade portuguesa".

Segundo MEG, "presidia ao jantar Sarmento Pimentel, em cujo discurso garantiu que Portugal ia finalmente libertar-se da carga salazarista. Com o dinheiro angariado, tudo garantia que a revolta se faria e sem sangue, ou pelo menos com o mínimo possível de feridos. Também há de ter dado conselhos e alvitres. Sarmento Pimentel manifesta na altura um comportamento diferente do da juventude, argumentando que as revoluções, ao contrário dos que pensam ganharem-se pelas armas, na verdade ganham-se com dinheiro. Até adiantou que todos os homens têm um preço. Nesse jantar de agradecimento a mecenas e de angariação de fundos, eles já contavam com um milhão de cruzeiros, e havia ordem para um banco da América Latina entregar oitocentos mil ao general".

Socorrendo-se do ensaio de Irene Pimentel, *No 50.º aniversário da Revolta de Beja*[1] e de um artigo no jornal *Sol*, 'A verdade do assalto ao quartel de Beja 50 anos depois'[2], a oradora descreveria, depois, peripécias de Humberto Dalgado que foram causa de rutura assumida por Sarmento Pimentel e o caminho que este então se decidiu, rumo à revolta de Beja.

JULIÃO BERNARDES: ELOGIO AO CAPITÃO

Julião Bernardes discorreu sobre a figura de o capitão, para dela fazer o seu elogio e, assim, aludir à estatura de Sarmento Pimentel, tomando inspiração nos versos de Camões: *Enfim, não houve forte Capitão/Que não fosse também douto e ciente,...* Lusíadas, Canto V, Estância XCVII.

Para o orador, "o posto mais bonito da escala de oficiais" é o de capitão, "pois é nele que um oficial abarca um leque de funções e responsabilidades o mais diversificado, gerindo e comandando um pequeno cosmos, digamos assim, do mundo militar. Através de estudos que ele próprio faz do terreno, do inimigo, das informações que possui, tem que decidir qual o efetivo a utilizar para um determinado fim, se a companhia no seu todo ou uma pequena parte dela; se reforça ou não essa força a empenhar com outros meios, que possui ou solicita ao escalão superior; como colocar os seus homens no terreno ou efetuar uma progressão, de modo a ter êxito com o mínimo de perda de vidas"

Noutro passo da sua comunicação, Julião Bernardes declarou:

"No posto de capitão é quando o oficial está mais próximo de todos os seus comandados, oficiais, sargentos e praças e, ao mesmo tempo, tem a liberdade de ação suficiente, em todos os aspetos, do planeamento à execução operacional. É nele que o oficial põe à prova todas as capacidades que possui e delas vê o resultado.

É nele que o oficial atinge a maturidade, se encontra com a condição física no seu esplendor e possui ainda a capacidade de sonhar, a tal que quase sempre se esvanece com o avançar na idade, quando a acomodação ao dia a dia parece encaminhar-nos a apenas deixar correr o tempo.

É o posto em que o oficial olha todos os seus comandados, conhece as qualidades e os defeitos de cada um e sente que eles o conhecem; olha-os e vê nos olhos que o fitam a confiança de quem o reconhece: esses olhos são o espelho dos seus atos. Se os alferes, comandantes de pelotão, estão mais próximos dos seus soldados, a verdade é que o capitão participa de todas as alegrias nos momentos felizes, consolando-os e sofrendo com eles os revezes que a vida os faz afrontar. Ajuda-os a resolver os problemas que lhes surgem, pois todas as decisões lhe vão parar às mãos; é ele que administra a justiça entre os seus subordinados, conferindo-lhes louvores ou punições, quando é o caso".

Situando-se depois no contexto histórico do 25 de Abril de 1974, Julião Bernardes observou:

"Os capitães, os tais que comandam, tomaram em suas mãos criar condições para mudar o rumo ao País. Só eles o podiam ter feito, pois só eles detinham a ligação fundamental aos seus comandados, aquela união e confiança mútua que se estabelece entre quem diariamente enfrenta os mesmos perigos.

Só eles o podiam ter feito, porque na sua idade os ideais ainda estão bem vivos e bem distantes as amarras de interesses que o avançar na idade e o consequente aproximar do fim da carreira em si transportam.

Dessa geração recordamos com facilidade nomes de capitães que, por uma razão ou por outra, ficarão na História:- Salgueiro Maia, Vasco Lourenço, Marques Júnior, Otelo, Fabião, Jaime Neves, Garcia dos Santos, Sanches Osório, Melo Antunes, Ramalho Eanes, Casanova Ferreira, Vasco Gonçalves, alguns já majores ou de posto superior, mas com os ideais bem frescos e ativos..."

JORGE FAZENDA LOURENÇO: CORRESPONDÊNCIA COM JORGE DE SENA

Na primeira sessão do colóquio, Jorge Fazenda Lourenço fez uma apresentação sobre "a correspondência de Jorge de Sena e João Sarmento Pimentel". Na sua comunicação, começou por referir a existência de "mais de duas centenas as cartas, mensagens e postais trocados entre os dois amigos que se estimavam e admiravam mutuamente, com um imenso respeito que não estorvava a familiaridade"[3].

Estribado na documentação disponível, o orador afirma Camões como modelo inspirador de Sarmento Pimentel, assim:

"Por um lado, Camões é, para Sarmento Pimentel, o que era para os republicanos de 1880: um símbolo regenerador da Pátria. Por outro lado, Camões é, para ambos, a hipóstase do culto renascentista das armas e das letras, quer dizer, da articulação, numa mesma personalidade viril, da espada e da pena, que o capitão também encarna (combatente da Rotunda e de Naulila, fundador da *Seara Nova*, caçador e bibliófilo), e que o poeta também nele reconhece. Este mútuo encontro em Camões vai, aliás, materializar-se no modo entusiástico como Sarmento Pimentel comenta e acompanha a feitura das teses académicas de Jorge de Sena sobre o vate, oferecendo a sua biblioteca e procurando espécimes raros".

Depois, enumera tópicos da correspondência trocada, correlacionado-a com as épocas e contextos históricos dos protagonistas: o exílio comum no Brasil, o trânsito de Jorge de Sena por diferentes lugares de expatriação. Ou seja, como acentuou Jorge Fazenda Lourenço, "o movimento desta correspondência (a sua respiração) é marcado pelo trânsito de Jorge de Sena por diferentes lugares de exílio e de peregrinação, uma vez que Sarmento Pimentel tem como eixo do seu peregrinar, mais temporal que espacial, a cidade de São Paulo.

Assim, podemos dizer que há dois períodos nesta correspondência: o período brasileiro, de 1959-65, quando Jorge de Sena mora em Assis e, depois, em Araraquara, e o período norte-americano, de 1965-78, quando o poeta transita para Madison e, depois, para Santa Barbara. Este movimento sofre uma momentânea suspensão com o 25 de Abril de 1974."

No período 1959-65 a correspondência versa os conflitos entre os grupos da oposição ao salazarismo.

Noutro ponto da sua comunicação, Jorge Fazenda Lourenço regista nesta troca epistolar menções concretas a factos políticos ocorridos em Portugal. Assim, "o colapso da 'cadeira patriótica', em setembro de 1968, é saudado, num postal de Londres, por Jorge de Sena (22/9/68), logo seguido de outro, agora de Roterdão: 'Cautela com Portugal, que as coisas não mudaram ainda...' (17/10/68). É a primeira viagem à Europa, e a Portugal, do poeta, ao fim de nove anos de exílio. O otimismo de Sarmento Pimentel é incorrigível. Nas habituais comemorações do 5 de Outubro, em São Paulo, 'fiz as minhas despedidas e disse que este era o último jantar republicano a que presidia, pois a próxima data histórica da proclamação da República Portuguesa a passarei em Portugal...' (30/12/68). Mas foi preciso esperar".

JOSÉ VERDASCA: AS ESTRELAS DE GENERAL

Coube a José Verdasca discorrer sobre Sarmento Pimentel através da evocação do relacionamento pessoal com o próprio e também em ambientes frequentados por figuras intelectuais, políticas e de cultura, no Brasil. São essas vivências que lhe permitem afirmar que "o cidadão, militar, político, escritor, empresário e intelectual português João Maria Ferreira Sarmento Pimentel foi homem de pensamento e de ação, militar de escol e escritor emérito, nobre e digno exemplo de patriota, que durante seis décadas honrou Portugal no Brasil, dignificando o exército e ilustrando as letras portuguesas".

Da passagem de Sarmento Pimentel pelo Exército Português, José Verdasca recorda que "regressado a Portugal e promovido a capitão, foi convidado pessoalmente por Sidónio Pais para comandar o Esquadrão da GNR no Porto; gravemente doente com a gripe espanhola, em 3 de fevereiro de 1919 abandonou o hospital, pediu que o ajudassem a montar no cavalo e, à frente do seu esquadrão dirigiu-se para a messe da Batalha, onde prendeu o Estado Maior das forças monárquicas, derrubando a monarquia pela segunda vez".

Do "homem que não curvava a espinha, nem admitia bajulações", falaria, ainda, José Verdasca trazendo à colação diversos episódios e vivências por Portugal e pelo Brasil, suficientes para insistir na distinção a Sarmento Pimentel. Assim, recordou: "na carta que enviei ao nosso general, então presidente da República e do Conselho da Revolução, insistindo na promoção de Sarmento Pimentel a general, escrevi que não sabia quem deveria sentir mais orgulho: Sarmento Pimentel em ser general do Exército Português, ou o Exército Português em ter Sarmento Pimentel como general. Lida essa carta na última reunião do Conselho da Revolução (1982), o homenageado foi ali promovido e o nosso general Ramalho Eanes atendeu o meu pedido, e nomeou o saudoso conselheiro Marques Júnior – que durante anos lutara por essa promoção – para nessa noite seguir para São Paulo, para levar e colocar nos ombros do nonagenário Sarmento Pimentel as respetivas estrelas".

MARTINS GUERREIRO: A ÉPOCA EM QUE VIVEU E FEZ POLÍTICA

Martins Guerreiro (MG), prezado diretor de "O Referencial", foi um dos oradores da sessão de encerramento do colóquio, onde apresentou uma comunicação sobre 'O homem, a época em que viveu e fez política', pretendendo "fazer a ligação entre o homem que ficamos a conhecer e a época em que se desenrola a sua principal ação de homem político – Primeira República seguida da primeira fase da oposição à Ditadura militar e ao Estado Novo, sem deixar de mencionar o período que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial até ao 25 de Abril de 1974".

Segundo MG, "João Sarmento Pimentel é claramente um homem cujos valores e ideais são os da I República. Nasceu numa família conservadora da fidalguia rural, porém cedo manifestou a sua rebeldia e rejeição do estatuto por herança de sangue, assumindo a sua origem social e de classe, sem se deixar condicionar pela família, que por vezes se sente chocada ou não compre-

Medalha Capitão João Sarmento Pimentel, comemorativa da volta de seu exílio em 1974. Portugal, em bronze, com 8 cm de diâmetro. Espólio Triplov.

ende as suas atitudes e atuações quer no campo político, quer no campo social".

A conferência sobre a figura de Sarmento Pimetel, estruturou-a Martins Guerreiro pelos "factos e atitudes de maior relevo na sua vida militar e política", dos tempos enquanto cadete da Escola do Exército, até 1982, quando o Conselho da Revolução o promoveu a general.

Depois, descrevendo os alvores da implantação da República, MG anota que "os republicanos durante a Monarquia fizeram uma notável obra de propaganda dos ideais republicanos. Conseguiram conquistar as populações urbanas, fizeram vibrar o fervor patriótico iniciaram a luta pela liberdade da nação e pela construção da cidadania a partir do sistema escolar – escola pública – e da divulgação das ideias e das palavras. João Sarmento Pimentel é conquistado por tais ideais, é um dos seus promotores, participa no 5 de Outubro 1910".

Desse período, até ao 28 de Maio, MG fixa, metodicamente, golpes, revoltas e levantamentos, em número de quinze, entre insurreições de monárquicos contra a República, revoltas militares Machadistas e o golpe de Sidónio, e anota quarenta e cinco governos, sete eleições para o Parlamento, oito eleições para Presidente, cinco eleições municipais.

Segundo MG, "o novo regime passou a ser contestado e atacado pelas forças monárquicas. Os monárquicos convergem tacitamente com os republicanos conservadores a que se juntam os católicos politicamente organizados, na luta contra o PRP de Afonso Costa. Quem se sente despojado de poder pela liberdade, raramente deixa de conspirar contra ela. O movimento das espadas de 1914, que leva Pimenta de Castro ao poder, o golpe de Sidónio, bem como o 18 de abril de 1925 de Sinel Cordes e o 28 de maio de 1926 são expressões de tal convergência e aliança".

Entretanto, "depois do 28 de Maio continuam os golpes, levantamentos, insurreições, intentonas e inventonas para todos os gostos, conforme os participantes", devendo aí considerar-se dois períodos: aé à II Guerra Mundial; da II Guerra Mundial ao 25 de Abril 1974.

MG anota a insurreição republicana de 3-9 fevereiro de 1927, no Porto e Lisboa "com um pesado balanço de cento e sessenta mortos e oitocentos feridos – estimativa", para sublinhar que nela participa João Sarmento Pimentel, após o que regressa ao Brasil e daí se desloca a

Vigo para participar na insurreição republicana da Madeira, 4 de abril a 2 de maio de 1931.
Outros períodos: Reviralhismo, a seguir à Grande Guerra, 1945-1974 são também abordados por MG para se deter, finalmente, no ideário de Sarmento Pimentel que se consubstancia nos valores da República.
"Cidadania em expansão a partir de um escol urbano (burguesia esclarecida); serviço público – escola pública; Império colonial – defesa do império contra alemães e ingleses; liberdade – democracia liberal; valentia, coragem e um certo individualismo", concluindo que "Sarmento Pimentel tem um apurado sentido de honra e dignidade humana".

RAMALHO EANES: INDISCUTÍVEL "NOBREZA DE ESPÍRITO"

Na conferência de encerramento, Ramalho Eanes, entre outras considerações, traçou o insigne perfil biográfico-militar de Sarmento Pimentel:
"Como militar, formado na Escola do Exército, exemplar foi a carreira de Sarmento Pimentel, pela coerência humanista, pela pronta disponibilidade para todas as missões, por mais árduas que fossem, pela liderança e coragem no combate, o que, aliás, lhe mereceu especiais louvores e, mesmo, a outorga da maior condecoração portuguesa, a da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.
A sua ação militar revestiu-se, não raro, de matiz político. Assim, ainda enquanto aluno da Escola do Exército, participa no levantamento militar que levou à implantação da República, em outubro de 1910.
Mais tarde viria a colaborar com Sidónio Pais, talvez porque, como muitos outros, julgava a República demasiado medrosa, pouco ousada, incapaz, até, de reconhecer o direito de voto aos analfabetos (que constituíam a maioria do povo português) e às mulheres.
(...) Sarmento Pimentel, com o seu irmão, Francisco, foi um dos comandantes das forças fiéis à República, que, em 1919, no Porto, esmagaram a nascente sublevação monárquica.
Sarmento Pimentel desempenhou, ainda, funções políticas como chefe de gabinete de Ezequiel Campos, no governo de Álvaro de Castro (1923-1924).
Embora curta, brilhante foi a carreira militar de Sarmento Pimentel. Já como alferes de Cavalaria, é mobilizado para Angola. Em 1914/15, combate, com reconhecida distinção, no Sul de Angola, comandando auxiliares Boers.
Dissolvido o comando destes auxiliares, é nomeado ajudante de campo do Comando Supremo das Forças em operações. A excelência da sua ação operacional vale-lhe três louvores.
Depois de a Alemanha ter declarado guerra a Portugal, a 9 de março de 1916, participa, já como tenente-coronel, em Angola, e sob o comando do general Pereira d'Eça, na operação militar destinada a reprimir a insurreição dos Cuanhamas, fomentada pelos alemães, que obteve pleno sucesso.
Da sua importância é comprovativa a declaração assinada por António José de Almeida e demais ministros, a 17 de janeiro de 1917.
Em maio de 1918, ainda como tenente, embarca para França, onde se distingue na Frente da Flandres.

Após o 28 de Maio, repudia frontalmente a ditadura, seguramente por admitir, dada a sua cultura, formação política e militar, que as ditaduras, como a portuguesa de então, podem, na sua génese, querer parecer inevitáveis e temporárias, mas, em passo político vertiginoso, se transformam em 'carga', que, bem depressa, todos os cidadãos transforma em súbditos, resignados ou cidadãos opositores duramente perseguidos.
Em 1927, participa na revolta contra a ditadura, que fracassou. Sarmento Pimentel é condenado a prisão correcional (dezoito meses) e multa (dois escudos por dia).
Não aceita Sarmento Pimentel a punição que lhe é imposta por uma instituição militar aprisionada pela ditadura, e deserta, para não desertar dos ideais políticos democráticos republicanos. Deserção que exige ser contextualizada porque, em boa verdade política e militar, deserção não é. Na verdade, não é desertar não acatar e fazer oposição à 'ilegitimidade legal'. E ilegítimas são todas as leis mantidas ou promulgadas por um poder político ditatorial. Só são legítimas as leis elaboradas pelos representantes livremente eleitos pelo povo, conformes com uma lei magna, que guardiã última é dos direitos, liberdades e garantias, enfim, de cidadania ativa, participativa no acontecer público, que considera e trata o seu poder político legítimo, legitimado como organização sua, com a qual dialoga, interpela, e da qual reclama, quando necessário, o que deve fazer e bem não fez – realizar o bem comum, com ética e transparência, com competência e eficácia, com respeito por cada um e todos os cidadãos e pelas organizações políticas, religiosas, culturais e outras da sua sociedade civil.
Depois desta ação contra a ditadura, Sarmento Pimentel exila-se no Brasil, na cidade de S. Paulo. Não desiste, contudo, da luta ativa contra o regime de maio.
Em 1931, volta à Galiza para participar em nova revolução, que não obteve sucesso. Regressa ao Brasil, onde lidera a 'colónia portuguesa dos opositores do regime' de Salazar. E no Brasil, onde acolheria a sua família, Sarmento Pimentel empenhou-se em atividades diversas. Apegado ficou sempre à sua militância político-democrática. Ali, lidera a Fundação da Unidade Democrática Portuguesa no Brasil, em S. Paulo, em 1961.
Em 1969, compromete-se com a redação de um pedido dos democratas portugueses exilados no Brasil.
Em 1973, Sarmento Pimentel e o irmão, Francisco, participam na fundação do Partido Socialista.
Sarmento Pimentel ação de mérito teve também na escrita. 'De formação clássica e moderna', no dizer de Jorge de Sena, também à escrita dedicou parte do seu tempo. Em 1921 tornou-se membro da direção da revista *Seara Nova*. Em 1923 publicou as obras *Cruzeiro do Sul* e *Filho de Lázaro* (teatro), a que se seguiram *Mais Vale Andar no Mar Alto* (1925), *Crime de Augusto Gomes* e *Viagem Maravilhosa* (1926/27).
Em 1963, publica a primeira parte de *Memórias do Capitão*, que seria proibido em Portugal, onde só viria a ser editado em 1974.
A Portugal só voltaria Sarmento Pimentel em 1974. Entendeu-se, então, ressarci-lo, tanto

quanto possível, dos custos pessoais e familiares da sua coragem – coragem que sempre manifestou para defender os seus ideais humanistas, os princípios e responsabilidade sociais, sem olhar a custos. Na sua chegada a Portugal, ao fim de quarenta e sete anos de exílio, afirma que 'A maior homenagem que posso ter é a liberdade, a Democracia'[4].

Foi agraciado, Sarmento Pimentel, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada em 1978 e a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade em 1980.

Em 1982, com feliz simbolismo libertário, democrático republicano, as estrelas de general foram-lhe impostas, no Brasil, pelo saudoso capitão Marques Júnior."

À guisa de conclusão da conferência, Ramalho Eanes deduziu: "Este homem, Sarmento Pimentel, que recusou a nobreza hereditária (que poderia reivindicar) manifestou, sempre – assumindo todos os perigos e outros custos –, socorrendo-me de Thomas Mann, uma manifesta e indiscutível "nobreza de espírito"[5].

1 Irene Pimentel, "No 50.º aniversário da Revolta de Beja". Em: http://irenepimentel.blogspot.pt/2012_01_16_archive.html.
2 "A verdade do assalto ao quartel de Beja 50 anos depois". Jornal Sol, em: https://sol.sapo.pt/artigo/1777/a-verdade-do-assalto-ao-quartel-de-beja50-anos-depois.
3 Mécia de Sena, nota de 25 de março de 1999, in Gilda Santos e Mécia de Sena, "Notas sobre regressos a Portugal: Cartas inéditas de Sarmento Pimentel e Jorge de Sena", Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, n.º 16, 1999, p. 98. Duas cartas de João Sarmento Pimentel, de São Paulo, 5 de abril de 1969 e Lisboa, 18 de outubro de 1974, e uma carta de Jorge de Sena, de Madison, Wisconsin, 8 de maio de 1969.
4 Jornal República, nº 15438, 16 Mai. 1974
5 Cf. RIEMEN, Rob – Nobreza de Espírito. Um ideal esquecido. Georg Steiner (Pref.). Trad. António Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2011

1982. Com José Verdasca, no dia em que recebeu as estrelas de general. No TriploV

SARMENTO PIMENTEL

Servir, eis seu lema e sua meta
Humanista, militar e escritor
Líder dos exilados foi o maior
Um guerreiro com alma de poeta

Vida integralmente dedicada
À pátria, à grei, ao seu ideal
Durante um século honrou Portugal
Cuja imagem quis imaculada

Homem de pensamento e de ação
Caráter de fidalgo transmontano
Com uma inteligência iluminada

Sua vida foi constante doação
Fiel ao exemplo camoneano
Numa das mãos a pena, noutra a espada

José Verdasca

Direitos Reservados

Em memória de AQUINO BRAGANÇA

Aquino Bragança a Imagem e a Palavra na Conquista da Liberdade dos Povos colonizados de África e Ásia eis o tema de uma exposição patente na sede da A25A, em Lisboa, organizada por sua viúva, Sílvia Bragança. No mesmo espaço, dia 21 de junho, ocorreu um debate com intervenções, entre outros, de Pezarat Correia e Carlos Veiga Pereira que se deixaram conduzir pelo itinerário fascinante da vida de uma figura proeminente que dedicou a vida à libertação dos povos da Índia primeiro, depois Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor. Natural de Badem, Goa, 1924, Aquino Bragança viria a falecer em 1986, no acidente de aviação, ocorrido em Mbuzini, Montes Libombos, na África do Sul, que vitimou quase toda a comitiva do Presidente Samora Machel, quando regressava de um encontro com o Presidente da Zâmbia. Nessa altura, Aquino preparava uma reunião com o Presidente da Africa do Sul, Peter Botha, para retomar as negociações da Paz entre Moçambique e África do Sul.

Direitos Reservados

Em primeiro plano: O Presidente da Câmara de Ponta Delgada, secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas; atrás, representante da Plataforma Cívica de Santo António, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António.

Direitos Reservados

Vasco Capaz quando usava da palavra em nome da A25A, com a fotografia do homenageado em segundo plano.

HOMENAGEM EM SANTO ANTÓNIO (PONTA DELGADA)

JOÃO GUILHERME REGO ARRUDA

última vítima do Estado Novo

A CÂMARA MUNICIPAL de Ponta Delgada e a Junta de Freguesia de Santo António prestaram homenagem à memória de João Guilherme, jovem morto pelas balas da PIDE disparadas da sede da polícia política do Estado Novo, em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, a 25 de abril de 1974.

A cerimónia realizou-se, dia 25 de abril, na freguesia de Santo António, no âmbito das comemorações do 43.º aniversário da Revolução dos Cravos, na sequência de um voto de louvor apresentado pelos eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia.

Nesse voto faz-se referência ao percurso de João Guilherme Rego Arruda, nascido na freguesia a 13 de janeiro de 1954, no seio de uma família de baixos recursos. Tendo frequentado o Seminário Menor de Angra do Heroísmo, aos 18 anos rumou para Braga, como bolseiro da antiga Junta Geral, para frequentar a Licenciatura de Filosofia, na Universidade Católica. Após uma experiência em Paris, onde aprofunda a consciência política e consequente intervenção cívica, transfere-se para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde toma contacto com grupos do PCP e MRPP então na clandestinidade.

No voto de louvor da Assembleia de Freguesia de Santo António, sublinha-se, ainda, o seguinte:

"Na manhã de 25 de abril de 1974, João Guilherme, como habitualmente muito cedo, chega à faculdade sendo informado que as aulas estavam suspensas, uma vez que a revolução estava na rua, prontamente junta-se ao aglomerado de gente que se encaminhou para a Baixa de Lisboa e para o quartel do Carmo, vivendo, desta forma, os primeiros minutos de liberdade que tantos almejaram e outros tantos lutaram.

Foi por diversas vezes visto em imagens captadas pela televisão, colocado no centro dos acontecimentos onde a revolução se fazia, sendo que, recentemente, em imagens inéditas da RTP, foi filmado a conversar com Salgueiro Maia.

No entanto, até ao fim daquele histórico, dia a alvorada da liberdade em Portugal, foi pintada com sangue de Santo António! João Guilherme Rego Arruda, nascido nesta freguesia de Santo António, que num ato heroico se colocou na linha da frente da multidão que se dirigiu à sede da PIDE/DGS em Lisboa, é baleado por rajadas de metralhadora disparadas pelos membros da polícia política, acabando por falecer mais tarde no hospital.

Os seus restos mortais serão recebidos em Santo António, com honras militares, no dia 30 de abril de 1974."

Quarente e três anos depois, a terra que o viu nascer evocou a sua memória perpetuando-a num Monumento à Liberdade erigido no centro cívico da freguesia.

No ato, em representação da A25A, interveio Vasco Capaz que, ao evocar João Arruda, associou esse momento à memória de "milhares de jovens combatentes nos treze anos de guerra colonial que também deram as suas vidas, ficaram física ou psicologicamente afetados e a todos os seus familiares, pelo sofrimento e angústias passadas em razão de uma ideia caduca de nacionalismo que viria a revelar-se anacrónica e insustentável, cuja resolução não encontrou o discernimento e ou a coragem suficiente dos poderes políticos e das elites governantes de então".

Protagonistas recordam OCUPAÇÃO DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

LUÍS PINHEIRO DE ALMEIDA (TEXTO)
CARLOS COELHO DA SILVA E MANUEL MOURA (FOTOS)

Direitos Reservados

MILITARES E CIVIS que na madrugada de 25 de Abril de 1974 protagonizaram a ocupação das instalações de Lisboa do Rádio Clube Português (Objetivo México) reuniram-se pela primeira vez em quarenta e três anos, no restaurante Com-Tradição, da Associação 25 de Abril. Foi no dia 12 de janeiro.

"Muitos de nós já não se via desde aquela data libertadora", disse um dos participantes.

A ideia partiu do "capitão" Nuno Santos Silva, da Força Aérea, um dos ocupantes, que manifestou o desejo de ver reunida a maior parte possível dos atores dessa madrugada na rua Sampaio e Pina. A ideia fez o seu caminho e cedo transbordou o objetivo original, cumprindo alguns dos propósitos de José Afonso, "Venham mais cinco" e/ou "Traz outro amigo também".

À volta do famoso cozido à portuguesa do chefe Pedro Honório, juntaram-se cerca de vinte pessoas que reviveram descontraidamente as histórias das primeiras horas de Liberdade da estação de rádio. O "capitão" Vasco Lourenço, presidente da Direção da Associação 25 de Abril, quis com a sua presença associar-se à iniciativa.

Costa Neves, em amena cavaqueira, desfiou lembranças da intervenção da Força Aérea nos vários estádios do processo do 25 de Abril e Vasco Lourenço deu conta de algumas reflexões que tem vindo a fazer sobre os acontecimentos de 25 de novembro de 1975.

Entre outros, estiveram presentes, Joaquim Furtado, Luís Colaço, Armando Pires, José Carlos Carrilho, Fernando Quinas, Gabriela Pires, a "estrela da tarde" que se lembrou de levar a bandeira da "Emissora da Liberdade", Adelino Gomes e este signatário.

Curioso notar que o Rádio Clube Português, não tendo sido a estação emissora dos sinais-rádio da Revolução (foram a Rádio Peninsular, dos Emissores Associados de Lisboa, e a Rádio Renascença – que não foram ocupados), constituiu no entanto um dos cinco objetivos militares da ordem de operações de Otelo Saraiva de Carvalho e foi a estação escolhida para a difusão dos primeiros comunicados do MFA, lidos por Joaquim Furtado e Luís Filipe Costa, anunciando ao País o derrube do regime então vigente.

O Rádio Clube foi tomado às 03H15 do dia 25 de Abril: "Aqui Grupo Dez. Informo México conquistado sem incidente", reportou Santos Coelho para o Posto de Comando do MFA na Pontinha. E o primeiro comunicado das forças vitoriosas foi lido por Joaquim Furtado às 04H26.

Estiveram ausentes do repasto-convívio, por isto e aquilo, entre outros, José Cardoso Fontão, Correia Pombinho, Campos Moura, Luís Filipe Costa, João Paulo Guerra, José Ribeiro, Fernando Humberto, Clarisse Guerra.

PUBLICIDADE

MEDALHAS COMEMORATIVAS

No exercício do magistério dos valores de Abril a A25A exprime-se em várias linguagens e narrativas. O tempo e a história de Abril estão também contados através da expressão artística de diversos autores, vazada na impressiva comunicação da medalhística. A A25A dispõe de um acervo interessante de medalhas alusivas ao 25 de Abril e a outros momentos importantes da História Contemporânea de Portugal que podem ser adquiridas através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

CRAVOS VERMELHOS em Oviedo

O FORUM MILICIA E DEMOCRACIA (FMD) realizou o encontro de reflexão anual, dias 20 e 21 de abril, em Oviedo, sob o lema "Unión militar Democrática - Historia Y Memoria".

O FMD prossegue os desígnios da União Militar Democrática (UMD), organização clandestina de militares profissionais insubmissos ao franquismo, constituída legalmente em agosto de 1974 e dissolvida em junho de 1977, tendo então desenvolvido intensa atividade nos quartéis de apoio à reforma política em Espanha.

O programa incluiu, no dia 20, um debate sobre os direitos dos membros das Forças Armadas e dos Corpos de Segurança do Estado, no Salão de Atos do Colégio de Advogados de Oviedo.

Raúl Morodo, antigo embaixador de Espanha em Lisboa e cofundador do Partido Socialista Popular, e o professor da Universidade de Saragoça, Javier Fernándes López, repartiram a lição sobre a 'História e Memória da UMD', dia 21, na Aula Magna da Universidade de Oviedo, destinada aos alunos e ao público em geral.

O ato central do encontro ocorreu no Teatro Filarmonica de Oviedo, com a intervenção de diversos convidados, entre os quais se contava o coronel David Martelo, em representação da Associação 25 de Abril.

Na ocasião, David Martelo proferiu o seu discurso, tendo a dado passo declarado:

"Estamos hoje, Espanha e Portugal, subordinados a um regime constitucional integrados no mesmo projeto da União Europeia. Estamos também menos jovens relativamente ao tempo quando tudo começou e alguns dos nossos já partiram. No entanto, podemos com legítimo orgulho recordar esse pasado distante, devemos reconhecer que vivemos, atualmente tempos complicados e perigosos, que ameçam e põem em causa os valores sagrados da Democracia e Liberdade. As gerações mais jovens não foram incentivadas para o estudo da História, comprometendo, desssa forma, o sentido crítico que deveriam possuir para enfrentar os desafios colocados por "novidades" que, infelizmente, não o são. E aquí, estimados companheiros, amigas e amigos, estará, provavelmente, a última trincheira onde poderemos ainda combater, deixando aos jovens o exemplo de nossos sonhos de antanho e a memória de tudo quanto não queremos que se repita".

Além da emoção que representou o reencontro de alguns dos oficiais da UMD com quem David Martelo estabelecera ligação em abril de 1974, nas Astúrias, registe-se a simpatia e o carinho do acolhimento ao representante da A25A, destacando o momento alto do entoar da *Grândola Vila Morena*, por todos os presentes, em português, enquanto no ecrã do Teatro Filarmónica de Oviedo eram projetadas imagens de Lisboa na manhã de 25 de Abril de 1974 e das forças militares empenhadas nas operações desse dia.

A. Belo

Coronel Delgado Fonseca
UM RANGER CONFESSA-SE

RIBEIRO CARDOSO

"Na guerra colonial verificámos que nada coincidia com a grelha de leitura a que tínhamos sido sujeitos na escola, nos media, em casa, na Igreja, na Academia..." – sublinhou Delgado Fonseca no almoço de 31 de Maio na Associação A25A.
Homem de Abril, o coronel é como a Nau Catarineta – tem muito que contar. E conta com facilidade, sem que a voz lhe doa.
Contou: "Finda a minha comissão no Leste de Angola, quando já estava no barco para regressar a Lisboa fui chamado de urgência ao Quartel-General em Luanda. Lá chegado, após um briefing sobre a situação em Cabinda, fui informado que um nosso camarada, major, comandante das tropas especiais naquele enclave (tropas que haviam sido 'transferidas' da UPA para o nosso lado com a promessa de autonomia/independência daquele chão), tinha declarado a independência de Cabinda. Missão que me foi atribuída: prender o major, enviá-lo para Luanda e dar a volta à situação local, controlando-a... Já havia tiros nas ruas para assustar comerciantes. Fiquei lá dois anos, regressando a Lisboa em Janeiro de 1974".
Na então Metrópole, de férias no Porto, integrou-se na organização do 25 de Abril no Norte, através de Eurico Corvacho, que já conhecia, tendo feito parte do Grupo Coordenador do MFA naquela Região Militar (já em Cabinda fora delegado do Movimento).
"Tempos inesquecíveis, esses, no Norte" – assevorou Delgado Fonseca, lembrando as incontáveis lutas aí travadas, entre outras contra os spinolistas que, "desde o princípio quiseram tomar conta da guerra...". Mais: "Naquele então, o PS na prática não existia, ou melhor, existia mas a sua guerra era ser fundamentalmente anticomunista e antimilitarista"...
Concluiu: "Mas, acima de tudo, não é possível esquecer a vigorosa e sublime revolução popular pós Cravos, base indispensável para que a acção militar não fosse apenas mais um golpe, mas uma revolução. Só travada a 25 de Novembro 75, dezoito meses depois".

O 25 DE ABRIL A NORTE

De seguida, lembrou como, ainda antes de Abril, fora colocado em Lamego: "Em 15 de Março de 1974, na sequência da exoneração de Costa Gomes e Spínola por Marcelo Caetano, mais de uma dezena de capitães e tenentes do Quadro Permanente colocados no CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego, entraram em conflito com o comandante da unidade, sublevaram-se e foram dispersos por várias unidades. O CIOE ficou assim sem ninguém para ministrar o Curso de Operações Especiais – e chamaram-me para director de instrução do curso, acumulando com o comando da Companhia de Instrução da Especialidade de Operações Especiais. Foi uma espécie de regresso a casa, pois já ali tinha

A. Belo

estado dez anos antes, após ter tirado um curso de Ranger nos EUA, onde fiquei em primeiro lugar."

Continuou: "Apresentei-me no CIOE em 8 de Abril de 1974. Conhecia muito bem o Centro e a práxis e conteúdo dos cursos ministrados. A Companhia de Comandos 4041 aguardava o embarque para a Guiné, tendo o pessoal ficado retido em Lamego para efectuar as vacinas. Porque esta era a única força militar verdadeiramente operacional de que poderia dispor para executar a missão que sabia ir receber da coordenadora do MFA, consegui atrasar por três dias a vacinação do pessoal, na expectativa de receber a ordem de operações do 25 de Abril a qualquer momento.

A ORDEM DE OPERAÇÕES PARA O DIA D

Cerca das 12h30 do dia 24 de Abril de 1974, Delgado Fonseca recebeu essa ordem de operações, em envelope fechado, da mão do Cap. Castro Carneiro, oficial de ligação do Movimento no Porto.

"Nesse momento" – sublinhou – "acompanhava o inspector-geral do Exército, e estávamos a entrar na Messe de Oficiais para almoçar. Só tive tempo de ir ao meu quarto onde rapidamente li e memorizei a ordem de operações.

Após o almoço, o general inspector mostrou muito interesse em visitar as caves de champanhe da Raposeira, o que era de tradição no CIOE. Por ordem do comandante acompanhei-o e cerca das 18h00, como o Sr. General queria continuar a estudar a tecnologia do champanhe na companhia do seu filho, pedi-lhe autorização para me ausentar porque tinha que preparar um importante exercício de instrução nocturno, que me foi concedida. O que o general não imaginava é que esse exercício nocturno era a Revolução do 25 de Abril..."

A Revolução em marcha

O coronel relatou depois a marcha de Lamego até o Porto, com os seus homens bem armados e bem preparados (aderiram com entusiasmo à Revolução). Dois curiosíssimos 'pormenores':

- A coluna militar era composta por numerosos veículos transportando o pessoal da Companhia de Comandos 4041 reforçada com elementos de armas pesadas – mas Delgado ia à frente no seu automóvel civil. Explicou: "Viajei no meu carro particular dada a necessidade de ter a bordo um rádio onde pudesse ouvir as emissoras de radiodifusão de onde se esperava receber notícias da evolução da operação a nível nacional."

- Segundo a Ordem de Operações, o objectivo era tomar, no Porto, a sede da Pide. Mas os acasos trocaram as voltas a Delgado. Ao passar por Cinfães, madrugada alta, o capitão bateu à porta de um pequeno hospital, dirigido por freiras, para telefonar – mas as servidoras de Deus, amedrontadas até ao mais íntimo dos seus hábitos, nem tugiram nem mugiram; escolheu então outra porta: a do posto local da GNR, a ver navios em termos de revolução. Só que o telefone tocou, tocou, mas do QG do Porto ninguém respondeu. Avançou para a Invicta, onde chegou cerca das seis da manhã, já trabalhadores da cidade andavam na rua. Viu, perto do Bonfim, uma padaria aberta e daí, para espanto de padeiros e mirones, telefonou de novo para o QG, onde o silêncio telefónico se manteve (ele não sabia, mas as ligações de e para o QG tinham disso contra-revolucionariamente cortadas). Nova chamada: desta vez para o CICA, onde tinha militares conhecidos – e a missão mudou de rumo: "Esquece a Pide e vem rapidamente para aqui, onde há muito que fazer". E para espanto dos transeuntes ainda ensonados, os homens sem sono vindos do Douro chegaram ao CICA, onde ficaram aboletados por uns tempos. Com muito proveito para o Norte da Revolução.

AZEREDO E A LIBERTAÇÃO DOS PIDES

A história do que se passou depois na Cidade Invicta foi ainda objecto de conversa com Delgado Fonseca, mas então já a tomar café noutra sala e com menos participantes. E esse foi o tempo para outras histórias.

"Na manhã do dia 26, o tenente-coronel Carlos Azeredo – que obviamente chegou a general... – mobilizou à minha revelia a Comp Cmds 4041 e foi ocupar as instalações da DGS. Obteve a rendição daquela polícia política e mandou libertar os Pides...".

Acrescentou: "Quando soube, desloquei-me de imediato para o local. Assisti a um cenário vergonhoso: das janelas do primeiro andar Azeredo e acompanhantes atiravam para a rua

A. Belo

todo o tipo de documentos e recebiam efusivas manifestações populares. O portão estava controlado por militares, mas no interior das instalações havia já muitos civis que vandalizavam ficheiros e equipamento. Por todo o lado, a começar pelas escadas de acesso ao primeiro andar, estavam abandonadas inúmeras armas e razoável quantidade de munições de vários tipos e calibres."

Concluiu: "Logo que o tenente-coronel Azeredo abandonou as instalações mobilizei os militares de Lamego para carregar todas as armas e munições em viaturas militares que enviei para o QG e dei ordem aos oficiais do CIOE para evacuarem do interior toda a gente e passarem a controlar o acesso até que fossem rendidos."

A LIGAÇÃO POVO-MFA

Naquela época, no Porto passaram-se coisas extraordinárias. Delgado lembrou, por exemplo, que o comandante da PSP na Invicta, contrariando as ordens existentes, mandou fazer uma carga policial sobre a população que se manifestava. "Eram 17 horas do dia 25. Por sorte, estava por ali perto uma secção da companhia vinda de Lamego, que se juntou de imediato à população, defendendo-a e pondo em fuga a polícia. Consequência: durante mais de um mês a PSP no Porto esteve 'out', e foram os militares que, bastas vezes, tiveram que defender a polícia da fúria da população. As pessoas só respeitavam o MFA. E percebi o que é uma revolução. O movimento social que se criou, a sua ligação umbilical aos militares de Abril, o País a transformar-se a olhos vistos, os vira-casacas e trafulhas de todas as origens e cores à procura de não se molharem por entre os pingos da chuva – isso não se pode esquecer. Fiquei a comandar a Polícia Militar, a população só falava connosco, éramos chamados para tudo: resolver conflitos de trabalho, greves, negociações colectivas, sei lá que mais. Todos os dias e de todos os lados nos chamavam. O povo só em nós acreditava. Só a nós queria. Uma imensa movimentação: substituição de direcções sindicais, de juntas de freguesia e por aí fora. Esses tempos foram uma coisa extraordinária. Mas começaram as divisões, mesmo entre militares, que os partidos também estavam no terreno e tudo foram minando. E o mesmo aconteceu com os homens que tinham dinheiro, industriais e banqueiros à cabeça. Quando apareceu o Documento dos Nove, que não assinei, percebi que a revolução tinha acabado. O que nos restou foi aguentar o mais que pudemos para que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves pudesse pôr cá fora muita legislação fundamental que ainda não estava feita."

TRIBUNAIS E PRATELEIRAS

O coronel, telegraficamente, falou ainda de alguns momentos-chave e suas consequências negativas para o 25 de Abril, com relevo para a substituição de Corvacho por Pires Veloso, que pouco depois todo os jornais apelidavam "vice-rei do Norte"...

Delgado, em termos pessoais, muito tinha também para contar: foi acusado das coisas mais insanas e estapafúrdias, foi amnistiado de coisas das quais nem sequer tinha sido acusado, foi julgado em Conselho Disciplinar e foi sempre ilibado. E para se perceber a maldade e insanidade do que viveu, terminou lembrando que, na sequência do 25 de Novembro:

- Por queixa de Carlos Azeredo, foi julgado em Tribunal Militar por extravio de uma arma da Pide! Como já acontecera em Conselhos Disciplinares, foi ilibado e a sua dignidade pessoal e profissional foi-lhe devolvida.
- Eanes, que o chamara para Lisboa, nomeou-o adido militar em Moçambique, mas Soares não o deixou embarcar. Acabou por ficar na prateleira, colocado no Gabinete do CEM, a fazer nada durante largos meses. Foi depois arrumar livros na biblioteca do Exército, ele, um oficial ranger qualificadíssimo... Matriculou-se então na Universidade licenciando-se em Ciências Sociais e Políticas
- Esteve também a trabalhar no Conselho da Revolução, nos gabinetes de Vasco Lourenço e Vítor Alves, que o chamaram.

Direitos Reservados

A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

E A GREVE NA LISNAVE EM MAIO DE 1974

FALCÃO DE CAMPOS

ALGUNS ANOS ATRÁS foi publicada uma obra em dois volumes, *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal – 25 anos depois*, dedicada ao que de mais importante ocorreu no domínio social no Distrito de Setúbal logo após o 25 de Abril; a greve da Lisnave em Maio de 1974 foi quase totalmente ignorada, embora sejam recordadas as greves nos CTT, na Timex ou a dos pescadores de Sesimbra, assim como a manifestação de 12 de Setembro dos trabalhadores da Lisnave.

Muito recentemente foi publicado o livro *25 de Abril – Roteiro da Revolução* no qual o investigador Jorge Fontes aborda a manifestação de 12 de Setembro de 1974 dos trabalhadores da Lisnave, que inclui também uma descrição muito detalhada do que aconteceu durante a greve de Maio de 1974, mas que passa sob silêncio a acção dos delegados da Junta de Salvação Nacional que contribuíram para o fim da paralisação em 22 de Maio de 1974.

Tendo consciência que a história não descreve os factos como na realidade aconteceram mas sim como são transmitidos aos historiadores pelos documentos a que esses têm acesso, decidi tentar preencher uma evidente lacuna no conhecimento do que se passou na Lisnave em Maio de 1974, tanto mais que dos mais directos intervenientes militares sou actualmente o único sobrevivente.

No dia 20 de Maio de 1974 recebi no Arsenal do Alfeite, onde prestava serviço, um telefonema do almirante Rosa Coutinho, um dos dois representantes da Marinha na Junta de Salvação Nacional. Conhecia vagamente o almirante pois nunca nos tínhamos cruzado em serviço, e vou tentar depois de tantos anos reproduzir o teor do que então me transmitiu.

– Engenheiro! A Junta está muito preocupada com o prolongamento da greve na Lisnave, pois trata-se de uma importante fonte de divisas de que o país tanto precisa. Além disso é uma das mais importantes empresas industriais do país, a que melhor paga aos seus trabalhadores, e o que ficar decidido na Lisnave vai servir para modelo do resto da indústria em Portugal. Já lá enviámos um nosso delegado mas devido a um mal-entendido perdeu a confiança dos trabalhadores. Decidiu a Junta enviar uma delegação reforçada constituída por si e pelo Montês. Vejam se conseguem obter um acordo que ponha fim à greve. Boa sorte.

O mal-entendido a que se referia o almirante, como viemos a saber posteriormente, era o seguinte: o delegado escolhido inicialmente, nosso camarada bastante mais antigo da Marinha, tinha participado nos anos 60 na construção das fragatas Dealey no estaleiro da Rocha da Lisnave, ex-Navalis, onde tivera relações diárias de trabalho com o Eng. Perestrêlo de Vasconcelos, que em 1974 era o administrador-delegado da Lisnave que liderava as negociações com os trabalhadores em greve; assim, quando no decorrer dessas negociações e aproveitando uma das breves pausas para o efeito, este último o convidou para partilhar uma refeição nas instalações que a Administração possuía no último andar do edifício, o nosso camarada, pessoa extremamente bem-educada, aceitou o convite; um dos trabalhadores da comissão provisória, que na altura tinha acesso a todos os locais do estaleiro, deparou com o delegado da Junta a comer com o administrador-delegado e, desconhecedor das anteriores relações de civilidade entre os dois, não hesitou em descer à sala em que decorriam as negociações para declarar alto e bom som que o delegado da Junta estava feito com os patrões pois estava a comer lagosta com o Eng. Perestrêlo! Possivelmente era o que havia para comer nos frigoríficos da Administração após vários dias de isolamento do estaleiro, mas a sua carga simbólica pesou bastante na decisão de solicitarem à Junta o afastamento do seu delegado por ter perdido a confiança dos trabalhadores. O nosso camarada foi vítima da inexperiência perante este tipo de situações, comum a quase todos os militares que foram confrontados com a crua realidade dos conflitos sociais que irromperam por todo o País após o 25 de Abril.

O Montês era o meu amigo e camarada de administração naval Rui Freire Montês que entrara na Escola Naval no mesmo ano de 1952, na altura já promovido a capitão-de-fragata, conhecido desde o tempo da Escola pela qualidade dos seus escritos e pelo perfeito domínio da língua portuguesa aliado a um sempre presente sentido de humor. Mais tarde viria a desempenhar as funções de director-geral da Informação quando o comandante Correia Jesuíno, outro camarada do nosso curso, foi ministro da Comunicação Social. Telefonei-lhe e acordámos que ele dirigiria a nossa intervenção na Lisnave e eu o ajudaria no que fosse possível. Além disso decidimos ir fardados por forma a utilizar o aparente prestígio de que gozavam naquele período inicial os oficiais do MFA e que uma vez no estaleiro, em face do que tinha sucedido com o anterior delegado da Junta, tentaríamos manter uma posição o mais equidistante possível das duas partes em litígio a quem competiria no final a resolução do conflito.

No estaleiro as negociações desenrolavam-se numa grande sala em que a administração, representada pelo Eng. Perestrêlo acompanhado por um outro elemento, ocupava um lugar junto a uma das paredes, estando os mais de 40 membros da recente constituída comissão provisória de delegados sentados ao longo das três outras paredes. O centro da sala encontrava-se totalmente vazio.

Pedimos para nos colocarem duas cadeiras e uma mesa perto da entrada e a uma difícil equidistância das partes devido à sua evidente desproporção numérica; explicada pelo comandante Montês a nossa função de facilitadores do diálogo, assistimos deste então e durante longas horas a infindáveis intervenções dos delegados dos trabalhadores e às raras respostas do Eng. Perestrêlo.

Após algum tempo necessário para nos inteirar do ponto em que se encontravam as negociações, a situação podia ser resumida como segue: ao caderno reivindicativo apresentado inicialmente pelos trabalhadores da Lisnave a administração tinha respondido com sucessivas contrapropostas que não tinham sido aceites. Já no decorrer do dia 21 a administração fez uma nova contraproposta, seguida ainda de um aditamento com novas pequenas concessões.

Em resumo, pareceu-nos que a maioria das reivindicações iniciais, em particular todas as que tinham maior significado no nível remuneratório e nas condições do trabalho, tinham sido aceites pela administração da Lisnave, não havendo acordo em pontos que nos pareceram na altura de menor importância global, como por exemplo a redução do número de níveis remuneratórios por vezes separados por algumas centenas de escudos ou a distribuição de vencimentos confidenciais, os chamados "envelopes mistério". Muito meses mais tarde cheguei à conclusão que eram formas indirectas de controlar e criar divisões entre os trabalhadores de que a administração não queria abdicar.

Chegados ao dia 22 de Maio numa situação de aparente impasse, pontuado por vezes por ataques verbais de certa violência da parte de alguns delegados dos trabalhadores mais jovens, tive a oportunidade em conversas de bastidores de me aperceber que já havia uma corrente no seio dos trabalhadores que considerava o alcançado como bastante satisfatório, que o prolongamento da greve já não era justificado pelos pontos em litígio, mas que tinha dificuldade em o reconhecer abertamente. A confirmação desta corrente foi-me dada a certa altura por um trabalhador mais idoso e que me inspirou confiança, que me garantiu a aceitação da última proposta da administração caso se procedesse à sua votação pelos trabalhadores. Também aqui vim posteriormente a identificar nas duas correntes, uma mais agressiva, outra mais ponderada, o início da acção dos dois partidos que mais tarde dominaram as lutas laborais na Lisnave, UDP e PCP.

Passada esta informação ao meu camarada Montês, foi-lhe fácil avançar com a proposta da consulta aos trabalhadores sobre a aceitação da contraproposta de 21 de Maio da administração, que uma vez realizada deu os resultados que com perfeita exactidão são indicados no trabalho acima indicado do investigador Jorge Fontes: 5.145 a favor, 1.415 contra e 104 nulos, num total de 6.664 votantes.

Estava terminada a greve na Lisnave.

Informado o almirante Rosa Coutinho do desenlace do conflito, pediu-nos que déssemos conhecimento ao ministro do Trabalho. Uma vez que o camarada Montês morava dos lados de Algés e eu no Bairro dos Actores, muito próximo do Ministério do Trabalho, acordámos que seria eu a informar o ministro.

Já no início da noite lá fui à Praça de Londres pedir para ser recebido pelo recém-empossado ministro Avelino Gonçalves que me recebeu no seu imenso gabinete do último andar do ministério àquela hora quase deserto, e que me agradeceu a atenção tida para com ele.

Quando descia no elevador não pude evitar pensar como em poucos dias após o 25 de Abril as coisas tinham mudado ao ponto dos ministros serem informados em primeira mão dos assuntos da sua própria tutela por desconhecidos militares!

Lusa - António Cotrim

TODOS OS RELATÓRIOS MILITARES REUNIDOS NUM ÚNICO VOLUME

Protagonistas contam em 760 páginas

"OPERAÇÃO VIRAGEM HISTÓRICA"

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

Cinco dias antes do 25 de Abril de 2017, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa quis honrar os "capitães de abril" através da Associação 25 de Abril, visitando a sua sede, para um encontro breve e informal com os corpos sociais e, em seguida, participar no lançamento do livro "Operação Viragem Histórica, 25 de Abril de 1974", coordenação de Carlos Almada Contreiras, Edições Colibri, 2017.

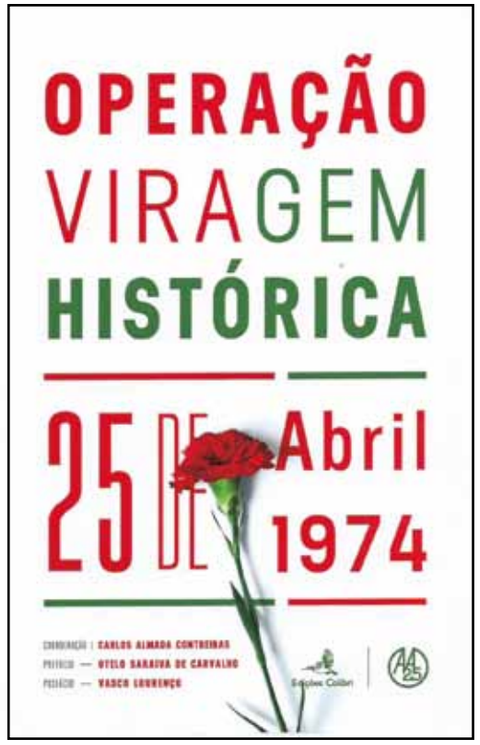
Nessa tarde do dia 20 de abril, foi tempo para fazer festa e celebrar. O motivo não era para menos: quarenta e três anos passados sobre a madrugada libertadora, muitos dos seus obreiros ali se reuniram para acolher uma obra inédita de 760 páginas repletas dos relatórios das missões militares daquele dia longínquo que, em apenas treze horas, sem necessidade de os seus intervenientes dispararem um único tiro contra pessoas, puseram fim ao Estado Novo.

Na mesa da sessão pública tomaram lugar: Fernando Mão de Ferro, em representação das Edições Colibri, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Carlos Almada Contreiras. Entre asssistência, muito numerosa, encontrava-se o Presidente da República. Na ocasião, embora tal não estivesse previsto, Marcelo Rebelo de Sousa proferiu de improviso para se congratular com a publicação da obra, tendo aproveitado o ensejo para tecer considerações sobre os desafios da democracia no momento atual e falar das correspondentes responsabilidades dos portugueses em geral, em virtude do 25 de Abril (ver texto ao lado).

Abriu a sessão, o presidente da A25A, enquanto anfitrião e posfaciador do livro "Operação Viragem Histórica". Foi o momento para Vasco Lourenço manifestar a satisfação pessoal sentida e agradecer em várias direções: ao Presidente da República que ali quis honrar Abril; ao seu camarada marinheiro, Carlos Almada Contreiras, pelo trabalho a todos os títulos hercúleo de coordenação que lhe permitiu levar a nau a bom porto e oferecer-nos este trabalho notável com descrição de todas as operações militares do dia 25 de Abril de 1974; reconhecer, enfim, o papel de todos os homens e mulheres de Abril que ajudaram a derrubar a ditadura e edificar a democracia. Um lamento apenas pelas circunstâncias o terem afastado do palco das operações, havia sido desterrado para os Açores, queixa que passa a exaltação com o relato do seu regresso ao Continente, no dia 29 de abril, como no pósfacio descreve em pormenor.

Fernando Mão de Ferro, das Edições Colibri, explicou a seguir, pretender-se "com esta obra, dar a conhecer os meandros da conspiração dos jovens capitães num curto período anterior ao 25 de Abril e, essencialmente, o decorrer das operações do próprio dia desde os seus primeiros momentos. Além dos depoimentos dos dois principais protagonistas – Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço –, a obra contém depoimentos de dezenas de oficiais dos três Ramos das Forças Armadas e outros militares que, nesse dia, marcaram encontro com a História e para com os quais o Portugal democrático do

nosso tempo terá eterna dívida de gratidão".
Seguiu-se no uso da palavra Otelo Saraiva de Carvalho, "Oscar" nome cifrado que tomou como seu para comandar as operações do 25 Abril. Na evocação improvisada, falou da emoção do 25 de Abril, do Posto de Comando da Pontinha, da exaltação como costuma ser abordado por populares na via pública, sempre com recurso à narrativa do prefácio, citada de memória, onde, a concluir, Otelo deixou escrito: "Neste mosaico literário que, em hora feliz, Almada Contreiras se propôs constuir, é patente que o 25 de Abril de 1974 não foi ficção, antes uma realidade muito concreta, que passados quarenta e três anos continua a ser, para muitos milhares de portugueses, "o dia mais feliz das suas vidas".
Convocado a usar da palavra, Carlos Almada Contreiras, começou por explicar:
"O trabalho que hoje aqui apresentamos obedeceu ao propósito de reconstruir, e juntar num único livro, a memória das unidades do Exército que em 25 de Abril de 1974 cumpriram a missão que lhe foi atribuída na Operação 'Viragem Histórica', pelo seu comandante, o major Otelo Saraiva de Carvalho, a nomeou".
O coordenador da edição enunciou, a seguir, as etapas do trabalho que realizou: identificação e reunião dos relatórios entretanto publicados; solicitação aos oficiais que haviam comandado unidades, ou, na sua ausência, oficiais que delas fizeram parte, para reportarem as ações intervenientes
"A publicação dos seus relatórios", segundo Almada Contreiras, "é para além da necessária reposição da verdade histórica, uma homenagem a todos os oficiais e sargentos milicianos, e foram muitos, que, voluntária e conscientemente, aderiram ao Movimento das Forças Armadas, na hora da verdade."
"Numa devida homenagem", prossegue, "aos milhares de 'soldados desconhecidos' que deram corpo às unidades militares que cumpriram o 25 de Abril, e que a Instituição Militar, e não só, até hoje manteve anónimos, transcreve-se o único relato que se conseguiu obter, escrito por um soldado de então".
Noutro passo da sua comunicação, Almada Contreiras lamentou que a obra não pudesse ter contado com testemunhos de "vencidos", pese embora os seus promotres se tivessem disposto "a dar voz aos vencidos" sem o lograrem conseguir, apesar de o terem tentado.
Garantido que o livro "Operação Viragem Histórica" somente transcreve "relatórios ou depoimentos de quem lá esteve", o coordenador da obra, antes de concluir, deteve-se numa breve nota sobre equívocos dos titulares do anterior regime, em matéria de segurança interna, os quais acabaram por ser surpreendidos por um inimigo que não foram capazes de prever. E, quase em contraponto, apresenta a transição do "pequeno Estado-Maior que havia comandado as operações militares, diretamente da Pontinha para a Cova da Moura" – submerso "pelo dilúvio político e militar que em cima desse limitado Estado-Maior tombou, desde o primeiro instante" – e "confrontado com o vazio de um Estado que se havia afundado completamente em poucas horas e a realidade de um Portugal



que despontava para um novíssimo amanhecer, com as guerras em três frentes que recrudesciam a cada hora que passava e ameaçavam espalhar-se a outros territórios, aquele pequeno e improvisado Estado-Maior teve que se substituir às estruturas de Estado do anterior Regime e, sem que para que tal estivesse minimamente preparado."

[Razão tinha Vasco Lourenço quando ao reencontrar-se com Otelo Saraiva de Carvalho, dia 29 de abril de 1974, "já depois do jantar, cerca das vinte e duas horas" o dissuadiu a regressar ao cargo de professor na Academia Militar e lhe disparou: "Mas tu pensas que fizeste alguma coisa de importante? O mais difícil está para vir! Não vamos devolver a cidade ao rei! Ou fizeste a criança e agora queres atirá-la para os braços dos outros? Temos de assumir a paternidade e os custos da mesma" (pag 644)].
O comandante Carlos Almada Contreiras concluiu a sua intervenção, recuperando um tema que lhe é caro: o reconhecimento que urge prestar a todos os militares intervenientes na operação militar que o livro dado à estampa pelas Edições Colibri agora consagra. E, a propósito, disse:
"Finalmente, e termino, uma breve nota, mais em jeito de desabafo, passado que é quase meio século sobre o 25 de Abril: Entendo oportuno salientar, neste preciso momento, o esquecimento que a Instituição Militar manteve, até hoje, sobre a criação de uma Medalha Militar Comemorativa da Operação Viragem Histórica, à semelhança de outras medalhas militares comemorativas. Com a criação dessa medalha, todos os milhares de militares que asseguraram a vitória, independentemente de classes ou postos, poderiam ostentar no seu peito, com orgulho E recordando Abril, o reconhecimento da pátria".

MARCELO REBELO DE SOUSA

É preciso que o Povo Português VIVA O 25 DE ABRIL

"O 25 DE ABRIL não é propriedade apenas de alguns. É propriedade de todo o povo português. Mas é preciso que o povo português perceba que o 25 de Abril é seu e que o assuma. E que o viva. E não viva em palavras, viva em factos, para que possamos ter mais representação política, mais proximidade entre eleitos e eleitores. Maior dinamismo nos parceiros económicos e sociais. Mais imaginação e criatividade no respeito e na garantia dos direitos, todos eles. Mais eficaz combate à pobreza e ao seu risco. Ainda maior inclusão e, portanto, combate às exclusões. Mais eficiente correção das desigualdades, sejam pessoais, sejam regionais, sejam de outra natureza. Isso é um desafio transversal. Quem vos fala é um Presidente cuja origem é uma origem predominantemente de direita e não de esquerda, ao contrário do que se passa com o Governo que governa o País. Quer isto dizer que se trata de um desafio transversal na sociedade portuguesa que tem de ser assumido como nacional, como de todos." São palavras do Presidente da República, num improviso proferido na sede da A25A, dia 20 de abril, quando ali se deslocou para "homenagear os capitães de Abril" e se congratular com a editação do livro que reúne os relatórias das operações daquela madrugada libertadora, volvidos 43 anos. Marcelo Rebelo de Sousa ordenou mensagem em tópicos breve para felicitar, agradecer, encorajar.

De início, congratulou-se com a edição de "Operação Viragem Histórica" e maravilhou-se perante "a originalidade da obra ser lançada em vida dos protagonistas. Muitas vezes o que se faz de memorabilismo, de levantamento de documentos para a História sai quando os protagonistas já não são vivos. (...) Mas para aqueles que aqui estão não sei se têm a noção exacta do momento histórico que viveram que é, decorridos 43 anos poderem, em vida, testemunhar a mais completa recolha de documentos do momento que viveram, digamos, isso não é muito vulgar, isso é muito raro, isso é muito singular."

Após discorrer sobre a atividade desenvolvida pela A25A, o Presidente da República sublinhou "a missão pedagógica de evocar o passado" e precisou que essa "função já seria por si muito importante".

"Mas a Associação 25 de Abril", disse Marcelo Rebelo de Sousa, "não se resignou a esse papel ligado ao passado, intervindo nos debates do presente a pensar no futuro e 'O Referencial' tem sido

Lusa - António Cotrim

um exemplo disso. Aliás, o caso mais evidente nos últimos tempos que é o da Justiça, com um "Referencial" dedicado ao tema e com um debate recaindo sobre esse tema, mostrando que para o 25 de Abril é fundamental o panorama da Justiça portuguesa hoje e no futuro. E para a Associação 25 de Abril, e para aqueles que a constituem, essa é uma prioridade nacional. E merece agradecimento. Poderiam ter ficado pela celebração do passado, pela pedagogia do passado, pelo exemplo do passado, pela explicação da importância do passado hoje e para o futuro. Mas, não. Continuam a intervir na linha dos caminhos que abriram há 43 anos. Mais ainda, intervindo no mesmo clima plural, que sempre existiu, mas com uma aproximação que o tempo tem colmatado. Com o tempo, aquilo que eram clivagens, aparentemente muito profundas, nesse passado. Não é que não existam sobre a maneira de ver o País, mas esbateram-se perante alguns denominadores comuns. E esses denominadores são cada vez mais abundantes. Aquilo que nos aproxima ao olharmos para o presente e a pensar no futuro vai esbatendo algumas das clivagens, das divisões, dos contenciosos ou da vivência do passado."

AGRADECIMENTO AO 25 DE ABRIL

A concluir o improvisso, o Presidente da República fez questão de manifestar "agradecimento ao 25 de Abril" assim:

"E finalmente o último agradecimento, que é o mais importante, o agradecimento ao 25 de Abril. Que é uma maneira de dizer, hoje, a todos os que aqui se encontram e a muitos mais que aqui não estão, mas que estão representados por aqueles que aqui estão. Não é demais falar desse agradecimento, porque o viver em democracia e liberdade, na verdade, faz a muitos esquecer o valor que tem a liberdade e a democracia. Aquilo que passa a ser habitual, passa a ser considerado como óbvio, banal, como evidente, como dado adquirido. Ora, não é nem evidente nem dado adquirido. Não é evidente porque é uma realidade que custou a construir. Contrasta com a realidade oposta da ausência de democracia, da existência de regimes ditatoriais. E depois, tem de ser construída todos os dias, não é um dado adquirido. A democracia constrói-se todos os dias. Eu tenho dito muitas vezes: se há um domínio em que não há, como no futebol, empates é o da construção da democracia. Se é que no futebol um empate não é uma vitória, sempre, uma vitória ou uma derrota disfarçada, cujo alcance só se compreende daí a algum tempo. Mas no domínio da construção da democracia, empatar é perder. Jogar para o empate é jogar para a derrota. É não olhar para o futuro. É não querer mais. É não estar atento aos novos desafios. E as sociedades mudam. E os anseios mudam. E as necessidades mudam também. E as aspirações mudam. E a capacidade para responder a esses desafios tem de estar presente todos os dias. Por vezes incomodo-me quando encontro na sociedade portuguesa (mas já me incomodava quando eu não era Presidente da República, por maioria de razão sendo Presidente da República) com a autossatisfação de entender que basta ir celebrando os momentos históricos. Encontramo-nos periodicamente, celebramos os momentos históricos. É importante celebrá-los, esses momentos. Irei insistir sempre nisso. E é mau sinal se um dia nos esquecermos de os celebrar: quer dizer que deixámos de dar importância a esses momentos. Mas, não basta. Não chega. Porque o 25 de Abril foi uma abertura de caminhos que se corporizaram desde logo na Constituição, mas são caminhos numa democracia muito ambiciosa. Porque quer ser pessoal, quer ser política, quer ser económica, quer ser social, quer ser cultural. Não se satisfaz apenas com uma dessas componentes. Não apenas as liberdades pessoais. Essas houve algumas no Liberalismo (...). Não se satisfaz com a mera democracia política que é fundamental a participação política. Preocupa-se com essa participação. Preocupa-se se os eleitores estiveram longe dos eleitos. Preocupa-se com as formas de representação. Preocupa-se com o aparecimento de fenómenos, ditos, populistas. Preocupa-se com manifestações antisistémicas que estão na margem da democracia. Preocupa-se porque a política tem horror ao vazio. E se surgem certas manifestações, essas manifestações só surgem porque foi deixado um vazio. As instituições que deveriam preencher esse vazio não conseguem, em tempo útil, preenchê-lo. E têm de o preencher. É difícil com as mudanças científica, tecnológica, económica e financeira que o Direito e a Política acompanhem a tempo as mudanças. Mas, tem de fazer um esforço para acompanhar. Já não digo para antecipar. Senão fica um vazio e esse vazio permite as promessas mais ilusórias de regressos a passados impossíveis, ou a construção de futuros inviáveis. Mas, além do mais, a nossa democracia não se satisfazia apenas com a componente pessoal e política. Nem satisfaz. Quer ser económica, cultural e social. E aí o desafio não é menor, porque não é um desafio apenas das instituições, é um desafio de todas e todos Portugueses. Eles são chamados a construir essa democracia, todos os dias. E esse é o esforço que tem de estar presente no nosso tempo. Não ficarmos felizes só porque os partidos, as associações políticas, as organizações sindicais ou patronais, os parceiros económicos e sociais estão a protagonizar democracia todos os dias. É preciso que os novos movimentos sociais, culturais, políticos façam exactamente o mesmo e o façam em todas as gerações. Que não fique um fenómeno apenas das gerações que viveram o 25 de Abril ou que sucederam àquelas que viveram o 25 de Abril. Que me importa a mim que a democracia seja construída por aqueles que testemunharam o 25 de Abril ou viveram no período subsequente, se os nossos filhos, os nossos netos ou os nossos bisnetos se sentirem dissociados dessa construção, alheios a essa construção? Não percebendo que é preferível a mais imperfeita das democracias à mais aparentemente perfeita das ditaduras. E isso faz-se todos os dias. E este é o meu último agradecimento ao 25 de Abril. Ao que ele significou de mudança em Portugal. Agradecimento àqueles que viveram o 25 de Abril, que o protagonizaram, que não faz esconder aqueles que lutaram antes do 25 de Abril pela mesma causa. Foram muitas gerações que lutaram. Mesmo aquelas muitas gerações que vieram a lutar depois."

Nuno Pinto Soares
"ABRIL, CADERNO DE MEMÓRIAS"

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

"ABRIL, CADERNO DE MEMÓRIAS" de Nuno Pinto Soares, Chiado Editora, 2017, foi apresentado na sede da A25A, dia 21 de abril. Num reencontro de afetos e muitas lembranças, em sala repleta de amigos, entre os quais se notou a presença discreta do general Rodrigues da Costa, aluno de Pinto Soares na Academia Militar, atual diretor honorário da Arma de Engenharia e vice-chefe do Estado-Maior do Exército, registou-se, também, uma mensagem de Ramalho Eanes que, impossibilitado de estar presente, não quis deixar de se associar ao acontecimento. Na mesa tomaram lugar: César Adão, em representação da Chiado Editora; Manuel Begonha, em nome da Associação Conquistas da Revolição; Vasco Lourenço, Maria Inácia Razola, Manuela Cruzeiro e Pinto Soares.

Em 221 páginas, Pinto Soares revela um caderno de apontamentos pontuado pela emoção de quem narra acontecimentos como os viveu, sem cuidar da grandeza histórica dos atos que desfia em narrativa despojada. Apesar de protagonista e nalguns casos ator principal de factos narrados, apresenta a história a falar de outras figuras o que, para contemporâneos, chega a ser comovedor.

Além de despojamento, as páginas escritas de Nuno Pinto Soares revelam, igualmente, generosidade e gratidão, num rol de sentimentos que perpassam ao longo dos trinta e quatro capítulos do livro. Lá se fala do Movimento dos Capitães, das origens da revolução, do manifesto 'As Forças Armadas e a Nação' (chamado documento Melo Antunes), de prisão e liberdades, do 25 de Abril e do 25 de Novembro, do Verão Quente, enfim, da Academia Militar, afinal, a razão de ser do testemunho.

Ele que, aos 31 anos de idade, jovem capião de abril, o Conselho de Revolução haveria de graduar em general, dando-lhe a missão de comandar a escola das Forças Armadas e de recolocar a instituição naquilo que era o seu genuíno objeto: a formação de cadetes para poderem prosseguir as suas carreiras sem que as mesmas se pudessem prejudicar seriamente com aventuras imponderadas. Com ele, levou dois camaradas: Francisco Balacó, piloto da Força Aérea, para segundo comandante, e António Melo de Carvalho, como comandante do Corpo de Alunos.

A ação de Pinto Soares na Academia Militar, durante esse período conturbado, está refletida nas páginas deste trabalho precioso, com o pudor pessoal do autor. Seja como for, perante tais factos, a História encarregar-se-á de lhe perpetuar a lembrança e fazer a justiça de reconhecer que, pela sua ação e daqueles que o acompanharam, a instituição saiu incólume da revolução.

Conforme sublinhou César Adão, representante da Chiado Editora, na cerimónia de aprentação da obra "este é um livro de histórias e memórias de um militar e de um militar de Abril, de uma geração que se empenhou com grande altruísmo numa luta contra a ditadura e pela construção de um país mais justo".

É a história de uma conspiração, desenvolvida por um grupo de jovens que viveu a dura experiência de uma guerra colonial que cada vez mais se lhes afigurava como absurda e intolerável.

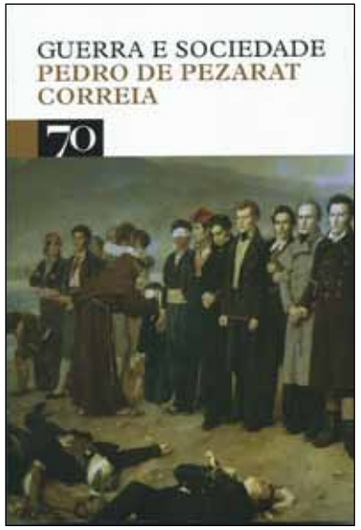
É uma história de riscos e coragem, com momentos tão dramáticos como aquele em que Pinto Soares preso é passado compulsivamente à reserva, um mês antes do 25 de Abril.

É uma história de amizades, amizades verdadeiras, duradouras, que lhe conferem a este livro um encanto particular.

"É uma história de um desejo de mudança antes e depois do 25 de Abril."
Manuel Begonha, em representação da Associação Conquistas da Revolução, falou de Pinto Soares cuja "vida demonstra uma luta constante entre a razão e a alma, com a moral e a ética como ponto de equlíbrio e o ideal como guia e epicentro. (...) Uma personalidade especial que dá particular importância aos valores da verdade e da opinião". Evocando a figura de Nuno Pinto Soares, Manuel Begonha recordou duas situações: "a sua ação como comandante da Academia Militar, onde instituiu uma alteração pedagógica notável na relação professor/aluno e a sua inteligência política na condução dos cadetes numa campanha de dinamização cultural no distrito da Guarda".
Vasco Lourenço assina a dedicatória do livro (pag. 13-19) a convite do autor, onde a dado momento, escreve:
"Com um posicionamento independente, procurando lutar contra as dolorosas divisões que se verificavam, com amigos nos vários grupos, como aliás todos nós, mas com uma ligação muito especial a Vasco Gonçalves, o Nuno Pinto Soares, apesar de não ser um gonçalvista 'tout court', não aderiu ao Grupo dos Nove, mantendo uma posição de charneira, que o leva a tudo tentar para conciliar posições e evitar ruturas, que tenta, até que o 25 de Novembro tudo resolve."
Adiante, no prefácio, Maria Inácia Razola destaca: "A opção deliberada de Nuno Pinto Soares por um registo memorialístico não nos impede de encontrar neste livro várias marcas do registo autobiográfico.
"Neste livro, que é sobretudo um ato de generosidade do seu autor, Pinto Soares conta-nos a sua vida como a viveu, deixando-nos a possibilidade de fazer frutificar essa experiêcia de comunicação. Mas mais do que uma apologia da vida do seu autor, esta narrativa de uma experiência humana é também, e sobretudo, um livro de memórias."
Manuela Cruzeiro assina o posfácio 'Pinto Soares – um militar inquieto', onde pode ler-se: "Ao decidir dar testemunho, Pinto Soares reivindica esse dever e esse direito à sua memória pessoal, na construção da memória coletiva de um tempo desconhecido de muitos dos seus herdeiros (e até contemporâneos) que o olham com um misto de fascínio e estranheza.
"Inclassificável do ponto de vista académico, esta narrativa sucinta, contida e despojada, é um verdadeiro sismógrafo das tempestades próprias e também alheias. Porque ao contrário do que se escreve, há neste texto muitos nomes, claramente evocados uns, outros silenciados, mas presentes. Citarei alguns: Vasco Gonçalves, a quem disse o que poucos líderes, na hora da verdade, ouvirão dos seus homens: 'os seus erros terão de estar unidos aos nossos' (pag. 87), Vasco Lourenço, Ramalho Eanes, Costa Gomes, Mourato Grilo, Ferreira de Macedo, Fisher Lopes Pires. Um homem também se conta através do que conta dos outros que traçou sulcos de uma errância altruísta e empenhada, e é para eles que guarda um lugar seguro no coração intranquilo e na memória lúcida."
Na palestra de apresentação do livro de Nuno Pinto Soares, Manuela Cruzeiro diria que "o autor destes cadernos de Abril junta-se assim (já era tempo!) aos que não podem esquecer" para sublinhar que "a fisionomia de Pinto Soares está inteira nestas páginas (e nestas datas!) e ocupa a partir de agora um lugar que permanecia injustamente obscuro na galeria dos heróis de Abril".
A investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra tomou o discurso de posse na Academia Militar como uma das chaves de leitura deste testemunho de Nuno Pinto Soares (pag. 127-130), e, noutra passagem, relevando o papel surpreendente do jovem militar em reunião conspirativa do MFA, a 5 de março de 1974, em Cascais, citou Otelo em "Alvorada de abril": "Não é possível dissociar dessa esplêndida reunião a figura exemplar de um camarada que à sua organização inteiramente se devotou, chegando a salvá-la quando parecia perdida no mar confuso de intervenções descabidas, incoerentes ou provocatórias – Nuno Pinto Soares (pag. 206)".
"Abril, Cadernos de Memórias" de Nuno Pinto Soares agora dado à estampa, vem juntar-se ao precioso acervo documental sobre as histórias do 25 de Abril.
Testemunho impressivo e imperecível deixa-nos a escrita de um homem despojado, generoso e grato, a quem estrelas (cf. pag. 128) foram incapazes de confundir o espírito "ético e moral". Um relato que, segundo o autor, "representa para a consciência de militar, um relatório militar e cívico fundamentais porque a história universal acaba por ser escrita por dezenas de participantes, para que os historiadores e políticos vindouros, não relatem a real história com o coração com que os intervenientes inevitavelmente escreveram".
Com o saber de experiência feito, na fundada consciência de que quem comanda, "comanda com", assim se apresentou Pinto Soares quando tomou posse da Academia Militar. Foi essa uma forma feliz, a de o País conhecer o então jovem capitão, feito general, aos 31 anos. Talvez começassem a germinar aí "duas importantes tatuagens", porventura sem disso se dar conta, mas que mais tarde ficariam "gravadas no coração e no cérebro e que já não sairão" do seu íntimo. Pinto Soares as quis partilhar com os amigos, dia 21 de abril, no lançamento do livro-testemunho quando, ao despedir-se, lhes disse: "Aos militares (oficiais, sargentos e praças) das Forças Armadas que de qualquer forma e em qualquer lugar, ajudaram na construção do novo regime político, no e após 25 de Abril eu digo como português e miliar: muito obrigado".
E, a concluir, fixou como tese das suas memórias:
"A eleição de Ramalho Eanes representou o agradecimento e homenagem inequívocos de um povo generoso, às suas Forças Armadas (das quais foram os seus soldados), que durante vinte dois anos, de 1961 a 1982, sentiram que, como tradição hitórica militar mundial, protagonizaram o seu papel de última "reserva nacional" (embora também já gasta)."

Estudar a guerra
COM OS OLHOS POSTOS NA PAZ

"GUERRA E SOCIEDADE", de Pedro de Pezarat Correia, Edições 70, 2017, agora dado à estampa, apresenta o modo de o autor pensar a guerra e a sociedade através de "uma prodigiosa viagem intelectual – erudita nas fontes, concisa na expressão, profunda nos conceitos – sobre o inquietante, complexo e plural fenómeno da guerra, na sua relação matricial com a sociedade e com o devir histórico, essa misteriosa casa comum que constitui a temporalidade da condição humana", como escreve no prefácio Viriato Soromenho-Marques que, noutro passo, sublinha: "Neste livro concentram-se de modo particularmente apurado as qualidades do homem e do autor. Pensar a guerra implica não recusar o abraço da complexidade, aqui bem presente no modo como o autor nos propõe de forma criativa e argumentando uma sucessão de etapas e modelos bélicos ao longo da história da humanidade. Pensar a guerra significa, também, desde logo, o compromisso fundamental de que a guerra deve ser estudada e compreendida com os olhos postos na paz" (pag. 10).



Em 240 páginas de prosa fundamentada e apoiada por vasta bibliografia, o autor constrói uma narrativa sobre o conceito e as origens da guerra, suas causas e motivações, para logo refletir sobre a evolução das guerras primitivas e da Antiguidade, guerras feudais na época da cavalaria, às guerras burguesas e religiosas na época da pólvora. O período moderno da Revolução nos Assuntos Militares é descrito pelo autor de forma rigorosa nas suas diferentes componentes: tecnológica, organizacional, conceptual e doutrinária, para depois, se deter na interpretação das guerras interestatais e imperiais, supraestatais e expansionistas, mundiais e industriais, e atípicas – nuclear, fria e irregular, até ao anúncio da viragem marcado pela Guerra do Golfo. O autor situa o período pós-moderno da Revolução nos Assuntos Militares como sendo aquele que está em curso e oferece breves mas significativos traços sobre as "novas guerras": Balcãs, Cáucaso, Al-Qaeda, Iraque, Israel-árabe, África Subsariana, América Latina, Revoluções Árabes. Conclui com uma abordagem aquilo que poderá ser a terceira guerra mundial, socorrendo-se de Philippe Engelhard que "será uma guerra entre o Norte rico e o Sul pobre, à dimensão global, mas numa divisão Norte-Sul que é cada vez mais linear, pois que um novo Norte está nascendo no Sul, e um novo Sul está nascendo no Norte" (pag. 221).

No epílogo de "Guerra e Sociedade", o autor explica, com flagrante clareza, as motivações deste seu trabalho que inscreve "numa preocupação mais vasta de estudos para a paz, centra-se na reflexão sobre as teorias e doutrinas dos conflitos e da guerra, das suas causas e da sua evolução, identificando-se com o princípio "se queres a paz, estuda (ou conhece) a guerra".

Como escreve Pedro de Pezarat Correia, trata-se de "uma reflexão que assenta num axioma que se deve a Carl Von Clausewitz, segundo o qual a guerra é um fenómeno humano, social, coletivo, violento. Isto é, deve-se a Clausewitz o facto de ter sido o primeiro a compreender lucidamente a guerra, a dar-lhe uma interpretação racional e não dogmática. Com ele a guerra passou a ser entendível. E, a partir do momento em que a guerra passou a ser racionalmente entendível, passou a ser evitável".

"Um segundo ensinamento de Clausewitz", prossegue o autor, "se tornou incontornável, o de que a guerra é a continuação da política por outros meios. É a sua célebre 'fórmula', como lhe chamou Raymond Aron, ou seja, a guerra é um instrumento da política. Então, se a guerra passou a ser evitável e se é um instrumento da política, é politicamente que é preciso agir para a evitar".

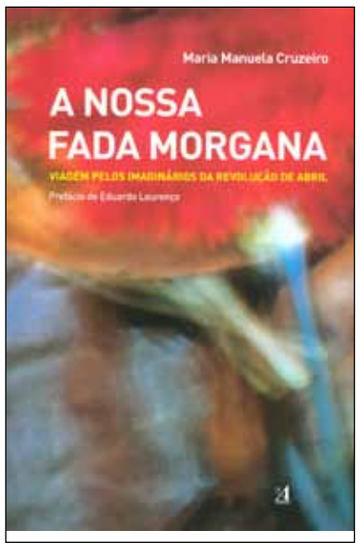
"Outro axioma em que se apoia a reflexão em que este trabalho assenta", escreve Pedro de Pezarat Correia, "e este deve-se a Raymond Aron, é que guerra e sociedade caminham a par, ao longo do processo histórico. Guerra e sociedade são indissociáveis e, na sua caminhada, interagiram, influenciaram-se mutuamente. A guerra é produto da vida do homem em sociedade. O que nos leva a acrescentar que se, a guerra é evitável, se é politicamente que se tem de agir para a evitar, se é produto da vida do homem em sociedade, é através da ação política na sociedade que o homem pode e deve evitar a guerra" (pags. 227-228).

Autor e coautor de dezenas de livros e trabalhos sobre geopolítica e geoestratégia, estratégia e conflitos, 25 de Abril, Guerra Colonial e descolonização, Pedro de Pezarat Correia, depois de "Centuriões ou Pretorianos", Edição O Jornal, 1988, e de "Manual de Geopolítica e Geostratégia", Quarteto Editora, dois volumes, respetivamente, 2002 e 2004, entre muitos outros títulos, oferece-nos agora "Guerra e Sociedade" através do qual, como acentua Viriato Soromenho Marques, ajuda-nos "a compreender e a acalentar essa prioridade e urgência de uma política que seja capaz de abolir a guerra, sob pena de, ao contrário do que escrevia Clausewitz, ser a política que se transforma num modo de continuar a guerra por outros meios" (pag. 11).

Precioso auxiliar para aqueles que ousem prevenir a guerra e construir a paz, mais do que um alerta, "Guerra e Sociedade" aí está, também para estudiosos, como consulta incontornável. **J.A.S.**

A FADA MORGANA
de Manuela Cruzeiro

A FADA MORGANA é uma miragem. Com este livro Manuela Cruzeiro (MC) ensaia uma viagem pelas miragens, pelo imaginário do 25 de Abril. No prefácio Eduardo Lourenço (EL) avisa que a História não é um conto de fadas, mas MC lembra que a História tem os seus contos de fadas, tem as suas fadas Morganas. MC traz-nos a nossa fada Morgana não para esconder a História, mas para melhor a compreendermos, objetivo que anuncia logo no título do Capítulo 1: "Pensar a Revolução".



A A. analisa o caso português a partir das duas grandes revoluções europeias, a francesa (republicana) e a russa (socialista). A revolução portuguesa quis ser a síntese das duas, republicana, democrática, socialista, só que a dimensão tempo foi muito diferente, muito mais breve e esgotou-se muito mais cedo. Parafraseando MC, na francesa entre a tomada da Bastilha e o Termidor foram cinco anos e entre o Termidor e o 18 Brumário outros cinco; na russa entre a tomada do Palácio de inverno e a implosão da URSS foram setenta e quatro anos e entre esta e Putin foram oito; em Portugal entre o Carmo e o 25 de novembro foram dezanove meses e a aprovação da Constituição apenas quatro meses depois.

E eu acrescento outra diferença decisiva: as revoluções francesa e russa foram radicalmente inovadoras, romperam com o seu tempo histórico, inauguraram novas épocas. A revolução portuguesa apenas acertou o passo com o tempo histórico: democracia, república, socialismo, descolonização, nada era novo na Europa e no Mundo. O que conferiu dimensão global à revolução portuguesa foi a descolonização e essa precedeu o 25 de Abril e teve outros protagonistas.

O grande ensinamento que daqui retiramos é que todas as revoluções são sempre processos inacabados (25). A revolução permanente será, afinal, o próprio processo histórico que, com os seus avanços e recuos, vai sempre progredindo. MC invoca a teoria marxista/leninista da "revolução contínua" (79) para frisar que o progresso se faz em torno da grande questão: como compatibilizar liberdade e igualdade? Conforme essa compatibilização vai conquistando espaço, a revolução vai avançando.

A substância do livro de MC situa-se no "imaginário abrilista": «esse núcleo vital inédito e surpreendente de um exército que, em vez de um golpe de força para cercear a liberdade, a dá de presen*te a todo o povo.*» (95) E no desfilar do imaginário abrilista MC elege dois protagonistas: o 25 de Abril enquanto facto/ideia; Eduardo Lourenço como pensador do qual destaca a "ironia".

Desfilam no livro os "mitos da revolução" mas também a desconstrução desses mitos. E enumera quatro grandes grupos desses mitos: os individuais dos quais distingue os militares (Spínola, Otelo, Vasco Gonçalves, Salgueiro Maia, dos quais apenas este perdura) e os políticos (Álvaro Cunhal, Mário Soares, Sá Carneiro, este por razões exógenas); os coletivos MFA e MFA/COPCON, Povo, Povo/MFA, CEE); os simbólicos (cravo vermelho, 'Grândola'); os temas ou desígnios (liberdade, democracia, socialismo, descolonização, reforma agrária, nacionalizações). Quase todos este mitos que a revolução construiu também a revolução desconstruiu, uns porque se esvaziaram, outros porque tornando-se realidades deixaram de ser mitos.

MC dá particular relevo à desconstrução do mito do império, mas que não era um mito abrilista. E aqui segue de perto Boaventura de Sousa Santos (BSS), outro dos "seus pensadores eleitos": Portugal semiperiférico e subalterno no centro do sistema capitalista, elemento estruturante da nossa existência coletiva; a metáfora "shakespeariana" do Próspero e Caliban aplicada a Portugal, Caliban no centro europeu nunca terá passado de um Próspero calibanizado na periferia colonial.

Através do imaginário MC "obriga-nos" a uma reflexão sobre a nossa identidade. Leva-nos pelas mãos de EL (é claro), de João Martins Pereira (JMP), BSS e José GIL (JG), que considera alguns dos nossos melhores pensadores contemporâneos. Todos eles acentuam o complexo bipolar da ideia que os portugueses têm de si próprios: EL destaca como a hiperidentidade ocasional compensa o défice de identidade real; JMP chama-lhe uma mitologia desgarrada e desconexa, frágil na sua ligação com a realidade, um mero exorcismo; BSS sublinha os excessos e paradoxos dos contrários, miserabilismo vs. triunfalismo, realismo vs. quixotismo, sebastianismo messiânico vs. pessimismo, lamúria vs. orgulho, ficar vs. partir; JG acentua o país em "inho" e põe a tónica no medo que sempre condicionou e ainda condiciona o nosso comportamento, medo que terá sido a mais terrível herança do Estado Novo, medo de agir, medo de decidir, medo de viver, medo de mudar, o medo que esteve na génese da adesão ao 25 de Abril – saímos do salazarismo com medo do que aí vinha. Como síntese destes pensadores MC conclui que o 25 de Abril foi um momento de crise identitária.

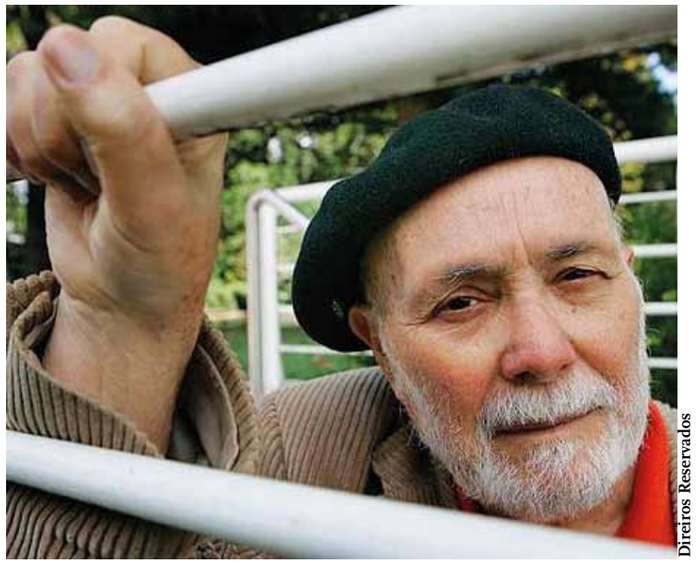
MC encerra com a defesa do seu "valete" – a História Oral. E é com gosto que o registo porque, afinal, há aqui, na A25A, muitos cúmplices desse seu combate.

Parabéns à Manuela Cruzeiro. Obrigado à Manuela Cruzeiro. Votos de sucesso para a sua, a nossa fada Morgana.

PPC

ALÍPIO DE FREITAS (1929-2017)

MORREU O COMANDANTE "HOMEM DE GRANDE FIRMEZA"



Direitos Reservados

Alípio de Freitas, revolucionário, cidadão do mundo, morreu em Lisboa, aos 88 anos, no dia de Santo António. O funeral realizou-se, dia 14 de junho, da Basílica da Estrela em Lisboa, para o cemitério do Alvito, localidade onde ultimamente se radicara.

Alípio Cristiano de Freitas, de seu nome completo, nasceu em Vinhais, a 17 de fevereiro de 1929. O pai trabalhava como mecânico dos Correios em Bragança. Nesta cidade, Alípio recebeu as primeiras luzes, aprendeu a olhar a vida com as referências da sua circunstância: na família (pai, mãe, ele e o irmão) não havia privação, mas na maioria dos lares, quer da cidade ou do campo, os recursos eram escassos, pontuava a pobreza. Muitos se queixavam da vida, menos aqueles que tinham estudado. Então o pai tinha uma teoria: era preciso que os filhos estudassem.

Alípio foi mandado para o Seminário de Bragança, não porque tivesse vocação – aos 10 anos qual é o miúdo que sabe ter vocação sacerdotal? –, mas por ser o local prático onde poderia estudar. Fez o seu caminho, interno, numa instituição bem perto da casa de família, mas aonde só ia nas férias. Aprendeu a governar-se sozinho, a confrontar-se com a solidão, a evitar "amizades particulares". Nas férias, em Vinhais, lia o "Avante!" que lhe fora passado pela primeira vez, quando tinha apenas 12 anos, por um motorista de camião, o Tita, que fazia a ligação entre Vinhais e Porto. Depois de lido, pegava-lhe o fogo, seguindo as instruções do amigo que, mais tarde, quando tinha 17 anos, além do jornal cladestinho do Partido Comunista Português, passou a entregar-lhe também literatura em Francês: "Manifesto Comunista", o "Salário, Preço e Lucro", "As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850". Além da formação eclasiástica a sua cabeça abria-se a novas realidades, a outra compreensão da História.

Em 1952, concluídos os estudos de Teologia, foi ordenado presbítero. Como padre, começou por dirigir uma escola de artes e ofícios em Bragança; dois anos depois tomou conta de paróquia da Serra de Montesinho, a mais pobre da diocese, numa região paupérrima. Aí se fez camponês. O jovem pároco de 25 anos de idade tornou-se próximo dos paroquianos. Porém, o bispo entendeu que o devia mudar e criou-se um problema entre os dois. Ponderou, então, ir para Timor, mas foi-lhe recusada tal possibilidade. Por influência do irmão, que entretanto procurara modo de vida no Brasil como emigrante, surgiu o convite do arcebispo do Maranhão, e para lá se demandou em 1957. A sua vida iria mudar. Radicalmente.

Trabalha com o bispo auxiliar de São Luís do Maranhão, D. António Fragoso, um homem humilde que esteve ligado à Teologia da Libertação, de quem se tornaria grande amigo. Acompanha o prelado em visitas aos bairros pobres da periferia de São Luís. Conhece a democracia com o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e na sua cabeça estabelece paralelismos com aquilo que a seus olhos se depara e o que deixara para trás, em Portugal. Torna-se capelão de um colégio na cidade, leciona História Antiga e Medieval na Universidade; à noite, envolve-se no trabalho da periferia com pobres e camponeses, empenhando-se a fundo na organização das pessoas. Em 1958, participa na fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão e em 1960 junta-se às Ligas Camponesas, de que foi secretário-geral. Nos dias úteis da semana, aprende as agruras da vida dos camponeses, torna-se próximo, faz-se igual. Aos domingos, na paróquia, ensina-os a rezar e prega-lhes o amor de Deus. Por essa altura, assume um gesto profético: como os paroquianos não soubessem latim, passou a celebrar a Eucaristia dominical em português, antecipando-se à Constituição "A Sagrada Liturgia" que o Concílio Vaticano II só viria a proclamar em 4 de dezembro de 1963.

Torna-se jornalista e escreve em jornais locais, tribunas onde entendia necessária a sua presença, outros púlpitos através dos quais se envolvia na defesa dos trabalhadores que não tinham voz.

Por onde andava, apresentava-se sempre de batina branca, traje eclesiástico de missionário, circunstância que o colocava mais em evidência nos movimentos em que se envolvia na defesa dos pobres, camponeses e outros trabalhadores, o que irritava sobremaneira a classe bem pensante de leigos e até de alguns padres seus colegas.

A partir de 1957, na sequência das posições que assumiu em defesa de seiscentos trabalhadores despedidos de uma fábrica têxtil, a Camboa, começou a ser perseguido e não mais deixou de se ennvolver na política. Continuou a escrever em jornais, estava sempre ao lado dos trablhadores e das pessoas pobres.

Envolveu-se nos movimentos de ocupação de terras, na constituição das ligas de camponeses, na luta pela reforma agrária. Mais tarde, torna-se secretário-geral da Frente de Mobilização Popular, plataforma de grupos de esquerda.

Nos subúrbios de São Luís do Maranhão, fundou uma paróquia, uma escola e um posto médico. Abandonou o palácio na cidade onde vivia com o arcebispo e alugou uma casa do bairro pobre, igual a

tantas outras, coberta de palha, com paredes de tiras de madeira a pique preenchidas com barro, onde se instalou e ali passou a viver como as pessoas pobres. Pelo testemunho da ação envangelizadora congregou o povo à sua volta, as pessoas passaram a ir à missa que se celebrava na rua por o povo não caber na capela. Organizou uma festa de Natal com uma peça de teatro "O Natal na Praça", de um autor francês, que coloca uma família cigana com um menino a nascer na rua. Uma vizinha dera à luz um menino pretinho e, no Natal de 1961, o padre Alípio decidiu celebrar a Missa do Galo no espaço público só que, em vez de dar a beijar ao povo a imagem do Menino Jesus, convidou as pessoas a beijar o pé do recem-nascido, o que foi motivo de escândalo e precipitou o fim da paróquia.

Não abandona a batina, vai morar com o irmão, permanece na Universidade até Maio de 1962. No Rio de Janeiro, toma parte de num debate sobre Cuba e é convidado a participar, em Moscovo, no Congresso Mundial da Paz, onde se discutia o desarmamento, em julho de 1962. Nessa ocasião tem oportunidade de privar com Pablo Neruda, a "Pasionaria" e Kruchtchev,

No regresso da União Soviética, depois de ter celebrado missa, em Moscovo, na Igreja de São Luís dos Franceses, resolve a vida com o arcebispo de São Luís do Maranhão e desvincula-se das obrigações na arquidiocese. Não obstante, continua a usar a batina e envolve-se empenhadamente na vida política ativa. Participa na campanha para o governo de Pernambuco em apoio à candidatura de Miguel Arraes e quando se dirigia para um comício foi raptado, sequestrado pelo Exército, ficando preso durante quarenta dias. Após a libertação, com receio da pena de deportação, adquire a nacionalidade brasileira evitando, assim, a expulsão para Portugal, onde certamente seria preso por ter apoiado Humberto Delgado e se ter envolvido em outras ações contra Salazar.

A atividade política não pára mais. Alípio volta a ser preso em 1963, em João Pessoa, quando se assinalava o aniversário da morte do líder camponês João Pedro Teixeira.

No golde de 1964, com a instauração da ditadura militar, Alípio refugia-se na embaixado do México no Rio de Janeiro. Obtido o asilo político, seguiu para a Cidade do México, altura em que abandonou, de vez, a batina eclesiástica. No México havia ainda de renunciar, também, a um lugar na Universidade, e, tempos depois, viajaria para

Cuba onde fica exilado, recebe treino militar e contacta com diversas figuras do regime: Che Guevara, Fidel Castro.

Dois anos mais tarde, participa na organização de movimentos de guerrilha na Argentina e no Chile, clandestinamente regressa ao Brasil e forma o movimento armado do partido dos trabalhadores, onde ele próprio se integra.

Carlos Amorim, autor do livro "O Assalto ao Poder e a Sombra da Guerra Civil no Brasil" que aborda a resistência à ditadura militar e inclui a participação de Alípio de Freitas, cita-o: "Trabalhadores, ontem vos ensinei a rezar, hoje aqui estou para ensiná-los a pegar em armas e lutar." Sem dúvida que se tratava de um homem destemido que se emprimia com desassombro, numa época em que todos tinham medo.

Vive na clandestinidade, sob o pseudónimo "Mário", como então se passa a chamar, conhece a mãe da filha Luanda, em acções de formação política do Partido Revolucionário dos Trabalhadores de que é dirigente.

No dia 18 de maio de 1970 é preso num subúrbio do Rio de Janeiro, como conta em "Resisitir é Preciso – Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil", 2017, Âncora Editora. A seguir, os algozes levam também a sua companheira; a filha de ambos, Luanda, com dois anos, ficaria aos cuidados da Tia Augusta.

Alípio vai passar nove anos na prisão onde é sujeito às torturas mais cruéis: "cadeira do dragão" e "pau-de-arara", sem nunca quebrar, ajudado pelo pensamento de Mao, que tinha sempre presente na memória: "Àqueles que caem em poder do inimigo – não o temer, nem dar-lhe informações". Assim procedeu sempre e, não raro, quando se proporcionava, aos espancamentos dos guardas respondia ele próprio com agressões a soco ou a pontapé àqueles que o torturavam.

Na prisão, fez greve de fome, resistiu e lutou pelos direitos mais básicos dos presos: banho de sol, escova de dentes, recreio...

Nas vésperas de 25 de novembro de 1975, José Afonso toma conhecimento da prisão de Alípio de Freitas através de uma carta do próprio, enviada da prisão no Brasil. Meses depois, José Afonso, na faixa 10 do LP "Com as Minhas Tamanquinhas", 1976, Arnaldo Trindade, dá a conhecer a história de Alípio de Freitas contada em apenas 170 segundos e assim imortalizada: "Baía de Guanabara/Santa Cruz na fortaleza/Está preso Alípio de Freitas/Homem de grande firmeza".

A 17 de fevereiro de 1979, no dia em que completava o 50.º aniversário, Alípio de Freitas é libertdado e regressa a Portugal onde refaz a sua vida. De caminho passou por Moçambique (1981-1984) onde trabalhou como cooperante em projetos agrícolas. De volta a Portugal, 1984, torna-se jornalista da RTP.

Paralelamente não cessa de exercer intensa atividade associativa e política: funda a Casa do Brasil de Lisboa (1990); trabalha na Associação Terras Dentro (1994).

Foi presidente da Associação José Afonso e membro dos corpos sociais das associações: Abril, Mares Navegados, Casa Grande e Sociedade Portuguesa de Autores. Participou no "Fórum Social Mundial" em diversos países. A Frente Internacionalista do Movimento dos Sem Teto deu o nome "Padre Alípio de Freitas" a uma ocupação urbana, situada em frente às instalações onde esteve preso e foi torturado.

Em 1996, o Presidente Jorge Sampaio atribuiu-lhe o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade da República Portuguesa.

A 17 de junho de 2017, quatro dias após a sua morte, a Associação José Afonso manteve a realização, previamente anunciada, da Homenagem Nacional a Alípio de Freitas que, no Fórum Lisboa, congregou diversas instituições e amigos de Alípio, nomeadamente: Câmara Municipal de Lisboa, Universiadade Lusófona e Sindicato dos Jornalista; Camilo Mortágua, Coletivo da AJA, Francisco Fanhais, Janita Salomé, Luanda Cozzetti, Selma Uamusse e Uxia.

Alípio de Freitas era associado da A25A. À família enlutada, especialmente, à sua companheira Guadalupe Magalhães Portelinha e filha Luanda Cozetti, a A25A e "O Referencial" apresentam sentidas condolências.

ARMANDO BAPTISTA-BASTOS (1934-2017)

JORNALISTA GRANDE PROSADOR

Direitos Reservados

BAPTISTA-BASTOS morreu dia 9 de maio, aos 83 anos de idade, no Hospital de Santa Maria, Lisboa, onde se encontrava internado há quarenta dias.

Armando Batista-Bastos nasceu no Bairro da Ajuda, em Lisboa, a 27 de fevereiro de 1934; estudou na Escola de Artes Decorativas António Arroio e no Liceu Charles Lepierre.

Aos 19 anos de idade incia a carreira de jornalista, ingressando na Redação de "O Século". Começa aí um caminho que percorreria, sem cessar, sempre sem cedências, até ao fim da vida.

Em abril de 1960 é despedido de "O Século" por motivos políticos, a que não terá sido alheio o envolvimento na Revolta da Sé, 1959, na sequência da candidatura de Humberto Delgado. Impuseram-se-lhe, na altura, as circunstâncias que trabalhasse na RTP em semiclandestinidade, com o nome de Manuel Trindade. Sob esse pseudónimo, escreveu noticiários e assinou prosas destinadas a documentários para Fernando Lopes e Baptista Rosa. Sol de pouca dura, pois o regime descobriu e o então secretário nacional da Informação, César Moreira Batista, mais tarde ministro do Interior no governo de Marcelo Caetano, deu instruções para correrem com tal "senhor contumaz adversário do regime".

Deixa-se prender pela cidade que o viu nascer, por ela se enamora para a vida, ao ponto de considerar que Lisboa tomou conta dele, e de ele mesmo a ir consagrando em páginas de prosa excecional e comovente, crónicas plantadas em tantos jornais e inúmeras edições literárias.

Em 64 anos de contínua atividade profissional, trabalhou em praticamente todos os jornais de Lisboa. É, porém, no "Diário Popular" (1965-1988) onde se afirma o grande jornalista pela notoriedade das entrevistas e reportagens que aí publica. Baptista-Bastos ingressou no "Diário Popular" no mesmo dia em que Francisco Balsemão, sendo que este, como ele dizia, "entrou como patrão" e ele "como assalariado".

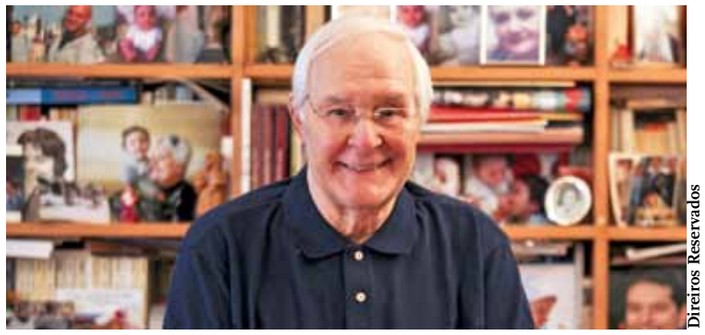
Conspirou com o Grupo da Seara Nova, foi despedido de jornais. Frequentou as redações dos periódicos da capital, batucou furiosamente máquinas de escrever, mais tarde, em teclas de computador, aí jorrando prosas para garantir o pão na mesa. Foi correspondente da agência France Press. Trabalhou na RTP e para a SIC. Escreveu e leu crónicas para a rádio: Antena Um, Rádio Comercial e TSF. No troço final da sua carreira, após abandonar as redações, passou a colaborar com jornais e revistas, como colunista. Brigão umas vezes, terno quase sempre. Inquebrantável nos valores cívicos e morais, na amizade.

Em 1965, casou-se com Isaura, a "escora" da sua vida, mãe dos seus três filhos Pedro, Miguel, e Filipe. Teve, ainda, a felicidade de conviver com dois netos: Francisco e Manuel.

Considerado um dos maiores prosadores portugueses contemporâneos, Baptista-Bastos deixa importante bibliografia condensada em

PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENVIA CONDOLÊNCIAS À FAMÍLIA DE BAPTISTA-BASTOS

Apresento as minhas condolências à família de Armando Baptista-Bastos.
Não havia outro nome tão facilmente identificável com a história da imprensa portuguesa, com "O Século", o "República", o "Diário Popular", o "Diário de Notícias", entre muito outros jornais e revistas, de antes de agora.
Foi na imprensa que nos habituámos às suas crónicas buriladas, vernáculas, veementes, às suas entrevistas conversadas que também fizeram escola na televisão, e às reportagens, à crítica cinematográfica.
Deixou igualmente uma significativa produção romanesca, politicamente alinhada com o neorrealismo, mas mais depurada, e que tão depressa se ocupava da boémia lisboeta como de um lirismo magoado e das vicissitudes da História.
Convicto oposicionista, continuou 'do contra' em democracia, comprometido mas livre. Era, além do mais, uma personagem viva do imaginário português, como poucos jornalistas conseguiram ser, um português antigo, às vezes zangado, mas fraterno e comovido.


Direitos Reservados

vinte e três títulos (ver caixa) antologiados em volumes de ensino de Português, e selecionados por temas em obras representativas das modernas correntes literárias. Está traduzido em checo, búlgaro, russo, alemão, castelhano e francês. Os romances "Cão Velho entre Flores" e "Viagem de um Pai e de um Filho pelas Ruas da Amargura" são geralmente considerados obras-primas. O primeiro foi indicado como leitura obrigatória no Curso de Literatura Portuguesa Contemporânea da Sorbonne, sendo professor Duarte Faria, e catedrático Paul Teyssier. Este romance foi, também, lido na Rádio Comercial, em 1979, numa produção de Fernando Correia. Os livros de Baptista-Bastos têm servido de estudos e para teses de licenciatura em universidades portuguesas e estrangeiras. Já o seu livro "As Palavras dos Outros", textos jornalísticos, é considerado referência obrigatória na profissão.
Diversos prémios literários consagram a obra de Baptista-Bastos. Disso são exemplo: Prémio Literário Município de Lisboa, em 1987, pelo romance "A Colina de Cristal", que lhe valeu também o Prémio P.E.N. Clube Português de Ficção, 1988; Prémio da Crítica do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários, pela obra "No Interior da Tua Ausência", 2002; Grande Prémio de Crónica da Associação Portuguesa de Escritores pelo livro "Lisboa Contada pelos Dedos", 2003; prémios de Crónica da Sociedade da Língua Portuguesa, João Carreira Bom, e do Clube Literário do Porto, 2006.
O ministro da Cultura, Luís Castro Mendes, manifestou o seu pesar pela morte do escritor e jornalista, considerando que se tratou de "grande perda para a cultura portuguesa".
Também a Câmara Muncipal de Lisboa reagiu à morte de Baptista-Bastos como figura da "Lisboa boémia do Bairro Alto, dos jornais e das tertúlias" que representava, pelas palavras escritas que nos deixa que "não se esfumam e hão-de permanecer vivas nas páginas dos livros, no papel dos recortes de jornal ou na internet".
O corpo de Armando Baptista-Bastos, prezado associado da A25A, esteve em câmara ardente, no dia 10 de maio, na Sociedade Portuguesa de Autores, onde foi velado por famíliares e amigos. Daí seguiu, no dia seguinte, para o Cemitério do Alto de São João.
Um manto de profundo silêncio envolveu a antecâmara do crematório quando o esquife de Baptista-Bastos começou a deslizar, suavemente, até desaparecer do olhar da famíla e dos imensos amigos que dele se despediram. No aceno comevedor da Isaura Baptista-Bastos, sua mulher, celebrava-se a vida do Homem de Família; na memória dos Amigos pairava a linhagem do grande prosador.
À família enlutada, especialmente, a Isaura Baptista-Bastos e a seus filhos Pedro, Miguel e Filipe, a A25A e "O Referencial" apresentam sentidas condolências.

BIBLIOGRAFIA:

Poesia
Caminho e Outros Poemas, 1951
Ensaios
O Cinema na Polémica do Tempo, 1959
O Filme e o Realismo, 1962; 1979 (revista e aumentada)
Ficção
O Secreto Adeus, 1963; 1973/1980/1985/1990/1991/2001
O Passo da Serpente, 1965; 1977/2000
Cão Velho entre Flores, 1974; 1980/1982/1984/1993/1995/2000/2002
Viagem de um Pai e de Um Filho pelas Ruas da Amargura (ficção), 1981; 1987/1988/2001/2003/2008
Elegia para um Caixão Vazio, 1984; 1987/1988/2001
A Colina de Cristal, 1987; 1988/1991/2000
Um Homem Parado no Inverno, 1991
O Cavalo a Tinta da China, 1995; 1998/2000/2001
No Interior da tua Ausência, 2002;2003/2004
As Bicicletas em Setembro, 2007
A Bolsa da Avó Palhaça (novela), 2007
Jornalismo
As Palavras dos Outros, 1969; 1975/1988/2000
Cidade Diária, 1972
Capitão de Médio Curso, 1977
O Homem em Ponto, 1984
Nome das Ruas (jornalismo em colaboração com António Borges Coelho), 1993
José Saramago: Aproximação a um Retrato, 1996
Fado Falado, 1999
Lisboa Contada pelos Dedos (jornalismo), 2001/2004
A Cara da Gente, 2008

CONVITES

Biblioteca da Universidade do Algarve, conferência "Mulheres de Abril" por Maria Antónia Palla, e apresentação do livro "Os Exilados" de Manuel Pedroso Marques, 04-05-2017; Casa da Esquina, conversa "Agora é que são elas: Mulheres na Ciência" com Conceição Ruivo, 16-05-2017; Casa da Achada - Centro Mário Dionísio vem a Coimbra falar de: Para que pode servir a memória: a intervenção de Mário Dionísio no pós-25 de Abril, 17-06-2017; Direcção da Associação Social e Cultural de Almancil e a curadora Adérita Silva, inauguração de exposição de Mundi Fragmentus de Júlio Antão, 02-06-2017; Direcção da Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos MURPI, 22.º Piquenicão Nacional, 22-05-2017; Direcção da Associação de Ginástica de Lisboa,18.ª edição do Festival Dançarte, 06-05-2017; Direcção do Centro Republicano e Democrático de Fânzeres, lançamento do livro "A Conquista dos Direitos Democráticos" de José Castro Carneiro e Jorge Sarabando,07-04-2017; Espectáculo Musical Comemorativo do 25 Abril, 21-04-2017; Sessão Poética com o Grupo Asas de Poesia, 22-04-2017; Concerto de Abril - Orfeão Claves de Sol e Fá de Fânzeres,23-04-2017; Porto Editora e o autor, lançamento do livro «Mário Soares», de Alfredo Cunha, 14-06-2017; Direcção do Clube do Sargento da Armada, 33.º Aniversário da Delegação do Clube do Sargento da Armada,05-05-2017; Edições 70, o Goethe Institut e o autor, José Duarte de Jesus, apresentação do livro "Dança sobre o vulcão: Portugal e o III Reich – O ministro von Hoyningen-Huene entre Hitler e Salazar", 06-06-2017; Embaixada da República Checa e o Ar.Co-Centro de Arte e Comunicação Visual exposição "Arte do Cartaz Cinematográfico Checo", 07-06-2017; Fundação Friedrich Ebert, seminário Internacional "Como apoiar pessoas refugiadas?", 09-06-2017; conferência "O Efeito Trump",18-04-2017;Fundação Friedrich Ebert, seminário Internacional "O mundo do trabalho em debate",07-06-2017; Fundação Friedrich Ebert e o Instituto Ruben Rolov, conferência internacional "O Futuro da União Europeia", 27-05-2017; Sociedade Nacional de Belas Artes e o fotógrafo Teodoro Briz, inauguração da exposição "Elogio da Cor – 2017",13-04-2017; Sociedade Portuguesa de Autores, inauguração da xxposição "Soares sempre fixe",16-05-2017; AJA Lisboa, evento "75 anos de Adriano Correia de Oliveira", 09-04-2017; Inauguração, pela CML, do memorial a José Afonso,25-04-2017; Colóquio & Recital "Manuel da Fonseca - com o sol na algibeira",09-05-2017; Conferência/Debate "Que rumo para Portugal na Europa?",30-05-2017; Jantar À mesa com a Cultura com "Os Filhos da Madrugada & 3 Marias",16-06-2017; Concerto homenagem a Alípio de Freitas,17-06-2017; Alenculta Editoria, lançamento do livro "A Indústria na Vila de Alenquer" de José Henrique Leitão Lourenço, 25-05-2017; António Casimiro, inauguração da Exposição "Entre telas", 27-05-2017; Assembleia da República, Inauguração da exposição "Plurais do branco" de João Moniz, 20-04-2017; Associação Portuguesa de Veículos Militares, "Um dia no museu militar de Elvas" Encontro de veículos militares antigos,17/18-06-2017; Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, Sessão sobre a Banca, 22-05-2017; Associação Social de Silveirinhos, apresentação espectáculo "Noise Traffic 25 de Abril", 25-04-2017; Biblioteca da Universidade do Algarve, inauguração da Exposição "40 anos da Constituição da República Portuguesa", 03-04-2017; Academia de Clarinete Marcos Romão dos Reis Jr. de Loures e a Concerto de Michael Lauren, com os All Stars Organic Quartet, 07-05-2017; Câmara Municipal de Amarante e as Edições Colibri, lançamento da obra "Teixeira de Pascoaes (vol. I e vol. II) Sofia A. Carvalho (coord. geral); Annabela Rita, José Eduardo Franco (coordenação científica), 31-03-2017; Câmara Municipal de Grândola, Lançamento do livro de receitas de 2015 - 1.ª Edição "Em Abril Flores Mil", 22-04-2017; Inauguração da Exposição "Sérgio Godinho - Escritor de Canções", 30-04-2017; Cerimónia de Abertura do 2.º Encontro Concelhio Movimento Associativo, 02-06-2017; Ciclo de Cinema " Viva Portugal: O Primeiro Ano após o 25 de Abril", 29-04-2017; Câmara Municipal de Loures, lançamento do livro da Conferência Nacional sobre os 40 Anos do Poder Local Democrático, 31-03-2017; Concerto Orquestra Princesa das Astúrias e solistas, 26-03-2017; Lançamento dos livros "Largo da Mutamba" e "Os Navios Negreiros não sobem o Cuando" de Domingos Lobo,31-03-2017; Lançamento do livro "No Limite da Dor" de Ana Aranha e Carlos Ademar, 07-04-2017; Inauguração da exposição "25 de Abril",07-04-2017; Dias da Memória – Resistência à ditadura participação na Revolução do 25 de Abril,7/8-04-2017 Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 22-04-2017; Exposição Escultura/Instalação "O Grito mudo com eco" de Ildebranda Martins, 22-04-2017; Inauguração da exposição Cem anos após o desaparecimento... António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): o homem e a obra, 22-04-2017; Poemas e uma Guitarra,28-04-2017; Inauguração da exposição Universos (In)Verosímeis, 29-04-2017; À conversa com... a historiadora Maria Filomena Rocha Lopes subordinada ao tema "O sindicalismo português entre 1933 e 1974", 22-04-2017; Concerto com a Orquestra de Clarinetes Príncipe das Astúrias, 30-04-2017; Exposição Higiene e Saúde em Loures à época de António Carvalho de Figueiredo - Quotidianos públicos e privados entre 1886 e 1938, 06-05-2017; Tertúlia de Fado ,13-05-2017; Inauguração da exposição "Intemporalidades Sonoras – O Maestro Marcos Romão dos Reis Júnior", 20-05-2017; Aprender mitologia no jardim do Museu, 28-05-2017; Ciclo de debates - Tempos de Crepúsculo III – Afinal para que serve a História, 03-06-2017; Abertura da mostra "Arinto & Sabores Saloios",03-06-2017; Evocação da memória de António Carvalho de Figueiredo, 03-06-2017; Concerto Ensemble de Saxofones, 11-06-2017; Colóquio "As Memórias – 100 anos depois", 24-06-2017; Exposição "Drunk Interview Project" de André Martins,17-06-2017; Câmara Municipal de Oeiras e a Livraria-Galeria Municipal Verney, Cor. Neves e Sousa, I Jornadas de História, Filosofia Hermética e Património Simbólico em Oeiras, 2/3-06-2017; Câmara Municipal de Torres Vedras e as Edições Colibri, lançamento do livro "Os Portugueses na Grande Guerra" coordenação de Carlos Guardado da Silva, 05-05-2017; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, comemoração do Dia Europeu da Ópera Recital de Piano e Canto pelos Alunos e Professores do Conservatório Regional Silva Marques,13-05-2017; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, lançamento do Livro «Carta a Ângela», 01-04-2017; Câmara Municipal do Seixal, lançamento do livro "No Limite da Dor" de Ana Aranha e Carlos Ademar, 05-05-2017; Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, ciclo "Um homem na revolução - Mário Dionísio e o 25 de Abril", 04-2017; Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, sessão de debates "Guerras da Memória" - História, Memória e Democracia em debate, 23-05-2017; Inauguração da exposição-apresentação sobre o passado e o presente do Centro de Documentação 25 de Abril, 01-04-2017; Centro Nacional da Cultura, inauguração da exposição "O ignorante olhar" de Maria Andresen, 23-05-2017; Circulo das Letras, lançamento do livro "A Vermelha" e exposição de pintura e desenho de Vitor Ramalho,29-03-2017; Clube Português de Imprensa, jantar-debate do ciclo "Que Portugal na Europa, que futuro para a União?", com Nuno Crato, 05-05-2017; Companhia de Teatro de Almada, 34.º Festival de Almada, 4/18-06-2017; Comuna Teatro de Pesquisa, espectáculo "Henrique IV", 27-04-2017; Conselho de Administração das Infrastruturas de Portugal, sessão de Homenagem a Mário Soares – Estação Ferroviária de Santa Apolónia, 28-04-2017; Conselho Português para a Paz e Cooperação, concerto pela Paz – Lisboa, 22-04-2017; Conservador, 32.º Aniversário do Museu da Fundação e Caminhos de Memória 2017, 01-07-2017; Daniel Bastos, "Gérald Bloncourt – O olhar de compromisso com os filhos dos Grandes Descobridores", 10-06-2017; Direcção do Colégio Moderno, concerto de Homenagem à Dra. Maria Barroso, 04-06-2017; Direcção Nacional do MPPM, "Povo Palestino: Que Direitos?" - Filmes, Debate e Exposição,29-03-2017: comemorações do Dia da Terra Palesti-

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Delfim Leitão Fernandes (sócio fundador); Alípio Cristiano de Freitas (sócio efectivo); Virgílio Canísio Vieira da L. Varela (sócio efectivo); Fernando Pulido Valente (sócios efectivo); Orlando Rodrigues Bento Pereira (sócio efectivo); Maria Fernanda Corte-Real Graça e Silva (sócia efectiva); António Diamantino Marques Lopes (apoiante); Marcos Manuel Rolo Antunes (apoiante); Gilberto Lopes de Figueiredo (apoiante)

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

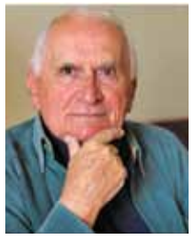
na, 30-03-2017; Edições Colibri, lançamento do livro "Opinião do dia - Expressão de Liberdade" de Jorge Gonçalves,29-03-2017; Lançamento da obra "Investimento Internacional, Inovação e Desenvolvimento" de Paula Urze e Vítor Corado Simões (coord.), 29-03-2017; Lançamento do primeiro livro da obra "Entrevistas - 30 Autores e Criadores do Século XXI", 22-04-2017; Apresentação da obra "Republicanos, Anarquistas e Comunistas no exílio" de Cristina Clímaco, 24-04-2017; Lançamento da obra "Picão - Natureza, História e Memórias do Montemuro" Pilar Dias (coordenação), 22-04-2017; Lançamento da obra "Sines na Revolução dos Cravos" de Raquel Varela, António Simões do Paço, Luísa Barbosa Pereira, 25-04-2017; Lançamento da obra "Outrora eu era daqui" Maria do Vale Cartaxo, 28-04-2017; Lançamento do livro "A arte de navegar na época dos descobrimentos" de Carlos Calinas Correia,16-05-2017; lançamento do livro "Agricultura tradicional" de Serafim Carvalho, 08-06-2017; Apresentação do livro "Um pássaro é mais do que a sua jaula" Guilherme Mendonça, 11-06-2017; lançamento do livro "Filosofia e Género" de Fernanda Henriques, 13-06-2017; lançamento do livro "Em Armação de Pêra Com os Olhos Cheios de Mar" de Augusta Panarra Inácio, 17-06-2017; Edições Colibri e a Ordem dos Médicos, lançamento do livro "Crónicas Prisionais" de Jorge Branco, 06-04-2017; Edições D. Quixote, lançamento da edição definitiva e comemorativa dos 50 anos de "O Canto e as Armas" de Manuel Alegre,11-04-2017; Edições Sílabo, lançamento do livro "Populismo e Democracia – Dinâmicas Populistas na União Europeia" de José Filipe Pinto, 28-04-2017; Edições Silabo e o autor Leonel Fadigas, apresentação do livro "Território e Poder – O Uso, as Políticas e o Ordenamento", 06-06-2017; Éter Produção Cultural, "Os Mais» de Eça de Queirós, 28-04-2017; Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, apresentação do livro "Crónicas do Bar dos Canalhas" de Eduardo ÁguaBoa e 24 co-autores, 30-04-2017; apresentação do livro "Luz Íntima" da Escultora Margarida Santos, 04-06-2017; Fundação Mário Soares, lançamento do livro "Encontros que a Memória Guarda" de Alfredo Duarte Costa , 19-04-2017; Conferência: "As Ameaças à Liberdade de Expressão e à Democracia", 21-04-2017; Junta de Freguesia do Lumiar, II Gala OGAE Portugal, 01-04-2017; Lema d›Origem - Editora, lançamento da obra "José Liberato de Carvalho, sua vida e pensamento" de Mário Simões Dias, 31-03-2017; MPPM Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, colóquio "Viver na Palestina após 50 anos de colonização", 06-06-2017; Nova Vaga Editorial, ciclo de conversas – "O Futuro da Democracia em Portugal e na Europa", 26-04-2017; Centro de Estudos Culturais e de Acção Social Raio de Luz, palestra "Conversando com Mozart",17-06-2017; Centro de Estudos de Teatro, o teatro em Setúbal – artistas, agentes e espaços do séc. XVIII, 20-06-2017; Centro de Estudos de Teatro (CET) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, colóquio internacional «Os espaços teatrais para a música na Europa do Século XVIII», 30-06-2017; Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), lançamento do livro "A Guerra Civil Em Angola 1975-2002" de Justin Pearce, 03-05-2017; Centro Nacional de Cultura (CNC) e o Movimento para Cidadania Sénior (Cidsenior), Conferência do Doutor Manuel Carvalho da Silva, integrada no II Ciclo "Conferências do Chiado", 24-05-2017; conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Apresentação do n.º 195 da Revista Colóquio Letras, integralmente dedicado a Carlos de Oliveira, 06-05-2017; Fórum Cultural Portugal-Sultanato de Omã, com o Alto Patrocínio da Embaixada do Sultanato de Omã em Portugal e a editora Althum.com, apresentação do livro "Encantos de Omã num olhar português,08-06-2017; Museu Bernardino Machado, espectáculo musical de intervenção "Versos e Sons de Abril", 21-04-2017; Ciclo de Conferências de 2017 "Os partidos e as grandes questões da I República", 28-04-2017; Exposição temporária "Os Milagres de Fátima (1917) e a Imprensa periódica do seu tempo",12-05-2017; Festa nocturna "Portas (In)visíveis", 20-05-2017; Museu do Neo-Realismo, em parceria com a Câmara Municipal de Cantanhede, colóquio "Gândara e cultura popular em Carlos de Oliveira", 17-06-2017; Patriarcado de Lisboa e a Editora Althum.com, concerto de órgão na Igreja de São Vicente de Fora, 13-05-2017; presidente da Câmara Municipal da Trofa, lançamento do livro "A Influência da imprensa regional ou local na tomada de decisões. A criação do Concelho da Trofa" de Joaquim Vilela de Araújo, 20-05-2017; presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração da exposição comemorativa "Um homem chamado Romeu Correia", 08-04-2017; presidente da Câmara Municipal de Almada e o director do Teatro Municipal Joaquim Benite, inauguração exposição "Between" de Marta Moura, 08-04-2017; presidente da Câmara Municipal de Cascais, conferências do Estoril, 29/31-05-2017; presidente da Câmara Municipal de Odivelas, homenagem à Dra. Maria de Jesus Barroso Soares, na VI Bienal de Culturas Lusófonas, 19-05-2017; presidente da Câmara Municipal de Oeiras, comemoração do Dia de África,27-05-2017; presidente da Câmara Municipal de Oeiras a Fundação RosaCruz e a Universidade Lusófona, inauguração da exposição "Sabedoria do Silêncio", 25-05-2017; Teatro Nacional D. Maria II e a P. OR.K, presentação de "Bacantes – Prelúdio para uma purga",20-04-2017; Centro de Estudos de Teatro, colóquio "O teatro em Setúbal – artistas, agentes e espaços do séc. XVIII", 20-06-2017; presidente da Câmara Municipal de Almada, Dulce Simões e a Caleidoscópio, presentação do livro "Memórias, Sociabilidades e Resistências. O caso da Cooperativa de Consumo Piedense", 10-06-2017; presidente da Câmara Municipal de Almada, presidente da Associação dos Oficiais das Forças Armadas, inauguração da Sede da Associação dos Oficiais das Forças Armadas, 29-04-2017; Raio de Luz, colóquio "Agostinho da Silva entre Fernando Pessoa e Joel Serrão", 08-04-2017; conferência "O rapto do Senhor das Chagas" por João Augusto Aldeia, 06-05-2017; Rosa de Porcelana Editora, apresentação do livro "Esticar o infinito até à borda do prato", de Rony Moreira, 08-06-2017; Apresentação do livro "Pensar África", do jornalista angolano Adebayo Vunge, 25-05-2017; Lançamento do livro "Poeiras de Diasâ, de João Lopes Filho, 27-04-2017; Secretariado da Festa do Avante, "Festa do Avante", 1/2/3-09-2017; Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) que juntamente com a Delegação do Governo da Catalunha em Portugal, lançamento da obra de Fèlix Cucurull, "Dois Povos Ibéricos - Portugal e Catalunha" e a entrega da Medalha de Honra da SPA ao cantautor, Luis Llach, 20-04-2017; Teatro Nacional D. Maria II, apresentação de "Veraneantes" de Maksim Gorki, 06-04-2017; Teatro Nacional D. Maria II e a P.OR.K, presentação de "Bacantes – Prelúdio para uma purga",20-04-2017;Teatro Nacional D. Maria II, a Fundação Calouste Gulbenkian, estreia de Beaumarchais, 22-06-2017; Lápis da Memória, lançamento do livro "A nossa fada Morgana" de Manuela Cruzeiro, 28-06-2017.

OFERTAS À A25A

Livros:
"Deficientes das Forças Armadas - A Geração da ruptura" e "Guerra colonial, 25 Abril reiteração Social", oferta da ADFA; "Paz assassinada" de Hikmat Ajjuir, oferta do embaixador da Palestina em Portugal; "Folhas soltas de uma vida – memória de uma mulher do Século XX" de Laura Alves, oferta da autora; "Toda a vida é sonho (antologia poética)", oferta da Universidade Internacional para a Terceira Idade; "Seara Nova , antologia Vol. I e Vol. II"; "A Casa de Portugal e a Comunidade" de José Verdasca; Sarmento Pimentel ou uma geração traída", de Sarmento Pimentel; "Memória do Capitão Sarmento Pimentel", oferta de Maria Estela Guedes e José Verdasca dos Santos; "Cascais 1364-2014 – 650 anos de território história memórias", oferta da C.M. Cascais; "Herencia" de Alfredo Villaverde Gil, oferta do autor; "De la Republica y la Guerra memórias de un Pueblo en zona Republican" de Luz González, oferta do autor; "No Llores Poseidón" de Angela Reyes, oferta da autora; "Passos de revolta" de Gil Pereira, oferta do autor; "Última página" de Juan José Fernández delgado, oferta do autor; "Palavras de Agua" e "Como si fuere la ultima vez – encuentros" de Teresa Pachaco Iniesta, oferta da autora; "Guerra e Sociedade" de Pedro Pezarat Correia, oferta do autor; Boletim Cultural n.º 23 oferta da Escola Secundária Camilo Castelo Branco – Vila Real; "Antes e Depois" livro feito por alunos, oferta do Agrupamento de Escolas do Alto dos Moinhos; "As margens – contributo para a história de Cacilhas", oferta da Escola Secundária de Cacilhas;

Medalhas:
EPA – Escola Profissional de Almada da Universidade Internacional para a Terceira Idade; 150 anos da Escola Secundária Camilo Castelo Branco; Medalha Cap. Sarmento Pimentel.
2 gravuras (homenagem a Aquino Bragança, oferta de Sílvia Bragança; Filme - "Viva Portugal" de Malle Rauch, Cristiane Gerhards, Samuel Schirmbeck e Sege July, oferta dos autores.
Azulejo pintado e emoldurado, oferta da Escola Secundária Cacilhas Tejo;

REGRESSO AO NUCLEAR



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

É HOJE ÓBVIO AQUILO que começou por ser uma inquietante previsão: com a insólita "tomada" da Casa Branca por essa figura grotesca e não fiável que cada dia se revela mais imprevisível, o mundo está a tornar-se ainda mais perigoso. O maior poder de destruição militar alguma vez concentrado numa entidade política está nas mãos de um comandante-chefe impreparado, destituído de cultura humanista e vocação democrática, com visíveis fragilidades de caráter e chocante défice de bom senso, sem sentido de Estado e insensível à indispensável flexibilidade nas relações internacionais. O seu universo não vai além do seu círculo de interesses. Regressamos à era George W. Bush: depois da estupidez balofa, temos a ignorância arrogante. Ambos marionetes do mesmo jogo de bastidores, "neo con's" ontem, "tea party" hoje.

A forma como Donald Trump se vem manifestando acerca do acordo nuclear sobre o Irão e das experiências balísticas da Coreia do Norte, afirmações avulsas e contraditórias que vem produzindo conforme as circunstâncias, assentam numa constante que revela um pensamento (?) preocupante: encara a arma nuclear (AN) como uma arma de emprego o que, entre responsáveis máximos de potências nucleares (PN), de hoje ou do passado, só tem paralelo com o atual "grande timoneiro" norte-coreano Kim Jong-un. Essa posição de Trump ter-se-á revelado logo na sua primeira entrevista televisiva enquanto presidente, quando afirmou não ter quaisquer problemas de consciência se tiver de decidir o lançamento de um ataque nuclear (*The Sun*, 13 Jun 2017). Uma leviandade aberrante, só comparável à sua irresponsável denúncia do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

A questão da proliferação nuclear regressa ao palco da geoestratégia mundial. Pareceu-me oportuno incluir, no Jango, uma reflexão acerca da problemática nuclear que as novas guerras e o terrorismo global vinham tornando "secundária", mas que Donald Trump faz regressar à primeira linha das preocupações e do debate estratégico.

O nuclear constitui um caso singular que, pela sua própria natureza, evolui num ciclo ambíguo das estratégias simétrica, dissimétrica e assimétrica. Quando a AN surge, em 1945, os EUA assumem superioridade militar absoluta e esforçam-se por assegurar o monopólio da bomba. Como sempre sucedeu ao longo dos tempos e em toda a parte com todas as pretensas armas absolutas, a bomba atómica só o foi até emergir uma nova PN, a URSS em 1949. Com o alargamento do nuclear a novos parceiros entrou-se numa situação estratégica bivalente, simétrica entre PN e dissimétrica entre estas e os outros. Deu lugar a um apartheid nuclear, constituindo inicialmente o clube nuclear todos, e apenas, os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) da ONU, o núcleo duro do sistema internacional. Formalizou-se então a viciosa terminologia Estados possuidores e Estados não possuidores, visando legitimar a perpetuação de tais estatutos a que alguns analistas conferem força vinculativa.

A simetria dentro do clube nuclear manteve-se, apesar da vertiginosa corrida armamentista, quantitativa e qualitativa, que distanciou as duas superpotências das demais, mas sem alterar o equilíbrio simétrico, dado a AN, pelo efeito da dissuasão, ser um equilibrador estratégico independentemente do número e do poder destruidor. Uma só AN na posse de um potencial inimigo é sempre suficientemente dissuasora. Mas também se manteve rigidamente dissimétrica face aos não possuidores, aos quais não restava outra alternativa senão respostas não nucleares, logo, assimétricas. As novas guerras encontram aqui muita da sua fundamentação.

Deixando de fora destas breves considerações o que representou, no quadro nuclear, o fim da guerra-fria e a implosão de uma das superpotências, começaram a surgir novas PN, com apoio não declarado de um ou outro parceiro do clube nuclear, conforme o seu posicionamento no xadrez geoestratégico: Israel, África do Sul, Índia, Paquistão, Coreia do Norte, passaram a possuidores, Israel não assumidamente, a África do Sul renunciou ao programa nuclear com Nelson Mandela e o fim do apartheid.

A corrida ao nuclear desenvolvia-se segundo dois eixos cruzados: a proliferação vertical com o investimento dos possuidores no aumento quantitativo e aperfeiçoamento tecnológico dos seus arsenais; a proliferação horizontal com um número crescente de possuidores. Dentro da ameaça nuclear a proliferação tornou-se, ela própria, uma ameaça, porque fugia ao controlo das instâncias internacionais reguladoras, nomeadamente da Agência Internacional de Energia Atómica, criada em 29 de julho de 1957 como organização autónoma da ONU.

Em 1968 surgia o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que se tornaria o eixo da estratégia do combate à proliferação. O TNP é um documento curto (onze artigos), de formulação simples e dois artigos são particularmente importantes na definição do seu espírito. Reza o artigo II que cada Estado não possuidor se compromete a não fabricar, nem adquirir armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos. E o artigo VI

estipula que cada uma das partes se compromete a efetuar negociações, de boa-fé, numa data próxima, sobre medidas eficazes relativas à cessação da corrida aos armamentos nucleares e sobre um tratado de desarmamento nuclear geral e completo. Estes artigos configuram as chamadas não proliferação horizontal, isto é, impedir o surgimento de novos Estados possuidores, e não proliferação vertical, ou seja, travar a escalada e inverter a dinâmica armamentista dos Estados possuidores, que devem caminhar para o nível zero. Evidentemente que a complementaridade destas duas componentes é a parte decisiva do Tratado, pois só o cumprimento de ambas, horizontal e vertical, o torna equilibrado e aceitável: só a renúncia aos atuais arsenais legitima o impedimento de novos possuidores, como só a garantia de que não haverá novos possuidores justifica que os atuais deixem de o ser.

A verdade é que o TNP nunca foi respeitado, nem por possuidores nem por não possuidores. A corrida armamentista nuclear entre os possuidores prosseguiu, na diversificação dos meios de lançamento (a tríade nuclear, de superfície ICBM, do ar ALBM, de submarinos SLBM), no alcance, no poder destrutivo, na miniaturização (AN táticas ou de teatro). E o número de possuidores continuou a aumentar. O TNP tornou-se, na prática, letra morta.

Os EUA, quando se tornaram a única hiperpotência no sistema unipolar da globalização, decidiram apostar numa nova estratégia nuclear, deixar cair a não proliferação e investir na contraproliferação.

Chama-se contraproliferação à utilização da força, isto é, emprego ou ameaça de emprego de meios de coação, para impor unilateralmente a aplicação parcelar do TNP na sua componente horizontal. A contraproliferação é produto do potencial dissimétrico, pois é da iniciativa de um Estado possuidor que admite mesmo recorrer a AN para impor a não proliferação horizontal, desprezando as suas obrigações na não proliferação vertical. Washington incluiu a contraproliferação na sua doutrina estratégica desde 1993, quando definiu uma nova doutrina militar na qual incorporava a Iniciativa de Defesa de Contraproliferação. A administração George W. Bush apostou deliberadamente na contraproliferação através de uma Diretiva de 2002: *A nossa estratégia abrangente para combater as ADM inclui: esforços de contraproliferação proativa [...] A contraproliferação deve ser integrada na doutrina, treino e equipamento das nossas forças [...].*

Os esforços das maiores potências nos chamados sistemas de defesa antimísseis, os escudos nucleares, que começaram com Ronald Reagan e a "guerra das estrelas", já se inscreviam na estratégia da contraproliferação: com a imunidade contra qualquer resposta a um primeiro golpe prevalece a lógica do monopólio, isto é, pode desencadear-se impunemente um ataque sem risco de represália, a dissuasão não funciona, a AN transforma-se numa arma de emprego.

São vários os efeitos perversos que decorrem da contraproliferação. À cabeça, esvazia o TNP que é, apesar das suas contradições, o instrumento mais válido para travar a paranoia nuclear e credibilizar uma hipótese de desarmamento nuclear. A contraproliferação é a negação da não proliferação, no seu espírito não está a eliminação do nuclear mas, pelo contrário, a sua perpetuação, desde que reservada às "boas mãos". Assenta no maniqueísmo do apartheid nuclear, que distingue as armas nucleares boas (as nossas) e armas nucleares más (as deles), ignorando que a utilização das armas, de qualquer tipo de armas, não depende de preconceitos éticos ou da natureza dos regimes políticos, mas das condições e da oportunidade para poderem ser eficazmente utilizadas. É bom ter presente que a única utilização em conflito, até hoje, da AN, partiu de um regime considerado modelo das democracias ocidentais. A bomba atómica foi utilizada porque o Estado possuidor detinha o seu monopólio e não corria riscos de retaliação. Quando passou a ser partilhada, independentemente da natureza dos regimes dos Estados possuidores, nunca mais foi usada. A impunidade do monopólio favorece o emprego, a dissuasão da partilha impede-o. Não se trata de apologia à proliferação generalizada, sistema em que a dissuasão não funcionaria mas, pelo contrário, de condenar a perda da oportunidade aberta pelo TNP para a desnuclearização total.

Segundo efeito perverso, a contraproliferação fomenta a corrida ao nuclear. Já não aos armamentos estratégicos mas às novas tecnologias da miniaturização, das chamadas armas nucleares táticas ou de teatro. Para além do risco de os seus efeitos menos devastadores tornarem a AN mais "aceitável" como arma de emprego, como é mais manejável, mais barata, mais portátil, mais exposta, é também mais suscetível de poder cair em mãos terroristas. O terrorismo nuclear é matéria que merece atenção mas não temos espaço para o abordar aqui, deixando-o para outra oportunidade[1].

Outro aspeto perverso da contraproliferação é o seu contributo para a proliferação clandestina. Uma vez que os Estados possuidores quererão guardar para si o direito à posse controlada pelas instâncias reguladoras internacionais, os não possuidores que não abdicarem do projeto nuclear tenderão a persegui-lo à margem dessas instâncias. O TNP permite, pelo seu artigo IV, o desenvolvimento da energia nuclear, desde que para fins pacíficos. Há uma diferença significativa entre os níveis de enriquecimento de combustível para fins pacíficos e para fins militares, mas os sistemas de fiscalização não primam pela eficácia e dependem da cooperação dos Estados fiscalizados. São sempre possíveis situações ambíguas, como a do chamado modelo japonês, ou seja, não dispor de armas nucleares mas do *know how* e da tecnologia suficiente para, em qualquer momento, passar da produção nuclear para fins pacíficos à produção para fins militares. Se a proliferação nuclear já é, por si só, uma ameaça, a proliferação clandestina é um risco acrescido.

Em 2007, no final do mandato de W. Bush na Casa Branca, figuras salientes na política dos EUA movidas por argumentos racionais face à conjuntura internacional, juntaram as suas vozes pela preservação do espírito do TNP. Henry Kissinger e George Shultz ex-secretários de estado, William Perry ex-secretário da defesa, Sum Nun ex-presidente da Comissão Militar do Senado, subscreveram um apelo em defesa do TNP, destacando a eliminação total da AN, que foi apoiado por mais de dois terços de todos os antigos secretários de estado, da defesa e conselheiros de segurança nacional vivos. Os então candidatos à presidência dos EUA Barack Obama e John McCain apoiaram essa posição. Foi a mais mediática condenação da contraproliferação.

Barack Obama foi o único Presidente dos EUA que assumiu, sem complexos, o espírito da não proliferação. Em 5 de abril de 2009 proferiu um notável discurso em Praga no qual, pela primeira vez, o presidente de um Estado possuidor e, até, o da maior PN, fazia uma leitura frontal e transparente do TNP:

> *[...] reforçaremos o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares como base da cooperação. A base da negociação é simples: países com armas*

nucleares avançarão para o desarmamento, países sem armas nucleares não as adquirirão; e todos os países poderão aceder a energia nuclear pacífica [...].

E chamou, corajosamente, a atenção para a responsabilidade dos EUA:

[...] como potência nuclear – como a única potência que usou uma arma nuclear – os Estados Unidos têm uma responsabilidade moral de agir.

Apesar de algumas posições posteriores, nem sempre coerentes com estas palavras, Obama conseguiu ultrapassar obstáculos internos e fazer avançar medidas corajosas neste aspeto do nuclear. O acordo com o Irão e a abertura de uma via de diálogo com a Coreia do Norte iam no bom sentido.

O Acordo nuclear entre o Irão e o Grupo 5+1 (5 membros permanentes do CS mais Alemanha), que concluiu pela limitação do programa nuclear iraniano ao aproveitamento para fins pacíficos, conforme ao TNP, foi considerado quase unanimemente um dos maiores sucessos da política externa de Obama. Exceções foram os seus aliados no Médio Oriente, Israel e Arábia Saudita. Importa lembrar que Israel é a única PN clandestina, não se submete ao TNP mas pretende impô-lo a outros, com total impunidade e cobertura de Washington. Foi percursor da contraproliferação com o ataque preventivo de 1981 às instalações nucleares do Iraque em Osirak. Trump anunciou reverter o Acordo com o Irão cedendo às pressões de Israel, o que poderá não passar de uma fanfarronice pois está isolado no Grupo 5+1. Mas, levianamente, está a dar sinais para que Israel avance unilateralmente numa aventura de contraproliferação de consequências desastrosas.

A humanidade ainda sofre – e vai sofrer por muito tempo – as consequências calamitosas dos erros de avaliação estratégica da equipa de George W. Bush, que se materializaram na guerra de agressão ao Iraque em 2003. A equipa de Donald Trump ensaia envolver o mundo em nova tragédia, quando ainda está por solucionar a anterior. Com a agravante de esta ameaçar ascender ao patamar do nuclear.

Uma nota final. A grande ameaça nuclear atual não é a posse da AN por Estados que se neutralizam mutuamente pela dissuasão que tem garantido o não recurso à utilização efetiva da AN. Não entremos em grandes detalhes sobre a dissuasão, limitemo-nos ao enunciado da sua lógica: os custos da represália contra um eventual primeiro golpe não compensam as eventuais vantagens do seu desencadeamento. A dissuasão tornou a AN uma arma de não emprego. A corrida nuclear hoje é estúpida porque inútil, a guerra nuclear é um anacronismo.

No entanto, enquanto não for possível a eliminação total das AN em cumprimento integral do TNP, é favorável que se mantenham condições para que a dissuasão funcione. O norte-americano Kenneth Waltz, que foi investigador e professor de ciência política na Columbia University (faleceu em 2013), publicou em 2012 na *Foreign Affairs* (Jul/Ago, pp. 2 a 5), um interessante e estimulante artigo a que deu o sugestivo título "Why Iran should get the bomb – nuclear balancing would mean stability", que defende que um Irão com a AN será a melhor solução possível para restaurar a estabilidade no Médio Oriente. Acrescenta que o monopólio nuclear regional de Israel alimenta a instabilidade no Médio Oriente, é o arsenal nuclear de Israel e não o desejo do Irão de o possuir que mais tem contribuído para a crise atual. E avisa que esse desequilíbrio não é sustentável a longo prazo. Pior do que um Irão partilhando o poder nuclear é Israel detendo o monopólio regional da bomba. A ameaça reside, então, nas condições que possibilitam que as maiores potências usem a AN contra Estados sem capacidade de resposta dissuasora, que recorram à contraproliferação.

Uma segunda ameaça situa-se na possibilidade de grupos terroristas terem acesso clandestino à AN, uma vez que, não detendo território, não controlando populações, não dispondo de parques industriais, de estruturas económicas ou de comunicações, nem de instalações estatais, não oferecem alvos remuneradores suscetíveis de sofrer represálias dissuasoras. Este perigo resulta não de este ou aquele Estado dispor de AN, mas da mera existência de AN e é tanto maior quanto mais clandestino for o seu fabrico ou aquisição. Não há AN boas e AN más. A AN é, toda ela, uma calamidade potencial.

Por isso o mais penoso e censurável na forma como vem sendo encarada a eventualidade de surgir um novo parceiro nuclear, o Irão, é ter-se desaproveitado a oportunidade para um sério comprometimento com o TNP, em que todos se empenhassem em cumprir a sua parte, os possuidores ensaiando sem sofismas uma dinâmica desarmamentista (não-proliferação vertical), os não-possuidores recusando abertamente passarem a possuidores (não-proliferação horizontal). Só um integral cumprimento do TNP confere moralidade à intervenção internacional e um clima de confiança sem o qual não há controlo de armamentos que resista. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, quando se referiu à ameaça nuclear no seu relatório "Em maior liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos", apresentado em março de 2005, chamou a atenção para as especiais responsabilidades que cabem aos Estados dotados de AN, não para lhes reconhecer qualquer estatuto de polícias nucleares do mundo com direito de exceção à sua posse, que nada lhes confere, mas para que deem o exemplo no cumprimento da paste que lhes compete.

A preocupação de preservar o apartheid nuclear para além de imoral e votada ao fracasso, como o crescente número de PN demonstra, é perversa e volta-se contra si própria porque, se levada aos extremos, vai fomentar a proliferação clandestina e, com ela, aumentar os riscos de que engenhos nucleares de pequena potência caiam em mãos criminosas do terrorismo internacional. Esta, sim, é a ameaça maior que a humanidade enfrenta e não parece que esteja a ser gerida da forma mais neutral, equilibrada e inteligente.

A AN existe, é uma realidade. Lutar pela sua eliminação total é, na atual distribuição do poder mundial, um objetivo utópico mas que vale a pena perseguir. Entretanto será bom que se mantenham as condições para a manter como arma de não emprego. É do mais elementar bom senso, responsabilidade, sentido de Estado, impedir que essas condições se alterem e que venha a tornar-se uma arma de emprego.

Mas, para além do nuclear, a grande ameaça da atualidade é a emergência, na liderança global, de uma trágica personagem que não consegue entender isto.

Junho 2017

1 Há, sobre esta matéria do terrorismo nuclear, um estudo muito interessante coordenado por FERGUSON, Charles D. – *Preventing catastrophic nuclear terrorism*, relatório do Council On Foreign Relations, CSR n.º 11, New York, March 2006.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* | **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

DELTA CAFÉS

O CAFÉ DA SUA VIDA

PROVADO COM DISTINÇÃO.

Produzir um café de qualidade dá muito trabalho, mas também dá prémios. E a prova está aqui: a Delta voltou a ser distinguida com os prémios "Marca de Confiança" (16º ano consecutivo), "Escolha do Consumidor" (5º ano consecutivo) e "Prémio 5 Estrelas" (3º ano consecutivo). **Obrigado pela sua preferência e continue a saborear a vida na nossa companhia, com distinção.**

MARCA PREMIADA POR ESCOLHA CONSUMIDOR '17

votado pelos leitores MARCA DE CONFIANÇA 2017 Selecções do Reader's Digest

PRÉMIO CINCO ESTRELAS 2017

Futuro para todos

São os valores que nos inspiram que nos fazem ir mais além. Quando pensamos em mutualismo, pensamos em igualdade de direitos, em solidariedade, em partilha e numa crescente vontade de nos protegermos uns aos outros.
Foi com esta ambição que nasceu a Associação Mutualista Montepio e é assim que vai continuar, a construir um futuro melhor para si, para todos.

Conheça-nos em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista • IPSS . DGSS n.º 3/81
NIPC 500766681 . Rua Áurea, 219, 241 . Apartado 22882 . E. C. Socorro 1147-501 Lisboa